



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO REGIONAL DA EDUCAÇÃO DE ASSIS CHATEAUBRIAND
ESCOLA ESTADUAL JORGE NACLI – ENSINO FUNDAMENTAL
NOVA AURORA – PARANÁ / RUA SÃO JORGE, 373
FONE/FAX: (45) 3243-1637 / 3243-2928
CÓDIGO INEP: 41074629
www.naajorgenacli.seed.pr.gov.br E-MAIL: naajorgenacli@seed.pr.gov.br

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Nova Aurora
2023

1 APRESENTAÇÃO

Com orientações do Núcleo Regional de Educação de Assis Chateaubriand, O Projeto Político Pedagógico foi reelaborado, cujo documento apresenta a organização das ações e os objetivos a serem atingidos com as práticas pedagógicas.

Está composto por três Elementos: Os Situacionais: busca retratar o contexto social, político, econômico, cultural, ambiental e educacional e expor como a Comunidade Escolar entende o contexto em que a escola está inserida, descreve a realidade e a participação da sociedade num mundo globalizado, determinado pelo funcionamento dos mercados de trabalho e de consumo. Os Conceituais: baseia-se na reflexão teórica, a qual orienta as discussões sobre educação, bem como nos instrumentos legais que acolhem os ideais e os transformam em diretrizes norteadoras para a prática docente, e ainda, a forma de compreensão dispensado pela Comunidade Escolar em relação ao processo educativo. Os Operacionais; considera o Projeto Político Pedagógico um documento voltado à formação de pessoas capazes de compreender novos desafios e abrir novas perspectivas, desafiando os componentes desta Comunidade Escolar para refletirem e compreenderem os valores, os usos e os costumes sociais dos conhecimentos produzidos, acumulados e a construir, norteados pela ética, a fim de formar cidadãos participativos, criativos, independentes e democráticos na construção de um mundo melhor. Por vezes, este Projeto está passível de alterações conforme as necessidades advindas, para isso levar-se-á em consideração questões como: qual a função social da escola pública? Que tipo de sociedade almejamos para o futuro? Como a escola pública pode contribuir com a qualidade de vida? A escola pública está preparada para atender a todos? Estas e outras questões levam a comunidade escolar a reflexão em busca de novos conhecimentos e ações que possibilitem um melhor trabalho pedagógico, consolidando a escola como lugar central do ensino e aprendizagem, bem como da produção de novos conhecimentos que contribuam para o bem da sociedade e para a qualidade da educação básica brasileira.

2 IDENTIFICAÇÃO

NRE	Núcleo Regional de Educação – Assis Chateaubriand		
Município	Nova Aurora		
Instituição	Escola Estadual Jorge Nacli		
Endereço	Rua São Jorge, 373		
INEP	41074629	E-mail	naajorgenacli@seed.pr.gov.br
Localização	Urbana	Fone	45 3243 2928
Tipo	Ensino Regular		
Mantenedora	Governo do Estado do Paraná		

3 ELEMENTO SITUACIONAL

3.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Escola Estadual Jorge Nacli foi Criada pelo Decreto nº 8.930/68 de 14/02/68, publicado no Diário Oficial de 14/03/68 e reconhecida pela Resolução nº 2.559/87 de 23/06/87. Tendo como Ato de Autorização da Instituição o Decreto nº 2559/87 de 23 de junho de 1987 e Ato de Reconhecimento a Resolução nº 2559/87 de 23 de junho de 1987. Sua localização é urbana. nome Jorge Nacli é uma homenagem ao pai do ex-Deputado Estadual. Apresenta como entidade mantenedora o Governo do Estado do Paraná, é administrada pela Secretaria de Estado da Educação – SEED, em seu histórico já foi jurisdicionada ao Núcleo Regional de Educação de Cascavel, no presente momento está jurisdicionada ao Núcleo Regional de Educação de Assis Chateaubriand, nos termos da Legislação em vigor. O nome Jorge Nacli é uma homenagem ao pai do ex-Deputado Estadual Fuad Nacli. A área onde está localizada foi doada pela família Mezzon e, atualmente, funciona em prédio próprio do Estado, com uma área construída de 1.443,36 m².

A fundadora e primeira diretora da Escola Estadual Jorge Nacli - Ensino Fundamental foi a professora Maria Odene Delsim Dias. A qual foi sucedida pelos seguintes diretores: 1969 – Idazima Czervinski Alves; 1970 – Attilio Ortigara; 1971 e 1972 – Idazima Czervinski Alves; 1973 e 1974 – Amélia Oleimk Beltrame; 1975 e 1976

– Lourdes Nosse Cavalcante; 1977 e 1978 – Amaro Pereira da Silva; 1979 a 1984 – Paulo dos Reis; 1984 – Everaldo Pinheiro Cavalcante (final do ano letivo); 1985 a 2003 – Kassib Miguel; 2004 a 2019 Paulo dos Reis; 2019 a 2020 Neuza Triches Steimbach; 2021 até o presente momento Marlena Petry.

3.2 Organização da Instituição Escolar

A carga horária anual está organizada em oitocentas horas aula, distribuídas em duzentos dias letivos para o ensino regular. As turmas são constituídas conforme identificado abaixo:

ENSINO FUNDAMENTAL			
Turno	Ano	Total de turmas	Total de matrículas
Manhã	6º	03	75
	7º	02	53
	8º	03	76
	9º	02	65
Tarde	6º	03	73
	7º	03	45
	8º	01	34
	9º	02	56

Estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem ou defasagem de conteúdo são atendidos, em contraturno, no Programa Mais Aprendizagem.

Turno	Turma	Total de matrículas
Manhã	A	20
	B	20

Tarde	C	20
	D	20

Os alunos que possuem laudo médico com diagnóstico de deficiência intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, entre outros, são atendidos, em contraturno, na Sala de Recurso Multifuncional Tipo I (SRMI).

Turno	Turma	Total de matrículas
Manhã	A	3
	B	3
	C	5
	D	4
Tarde	E	4
	F	2
	G	7
	H	6

PROGRAMA EDUTECH

Turno	Turma	Total de matrículas
Tarde	A	3

ROBÓTICA PARANÁ

Turno	Série	Turma	Total de matrículas
Manhã	1ª	A	22
	2ª	A	12
Tarde	2ª	B	27

PROGRAMA ALUNO MONITOR

Sem seriação	Turno	Total de matrículas
	Manhã	1
	Tarde	3

AULAS ESPECIALIZADAS DE TREINAMENTO ESPORTIVO

Turno	Turma	Total de matrículas
Tarde	A	16
	B	11

A programação acima descrita é ofertada em salas específicas, ficando outros espaços escolares como: biblioteca, laboratório de informática, quadra esportiva coberta e quadra de esportes à disposição, conforme necessidade de atendimento. Outros ambientes como sala da direção, sala da equipe pedagógica e sala dos professores são utilizados para estudos, realização de hora-atividade, atendimentos aos pais, aos responsáveis e aos alunos, conforme necessidade ou que estejam com dificuldades de aprendizagem e/ou relacionamento no cotidiano escolar.

3.3 Organização Funcional:

A escola é composta pelo seguinte quadro de professores e funcionário:

Professor / Funcionário	Vínculo	LF	Disciplina
Adriana Pereira Aleixo	REPR	6	Matemática
Alessandra Cristina Esser Brustolin	REPR	8	Arte
Ana Paula Esser Lopes	QPM	1 / 2	Arte
Aparecida de Fatima Carsoni de Biasi	REPR	10	PAEE
Barbara Evelyn Machado	REPR	2	Ensino Religioso. / História
Bianca Montecelli	QPM	1 / 96	Arte
Cylene Cristina Livio Ranucci	REPR	10	Língua Inglesa
Dayane da Rocha	REPR	3	PMA
Debora Camila Oenning	REPR	2	Matemática / Pensamento Comp.
Dilaine De Biasi	REPR	3	SRM
Douglas Gomes Ferreira	REPR	1	Geografia / história
Dualsei Aguilar Chidichima	QPM	91	Geografia / Pensamento Comp.
Elita Ines Schmitt	QPM	1	SRM / PAEE
Evelaine Sabrina da Silva Carvalho Moreira	REPR	4	Educação física
Girlane Cristina Simadon Adevente	QPM	1	Língua Portuguesa / Redação e Leitura
Ivonete Andrade Pereira	REPR	2	Língua Inglesa / Língua Portuguesa / Redação e Leitura
Jéssica Fernanda Antonio da Rocha	REPR	5	Educação Física
Jose Carlos de Oliveira	SC02	6	Educação Física / AETE
Juliane Maria Chessin	REPR	6	Matemática / Pensamento Comp.
Karla Pavezzi Pereira	REPR	11	Matemática / PMA
Leonice Alves da Silva	QFEB	1	Merendeira
Lucas Kauan Borsa de Araujo	REPR	2	História
Luciane Elisa Basoli dos Santos	REPR	10	Geografia / Pensamento Comp.
Luciane Oenning Albano	REPR	10	Matemática
Marcia Bedani Rodmann	QPM	1 / 99	Ciências / Matemática
Marlena Petry	QPM	1	Diretora
Moisés da Silva	QPM	1	Língua Portuguesa / Redação e Leitura
Natali Tatiana Pinto	REPR	2	Língua inglesa
Natalina Paula Gama Russin	REPR	10	Ciências / Robótica
Neuza Triches Steimbach	QPM	1	Pedagoga
Patricia Soares Macedo	REPR	10	Língua portuguesa / Redação e leitura

Paulo Rogerio Martini de Oliveira	REPR	2	PAEE
Renata Loise Rodmann	REPR	2	Arte / Educação Física
Rogerio Cordeiro Lopes	REPR	9	História
Rosa Maria Marques da Silva	SC02	1	Ciências
Rosimeri Skoteki	REPR	4	Pedagoga
Sandoval Gomes da Silva	QPM	1	Educação Física / AETE
Sergio Zanferrari	REPR	22	História / Ensino religioso
Sidineia Lazzeri de Souza	REPR	1	Língua inglesa
Sonia Aparecida Batista da Silva	S100	4	Pedagoga
Valeria Aparecida Lopes	REPR	1	Ciências / Red. e leit. / edutech / PMA
Vanderlei Lughy Medeiros	REPR	9	Matemática
Vilma de Oliveira Cardoso Cezar	REPR	3	Ciências

3.4 Infraestrutura: ambientes e equipamentos:

O Funcionamento da escola dá-se em prédio com área construída de 1.443,36 m2. Conta com:

Ambientes pedagógicos	Quantidade	Condições para uso
Salas de Aula	10	boa
Sala do Programa Mais Aprendizagem	01	boa
Sala de Recursos Multifuncional	01	boa
Biblioteca	01	boa
Sala da Direção	01	boa
Sala da Secretária	01	boa
Sala da equipe pedagógica	01	boa
Sala dos professores	01	boa
Sala de almoxarifado	01	boa
Laboratório de informática	01	boa
Laboratório de ciência	01	boa
Pátio coberto	01	boa
Quadra de esportes	01	boa
Sanitário feminino	02	boa

Sanitário masculino	02	boa
Sanitário comuns	02	boa
Cozinha	01	boa
Despensa	02	boa
Refeitório	01	boa

Equipamentos	Quantidade	Condições
Computadores	35	boa
Notebook	34	regular
Notebook/Robótica	10	boa
TV Educatron	12	boa

3.5 Instâncias Colegiadas:

As Instâncias Colegiadas são compostas por representantes locais da comunidade escolar, são elas: Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF e Conselho Escolar. As instâncias colegiadas auxiliam a gestão e colaboram para que as propostas educacionais sejam pensadas e decididas coletivamente.

Conselho Escolar	
Nome	Segmento
Marlena Petry	Presidente
Sérgio Luiz Belegante	Vice-presidente
Sonia Aparecida Batista da Silva	Representante da equipe pedagógica
Mauro Carvalho de Souza	Suplente Representante da equipe pedagógica
Márcia Bedani Rodmann	Representante do corpo docente
Girleene Cristina Simadon Advente	Suplente Representante do corpo docente
Sérgio Luiz Belegante	Representante dos funcionários administrativos
Waléria de Carvalho Leite	Suplente Representante dos funcionários administrativos
Maria das Graças Lírio	Representante dos funcionários de serviços gerais

Leonice Alves da Silva	Representante dos funcionários de serviços gerais
Aluna: Sophia Soares Dourado responsável: Manuela Aparecida Soares Dourado	Representante do corpo discente
Pitro Arthur da Silva Rezende Responsável: Elisangela Gonçalves da Silva Rezende	Suplente Representante do corpo discente
ALUNA: Maria Eduarda Triches Responsável: Magda Locks	Representante
Natalina Paula Gama russin	Representante dos pais
Tatiane Francieli B. Cassimiro	Representante dos pais
Eliane Cristina Kuhnen Brasil da Silva	Representante da unidade de acolhimento - Casa Lar
Daiane de Lima	Representante da Assistência Social

Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF	
Nome	Cargo
Marlena Petry	Presidente
Silvana Ines Junkes Pires	1º Tesoureiro
Tatiani Francieli Boneto Cassimiro	2º Tesoureiro
Valéria de Carvalho Leite	1º secretário
Sandoval Gomes da Silva	2º secretário

Conselho Deliberativo	
Nome	Função
Dualsei Aguilar Chidichima	Mestre ou funcionário efetivo
Geysibel Pedroso Fuzer	Pai ou responsável
Natali Tatiana Pinto M dos Santos	Pai ou responsável
Sarita Angela de Lima Giroto	Suplente - mestre ou funcionário efetivo
Sirenir da Silva Dal Molin	Suplente - pai ou responsável

Geovani da Silva Luiz	Suplente pai ou responsável
-----------------------	-----------------------------

Grêmio Estudantil	
Nome	Cargo
Maria Eduarda Triches	Presidente
Erica Priscila Russin	Vice-presidente
Iana Caroline Ribeiro Fruzinda	Primeiro secretário
Bárbara Costa Basílio da Silva	Segundo secretário
Isabella Becker	Primeiro tesoureiro
Nicoli Dervanoski Berta	Segundo tesoureiro
Agatha Yasmin Fernandes da Silva dos Reis	Diretor social
Endreo Gabriel Piva	Diretor de comunicação e imprensa
Thayla Vitória da Silva	Diretor de assuntos culturais e diversidade
Arthur da Silva Amorin	Diretor de esporte e lazer
Jhonatan Milani Solinski	Diretor de saúde e meio ambiente
Gabriel dis Reis	Diretor de relações acadêmicas
Ana Julia de Almeida Novais	Conselho Fiscal
Willian Kenzo Cruz Maruyama	Conselho Fiscal
Nicoli Vendramini	Conselho Fiscal
Arthur Carlos Esser Zimmermann	Suplente Conselho Fiscal
Gabriel Henrique Petry	Suplente Conselho Fiscal

3.6 Perfil da Comunidade Escolar:

A Escola Estadual Jorge Nacli é a única escola na sede do Município de Nova Aurora, há outras duas nos distritos de Palmitópolis e Marajó. A maioria dos alunos possuem faixa etária entre 10 a 16 anos de idade, são oriundos de várias escolas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, bem como alunos de Educação Especial da sede e dos distritos, resultando na diversidade sócio-cultural dos educandos. Os

alunos provêm de famílias trabalhadoras da camada socioeconômica média e baixa com predominância na zona rural, em atividades agroindustriais diversificadas, em regime de trabalho diarista e trabalho de pequenas empresas do município. A comunidade escolar também apresenta estudantes com vulnerabilidade social, expostos a situações de risco, o que exige da escola um constante repensar das práticas, bem como a realização de intervenções que contribuam nas mudanças educacionais e que promovam o acesso e permanência desses estudantes na escola.

Enfrentamos problemas de ordem Social/Cultural que afetam diretamente a comunidade escolar, tais como: déficit de saneamento básico, falta de segurança pública, condições precárias de saúde física e mental, pouca valorização da educação escolar, desemprego, violência, uso de drogas; baixos salários, expansão de trabalhadores na informalidade das relações de trabalho; consumismo excessivo sem preocupação com o meio ambiente, perda de valores morais, entre outros. Neste sentido vem sendo desenvolvido trabalhos no seio da escola, dentro e fora da sala de aula, no cotidiano das atividades educativas para que a escola cumpra sua função e nossos alunos consigam se apropriar de conhecimentos que levem a construção de uma sociedade justa e humanística. Ainda podemos destacar diferenciais que têm interferido no processo de ensino e aprendizagem, como: o cansaço físico e mental dos docentes, pois o trabalho exige a colaboração dos alunos e poucos colaboram.

Incentivamos a participação das famílias no cotidiano da escola através de atividades coletivas, sejam elas culturais, científicas, esportivas, entre outras, mas ainda não atingimos o desejado, pois as famílias dedicam-se a seus afazeres não disponibilizando tempo para a participação na escola. Com isso acentuam-se as dificuldades em superar os hábitos dos alunos que desorganizam o ambiente escolar, tais como: atrasos significativos no início das aulas, dificuldade em voltar para a sala de aula após o intervalo, falta de interesse em realizar as atividades em sala e extraclasse, falta de respeito com os professores, com membros da comunidade escolar e com seus pares, falta de assiduidade nas aulas, evasão, repetência, depredação e destruição do patrimônio público.

3.7 Indicadores educacionais:

IDEB		SAEB - 20021	
Ano	Nota	Disciplina	Nota
2021	5	Língua Portuguesa	5,09
		Matemática	5,22

Prova Paraná Mais - 2022				
Disciplina	Nota	Edição	Participação	Acertos
Língua Portuguesa	4,71	1ª	96,54%	42,67%
		2ª	97,31%	45,55%
Mtemática	4,54	3ª	9,33	48,47

Rendimento - 2022				
Aprovado	Reprovado	Reprovado por frequência	Abandono	Sem resultado
436	14	19	0	0

Média de frequência - 2022	
Total de alunos	Presença
487	84,1

3.8. Organização pedagógica

A Escola Estadual Jorge Nacli prioriza uma organização pedagógica voltada aos aspectos que impactam no processo de ensino e aprendizagem, o qual é conduzido pela equipe gestora. No início do ano letivo, a partir das matrículas, ocorre a distribuição dos estudantes por turma, há o cuidado para que permaneçam nas turmas de origem e os novos vão sendo acrescentados de forma equitativa. Há possibilidade de mudança de turma baseada em critérios pedagógicos, sendo informada na rematrícula. Os professores são distribuídos nas séries e turmas, de acordo com o perfil de docência, no sexto ano centraliza-se os professores que possuem uma prática pedagógica interdisciplinar, articulando a leitura, a interpretação, a produção textual, os cálculos, a leitura de gráficos e a resolução de problemas durante a abordagem dos objetivos de aprendizagem de seus componentes curriculares. A equipe pedagógica se organiza dividindo o acompanhamento das turmas e planejando semanalmente os atendimentos a professores, estudantes e pais por meio da agenda. Os espaços da escola são organizados a partir das necessidades pedagógicas, com protocolos/regras para a utilização da biblioteca e dos laboratórios de Informática e de Ciências da Natureza, os quais são apresentados aos estudantes no início do ano letivo. O agendamento para utilização dos laboratórios é acompanhado pela equipe pedagógica, que, quando necessário, solicita apoio de um auxiliar administrativo, para atender as propostas de atividades planejadas pelos professores, de forma alternada, para que todos tenham acesso. A organização dos tempos escolares: horários de entrada, recreio, saída, intervalos e atividades de contraturno são expostos em lugares de boa visualização para as famílias e comunidade local, no pátio e na sala dos professores. Os sinais de entrada, saída e intervalo são organizados pelo secretário. A entrada para as salas compõe-se de dois sinais, o primeiro sinal para os professores dirigirem-se às salas de aula e o segundo sinal para os estudantes, os quais são acolhidos pelos professores que assumiram as turmas. Durante os intervalos para troca de professores, os estudantes são orientados a não saírem da sala. Os corredores são observados pelo inspetor (funcionário responsável pela interação com os estudantes). As saídas de sala, durante o período de aula são autorizadas pelo professor, com orientação para que deixe sair apenas um estudante por vez, buscando um ambiente organizado e seguro. O monitoramento dos atrasos e do uso do uniforme é feito pela equipe pedagógica com auxílio do inspetor de pátio, com encaminhamento de

comunicados aos pais por escrito ou via telefone. O uso do celular em sala é orientado pelos professores, de acordo com a necessidade pedagógica diante dos objetivos de aprendizagem a serem alcançados.

Os professores encaminham as atividades de casa e trabalhos para os estudantes e comunicam às famílias via whatsapp. Na sala dos professores há um mural de recados, armários para guardar materiais pedagógicos e mesa para utilizarem durante a hora-atividade. O acompanhamento da frequência escolar é feito pelo B.I. Presente na Escola, visualizado pela Diretora todas as manhãs, comparado com as anotações diárias feitas pela equipe pedagógica, a qual entra em contato com a família e com o próprio estudante, averiguando o motivo da ausência. Os estudantes com faltas alternadas, são orientados pela Diretora em conversas individuais e/ou coletivas, conforme o contexto. Nos casos de abandono escolar, após 5 dias seguidos ou sete alternados, após as buscas ativas já ter sido realizadas e esgotado as possibilidades da escola, a equipe pedagógica faz a inserção do estudante no Sistema Educacional da Rede de Proteção - SERP, em seguida a Diretora encaminha o registro das buscas pelo sistema ao Conselho Tutelar. Quando o estudante é resgatado, o pedagogo orienta quanto a proposta de estudo dirigida e encaminhada pelos professores. O atendimento às turmas, no caso de falta de professor, sempre que possível, é realizado pela equipe gestora, com atividades previamente organizadas pelos professores. O horário de hora-atividade é organizado assim como o horário das aulas e há um cronograma de atendimento da equipe gestora ao professor, esse horário fica exposto na sala dos professores, na sala da Diretora e na Secretaria da escola, para visualização de todos. Durante o acompanhamento da hora-atividade é feito o planejamento da implementação do plano de aula disponibilizado na aba planejamento do LRCO, a formação continuada em serviço dos professores por meio da apresentação de metodologias e recursos que venham a contribuir com a mediação do conhecimento escolar para o desenvolvimento das habilidades previstas. A organização do horário de hora-atividade prioriza o atendimento por área de conhecimento, com o objetivo de que a maior parte dos professores tenham a possibilidade de efetivar o planejamento com seus pares, buscando uma perspectiva de trabalho interdisciplinar. Após a formação, o pedagogo combina a observação de sala de aula com o professor, apoiando-o no desenvolvimento de práticas pedagógicas engajadoras. A observação de sala de aula, compreendida como uma metodologia de formação continuada em serviço, é de

responsabilidade da Diretora, a qual combina recuperação de estudos ocorre mediante a retomada dos objetivos de aprendizagem e a reavaliação, permitindo a recomposição da aprendizagem. Os estudantes com dificuldades de aprendizagem são encaminhados ao Programa Mais Aprendizagem, bem como à parceria com o Aluno Monitor. As notas são entregues na Secretaria da escola após o Pré-Conselho e Conselho de Classe. Os resultados são divulgados aos pais por meio do boletim escolar, na reunião de pais, com a participação dos estudantes. Os Pré-Conselhos são realizados pelo pedagogo da turma com os professores durante a hora-atividade, de forma individual e com os estudantes, com o coletivo da turma. O Conselho de Classe é organizado pela equipe pedagógica, dirigido pela Diretora, os dados coletados no Pré-Conselho são apresentados pela Pedagoga da turma aos professores e ao representante de turma, momento em que são definidas as ações prioritárias a serem desenvolvidas, as formas de intervenção pedagógica, o nivelamento e encaminhamentos necessários. O acompanhamento do rendimento escolar é monitorado pelo professor representante e pelo pedagogo da turma; os estudantes com dificuldades de aprendizagem recebem explicações individuais do professor, sentam juntos a um colega que se destaque no componente curricular e os pais ou responsáveis são atendidos individualmente pelo pedagogo da turma, junto com o estudante para orientação e planejamento das ações a serem desenvolvidas. O estudante portador do Espectro Altista é acompanhado pelo Professor de Atendimento Educacional Especializado - PAEE. O estudante que apresenta dificuldade motora que comprometa seu desenvolvimento cognitivo é acompanhado por Profissional de Apoio Escolar - PAE. Os casos de classificação, reclassificação, adaptação, aproveitamento de estudos, revalidação e equivalência, transferência em regime de progressão parcial, são discutidos pelo Secretário e pelo Pedagogo da turma, seguindo as normas do Regimento Escolar e as orientações pertinentes, com a formação de uma banca de professores representantes, a organização de um plano de estudos dirigido, a elaboração, aplicação e correção de provas pelos professores, a análise dos resultados pela banca e o registro das notas nos documentos escolares pela secretaria da escola, com divulgação aos pais e estudantes. O atendimento aos estudantes com necessidades educativas especiais é organizado dentro das especificidades apresentadas, seguindo a Deliberação 02/03 – CEE, priorizando a adaptação curricular e do material pedagógico, quando necessário. O Atendimento Educacional Especializado é realizado por meio Sala de Recursos Multifuncionais, nas

áreas da deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento para os estudantes com laudo médico, de acordo com as normativas expedidas pela SEED. Os casos são registrados no SERE Pedagógico de forma contínua, sempre que situações pedagógicas diferenciadas são evidenciadas. A escola oferta as seguintes atividades de ampliação de jornada: o PMA - Programa Mais Aprendizagem, o Programa Aluno Monitor, O Programa de Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo - AETE e o Edutech, seguindo as orientações específicas de cada Programa, os quais são explanados no elemento operacional. Todas as legislações educacionais relacionadas à História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena - Lei 10639/03 e Lei 11645/08 e Deliberação 04/06 (como a Equipe Multidisciplinar desenvolve suas atividades e participa da resolução de conflitos advindos do desrespeito aos Direitos Humanos e das questões da diversidade); História do Paraná – Lei nº 13381/01; Educação Ambiental - Lei Federal nº 9795/99; Política Estadual de Educação Ambiental - Lei Estadual nº 17505/2013; Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - Lei nº 11343/06; Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Lei Estadual nº 17650/2013; Educação Sexual e Prevenção à AIDS e DST - Lei nº 11.733/97 e 11.734/97; Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/2003; Educação para o Trânsito – Lei nº 9503/97; Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes – Lei nº 11.525/2007; Estatuto da Juventude - Lei federal nº 12852/2013; Educação Tributária – Decreto nº 1.143/99 e Portaria nº 413/2002; Educação em Direitos Humanos – Resolução CNE/CP nº 01/2012; Musicalização – Lei nº 11.769/08; Brigada Escolar (Decreto Federal nº 7257/2010, Decreto Estadual nº 4837/2012 e Instrução 024/2012 – SEED/SUED), sexualidade humana, são trabalhadas por meio do currículo, contempladas nos planos de aula. A Diretora organiza a gestão da escola de acordo com o Decreto n.º 7.943/2021, sendo que a gestão democrática é articulada junto ao Conselho Escolar, à APMF e ao Grêmio estudantil, buscando constituir espaços coletivos de participação. O Conselho Escolar reúne-se mensalmente para análise e encaminhamentos administrativos, financeiros e pedagógicos, a APMF reúne-se bimestralmente ou sempre que necessário e a cada semestre, reúnem-se os representantes do Conselho Escolar, APMF e Grêmio Estudantil para discutirem situações que estão dificultando a aprendizagem de todos os estudantes, buscando definir coletivamente ações de intervenção. O Grêmio Estudantil é composto por representantes de todos os turnos e tem a responsabilidade de promover atividades que oportunizem o protagonismo juvenil por meio de projetos, os quais são apoiados

pelos professores representantes. A gestão administrativo-financeira é conduzida pela Diretora e auxiliares administrativos que cuidam da vida legal da escola, patrimônio, da prestação de contas do Fundo Rotativo, Relatório Mensal de frequência (RMF), do cumprimento do Calendário Escolar. As ações são definidas junto a Diretora e ao Conselho Escolar. A gestão pedagógica é liderada pela Diretora em parceria com a equipe pedagógica, com foco na observação de sala de aula, sendo que a Diretora observa a prática pedagógica dos professores pelo menos 4 vezes na semana, dentro do processo de combinados, observação e feedback formativo. Posteriormente comunica as pedagogas as evidências e necessidades pedagógicas. A partir disso, organiza a formação do professor, faz a observação da aula e o feedback formativo, as observações da Diretora e equipe pedagógica possuem intencionalidades diferentes. O monitoramento das ferramentas de gestão como o BI Escola, o Super BI 2023 fica a cargo da Diretora, que a partir das evidências, define ações pontuais e mobilizadoras para o aumento da frequência, como a meta de 90% de presença diariamente. O uso das plataformas educacionais é planejado na hora-atividade, junto a equipe pedagógica e um cronograma de agendamento é monitorado pelo Auxiliar administrativo responsável pela organização dos espaços, inclusive do Educatron, um recurso tecnológico que oportuniza diferentes abordagens pedagógicas. A transição entre as etapas, ou seja, dos Anos Iniciais para os Anos Finais do Ensino Fundamental e dos Anos Finais do Ensino Fundamental para o Ensino Médio é uma ação desenvolvida em diferentes momentos. A equipe pedagógica acessa o SERE Pedagógico para conhecer as dificuldades de aprendizagem dos estudantes novos, investiga se estes estudantes possuem algum laudo médico que exija atendimento individual especializado e orienta os professores, atualiza o sistema com as informações mais recentes. Há uma pequena iniciativa de integração entre as escolas municipais próximas, com a visita anual dos estudantes do 5º ano, como forma de acolhimento.

4. ELEMENTOS CONCEITUAIS

4.1. Sociedade e Conhecimento

Destacar e compreender os elementos essenciais que caracterizam a sociedade na contemporaneidade é base para que a organização escolar reúna esforços coerentes com a formação dos estudantes que vivenciam esta realidade. A

escola mantém-se como instituição de referência na veiculação, na produção do conhecimento e formação de cidadãos preparados para intervir, criar, agir, transformar e contribuir de maneira qualificada em seus contextos, por meio da prática social. A concepção de sociedade e de conhecimento, entre contradições e possibilidades, muda ao longo do tempo. Em cada época, ao longo da história, é possível identificar diferentes explicações e formas de relação do ser humano com o conhecimento. Discute-se que com o advento da modernidade e dos avanços científicos, a racionalidade foi exaltada em detrimento da subjetividade. A crítica implícita, é de que a razão sobrepondo-se à imaginação, aos sentimentos, age como uma forma de cerceamento da liberdade, associando-se ao acúmulo de conhecimentos, ao rigor científico e constituindo campos disciplinares. Entende-se que a sociedade, nesta perspectiva, distingue cultura, economia, política, personalidade e valores, por exemplo. A defesa apresentada em estudos relacionados ao tema é de que a sociedade reproduz este sistema, o que incide na manutenção de um olhar fragmentado, ou seja, direcionado para partes da realidade, com prejuízo em termos de conhecimento e significação do todo. Esta maneira de conceber a realidade trouxe consequências para a área educacional, instigando discussões relevantes, as quais serão abordadas no tratamento da questão curricular. A relação entre conhecimento e sociedade é intrínseca. No atual contexto do século XXI, o ágil desenvolvimento na veiculação e difusão do conhecimento está atrelado aos avanços da tecnologia e da ciência. O ritmo das comunicações e da proliferação da informação confere à sociedade características que permitem o uso de expressões como: “sociedade do conhecimento”; “sociedade da aprendizagem”; “sociedade da informação”. Porém, é preciso considerar que uma sociedade do conhecimento em seu sentido literal e pleno não é possível quando se considera que os meios de acesso ao desenvolvimento de habilidades que possibilitam a transformação da informação em conhecimento e aos recursos necessários para tal, não estão disponíveis para todos os cidadãos. A escola, inserida nesta problemática, pode ser considerada como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento, considerando-se a aprendizagem como sinônimo da apreensão de saberes, conceitos, práticas e atitudes desenvolvidas pela instituição escolar por meio de práticas previamente planejadas e sistematizadas. Admite-se, como marca de nosso tempo, a fluidez e transitoriedade da informação, o que gera uma nova relação com o conhecimento. Esta alteração atinge o professor que não detém a primazia do saber e da verdade absoluta. Os estudantes devem ser formados

a buscarem informações de qualidade, produzirem conhecimento, atribuindo sentido às suas aprendizagens à luz dos diferentes contextos que os atingem.

4.2. Trabalho, Ciência e Tecnologia

Há uma forte relação de interdependência entre tecnologia, ciência e trabalho, considerando-se as relações estabelecidas em sociedade. O conhecimento científico, um dos frutos do trabalho humano, impulsiona o desenvolvimento da tecnologia e amplia as capacidades do ser humano. As tecnologias digitais de informação e comunicação exercem impacto em diferentes setores, do quais destacam-se neste momento o da educação e do trabalho. Para a educação são veiculadas oportunidades de formação, direcionadas também à novas funções. Múltiplas possibilidades para veiculação da informação e produção do conhecimento. Disseminação e diferentes recursos tecnológicos para apoiar novas metodologias. Como contraponto, nesse cenário de possibilidades verifica-se a ausência de formação para o preenchimento de vagas de trabalho; desigualdade ou mesmo ausência do acesso à informação e formação de qualidade por parte da sociedade. Dificuldade no processo de seleção e análise das informações veiculadas na rede (Internet, redes sociais), ou seja, em meio a uma infinidade de informações verificam-se desafios na identificação da qualidade do conteúdo que possa gerar conhecimento, na diferenciação entre fato e opinião. No âmbito do trabalho novas exigências se impõem ao trabalhador, a oferta de emprego muda rapidamente e devido a múltiplos fatores, entre eles, a desigualdade social, o acesso à nova vagas em funções atuais, não é atingido por parte da população, o que gera aumento do desemprego e exclusão. Por outro lado, a tecnologias digitais ampliam as possibilidades de atuação, como as relacionadas a tempo e espaço, como o trabalho remoto, a agilização de processos de trabalho em diferentes segmentos.

4.3 Cidadania e Desenvolvimento Humano

A compreensão da concepção de desenvolvimento humano é a que se integra à aprendizagem, mudança e transformação ao longo da vida, neste sentido, encontram-se em Vygotsky pressupostos essenciais, afastando-se da ideia do determinismo biológico. Aqui resumidos na estruturação dada pelo campo teórico apresentam-se cinco planos genéticos interligados. A Filogênese, se assenta na história da espécie, associando um conjunto de condições similares que fazem dos

indivíduos pertencentes à condição de ser humano. A Sociogênese que se traduz no mundo cultural no qual o indivíduo está inserido, o qual indica determinadas formas de vivenciar a passagem de uma fase para a outra, da infância para a vida adulta, por exemplo. A Ontogênese está relacionada à trajetória percorrida pelos ciclos da vida, numa determinada fase o ser humano tem similaridades com outros que se encontram no mesmo período. A Microgênese indica o olhar para o desenvolvimento individual, ou seja, a experiência, o percurso histórico, o repertório de cada indivíduo, o torna único. Da Infância à vida adulta, cada cultura desenvolve formas de interação com esse percurso de acordo com a sua compreensão. Nesta perspectiva não se faz necessário trazer determinações etárias para definir em que idade se inicia e termina cada fase, considerando-se que essa noção de tempo associado à idade cronológica tem se transformado. Há estudos que indicam que o período da adolescência já se antecipou, estendendo-se e encurtando a infância. Os meios digitais transformaram substancialmente a vida e as relações entre as pessoas na sociedade e este é um aspecto que precisa ser considerado quando se pretende elucidar as diferentes fases do desenvolvimento do ser humano numa perspectiva sócio-histórico-cultural. O contato com recursos midiáticos por crianças e jovens, no início mais restrito ao contexto escolar, ampliaram-se e ocuparam os espaços de lazer, de comunicação e de criação, em diferentes contextos. Na fase escolar que caracteriza a entrada da criança na escola, ela já traz consigo um repertório cultural e espera-se que a atividade de estudo possa ocupar o lugar central no seu cotidiano, em detrimento de outras atividades mais lúdicas e simbólicas como o jogo, por exemplo. Ao adentrar à adolescência novos interesses e formas de comunicação ganham espaço, com destaque para o social, para a elaboração de posicionamentos diante da realidade e de projeções para o futuro. Considerando-se o rápido fluxo de informações e mudanças nos modos de comunicação e interações presentes na sociedade atual, é importante caracterizar a vivência das juventudes com a tecnologias digitais. Veicula-se que os jovens têm maior facilidade com a aplicação de diferentes recursos, associando a eles a expressão “nativos digitais”. Há estudos que não convergem com esta afirmação porque defendem que dominar as tecnologias vai além do uso utilitarista de algumas ferramentas. Os chamados “colonizadores digitais”, embora nascidos na era analógica, trouxeram a sua contribuição para esta transformação. Já “imigrantes digitais” é uma referência àqueles que não aderiram rapidamente às novas formas digitais de comunicação e produção do conhecimento e precisaram se abrir a

um período de aprendizagem de acordo com as necessidades cotidianas. Dada a realidade, como já citado, tanto o segmento infantil como o juvenil não têm acesso com equidade ao universo conectado da rede, aos bens culturais, ao exercício pleno da cidadania, visto que, possuem condições básicas diferenciadas em termos de saúde, moradia, educação e trabalho, entre outras.

Há também um imaginário sobre a juventude, baseado em critérios gerais e reducionistas que muitas vezes a descrevem como problemática e imatura, irresponsável. O uso do termo juventudes deve ser acolhido no sentido de demonstrar reconhecimento de que ser jovem não está associado ao pertencimento a uma única categoria na sociedade, ou seja, um jovem indígena, não pode ser classificado da mesma forma que outro que participa da comunidade do campo. Os jovens se conectam com outros, muitas vezes, de realidades distintas. A grande capacidade de aprendizagem dos estudantes pode se revelar na escola, mesmo que o maior vínculo que estabelecem com a instituição se dê em primeira ordem com base nas relações sociais que estabelecem. Os profissionais da educação são instigados neste encontro de gerações a aprimorar sua ação por meio do reconhecimento e acolhimento das diferentes experiências que estes estudantes reúnem com as variadas possibilidades de acesso ao conhecimento presentes nos contextos dos quais participam. A escolarização se estende à vida adulta e este processo demonstra que é possível continuar aprendendo ao longo da vida. O adulto tem a atividade de trabalho como principal, mas os ambientes formais e mesmo informais de educação fazem parte do seu cotidiano. Considerando-se a realidade brasileira, a mobilização para a aprendizagem nesta fase, se dá por inúmeros fatores, desde a alfabetização, a conclusão da Educação Básica, a busca por qualificação profissional, o interesse pessoal sobre um tema, entre outros. O acesso às possibilidades de formação promove a abertura de horizontes, a ampliação e aprofundamento do conhecimento. Devido ao papel crucial que representa para o desenvolvimento humano e exercício da cidadania, a escola é desafiada a dialogar com as diferentes realidades vividas por seus interlocutores, os quais encontram-se em constante transformação ao longo da vida.

4.4 Educação; Ensino e Aprendizagem

A educação deve estar voltada para a formação integral do estudante, o que pressupõe o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e socioemocionais,

incluindo fortemente a emancipação que pressupõe o desenvolvimento da autonomia nas relações de ensino e aprendizagem a fim de propiciar o enfrentamento e busca de soluções para desafios e problemas reais em diferentes contextos. O conceito de autonomia não está amparado na ideia de uma construção pessoal, como um objetivo a ser atingido, atendendo a demanda de um contexto no qual o indivíduo busca desenvolver uma marca, numa perspectiva mercadológica. A autonomia é tida no campo da pesquisa como base da prática pedagógica, considerando que os estudantes são seres ativos, que em seu processo de desenvolvimento atribuem sentido à sua história. A formação a serviço da emancipação intelectual do sujeito valoriza a apreensão do conhecimento, o processo do “conhecer”, do “aprender a saber”, superando uma atividade de simples memorização. Nessa perspectiva o estudante assume papel ativo porque reflete, se engaja, age de forma a mobilizar esforços para apropriar-se de um conjunto de saberes essenciais para a compreensão crítica da realidade. Considera-se que a aprendizagem se dá em tempos e espaços diferentes, assim, aprende-se além da instituição escolar e os conhecimentos prévios são base para que ocorra um diálogo entre professor e estudante, entre estudantes e demais sujeitos que venham a participar do processo de aprendizagem de forma não hierarquizada. Uma relação mais horizontal entre docentes e estudantes no processo de ensino e aprendizagem não pressupõe a fragilização do compromisso do professor com a garantia dos direitos de aprendizagem. Trata-se de ressaltar o papel mediador docente, responsável pela organização intencional dos diferentes espaços de aprendizagem, pela articulação das melhores estratégias de ensino em relação ao seu contexto de atuação, possibilitando o exercício do protagonismo estudantil. Se a aprendizagem ocorre em tempos diferentes é importante reconhecer a heterogeneidade no contexto escolar. A homogeneização de alguns processos de forma estratégica na gestão pedagógica não pode substituir a adaptação e reformulação do planejamento sempre que as necessidades do contexto assim o exigirem. As práticas pedagógicas escolares vão além da transmissão e reprodução do conhecimento porque os estudantes devem ser capazes de articular os saberes, desenvolver o pensamento crítico, elaborar conclusões, projetar o futuro, posicionar-se, reunindo argumentos com base no conhecimento científico e agindo de forma pertinente às necessidades de seu contexto. Nesta perspectiva, a atuação docente é essencialmente mediadora visando favorecer a contextualização com base em uma organização pedagógica integrada. Busca-se uma aprendizagem que seja

significativa, uma aprendizagem duradoura, em contraposição a uma aprendizagem mecânica. David Ausubel é a referência quando se aborda o tema. Para que tenha significado, o estudante deve se esforçar para conectar o “novo” conhecimento à sua estrutura cognitiva. O conhecimento prévio do estudante é a base para que os saberes possam se ancorar de forma significativa, ou seja, com sentido para o estudante. Os elementos expostos convergem para uma organização didático-pedagógica que traga centralidade ao estudante no desenvolvimento da aprendizagem. No âmbito das metodologias participativas, a cooperação pode ser um passo inicial para que se atinja a colaboração. Os princípios da aprendizagem colaborativa por meio da partilha entre pares, sem hierarquia determinada, favorecem o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de autorregulação por parte dos estudantes. O professor deixa de exercer um papel de controle, impulsionando os integrantes da turma a tomarem decisões e atuarem com corresponsabilidade. Um exemplo desta prática se revela quando estudantes de um mesmo grupo se reúnem e juntos, de forma interdependente, buscam a solução para um problema, com o apoio ou não de recursos tecnológicos. As chamadas metodologias ativas são incorporadas às aulas porque vão ao encontro de uma relação entre professor e estudante que tem como foco a aprendizagem e não o ensino e que por isso, dá centralidade ao estudante e não ao professor. Percebe-se que muitas delas estão sendo incorporadas às práticas pedagógicas, tais como: Sala de aula invertida, Instrução entre pares, Rotação por estações, Aprendizagem baseada em problemas, Gamificação.

4.5 Alfabetização e Letramento

A alfabetização e seus desdobramentos é tema de discussões no âmbito educacional de nosso país, dada à associação feita com os índices de analfabetismo e de expressivas dificuldades em leitura e escrita identificadas na Educação Básica. Sabe-se que atuar em sociedade de maneira cidadã pressupõe a garantia do domínio da linguagem materna. A superação do ato de ler simplesmente, de decodificar é uma ação na qual os profissionais da educação devem estar imbuídos e nem somente aqui incluídos os professores alfabetizadores. A apreensão da leitura e escrita mobiliza a capacidade de compreensão, interpretação e produção do conhecimento. Ao se tratar do tema alfabetização, portanto, o termo letramento deve acompanhá-lo porque tendo a linguagem uma função social, o indivíduo letrado é capaz de fazer uso da língua em diferentes contextos e situações, compreendendo a alfabetização e letramento como

um processo que acompanha todo o processo de desenvolvimento. A adoção desta perspectiva por parte de gestores e professores possibilita mudanças qualitativas no encaminhamento do processo de alfabetização e letramento dos estudantes, visando superar possíveis lacunas ao longo da escolarização.

4.6 Currículo

No Estado do Paraná, a oferta do ensino fundamental, nas redes públicas, é organizada em regime de colaboração entre estado e municípios, na qual os anos iniciais estão municipalizados em 99,49% e 98% dos anos finais estão sob a responsabilidade do estado (BRASIL/INEP, 2017). Há o cuidado de promover a transição entre as etapas do fundamental, anos iniciais para o fundamental, anos finais e deste último com a 1ª série do ensino médio de forma acolhedora e formativa, no sentido de que o estudante perceba que há uma continuidade nos estudos e que suas aprendizagens anteriores são relevantes para a continuidade em um novo segmento. Diante da oferta da rede estadual, os referenciais curriculares que atendem aos segmentos da Educação Básica e que são a base para a construção das Propostas Pedagógicas Curriculares das escolas são: O Crep, Currículo da Rede Estadual Paranaense (anos finais) que complementa o já aprovado Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações. O Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, O Currículo da Formação Geral Básica do Ensino Médio e os Cadernos dos Itinerários Formativos organizados para as diferentes organizações escolares e todas as modalidades atendidas. Há o chamado Currículo Priorizado, elaborado para priorizar elementos curriculares, entre eles, determinados conteúdos, diante do contexto da pandemia. Os documentos encontram-se disponíveis em:

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/estudo_planejamento/curriculos_priorizados.

A escola com base nos registros de aprendizagem dos estudantes realiza ações que remetem à flexibilização curricular, buscando em um processo de nivelamento, promover a aprendizagem qualificada de todos os estudantes; A Base Nacional Comum Curricular - BNCC para o ensino fundamental e médio apresenta os saberes essenciais que representam direitos de aprendizagem dos estudantes. Com a sua publicação, a normativa para a elaboração curricular define o desenvolvimento de competências e habilidades, apresentadas por áreas de conhecimento, numa perspectiva de formação integral. O termo competência é definido pela BNCC como a

“mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018). A BNCC inaugura um período em que se pretende uma ruptura com o currículo disciplinar até então vigente nas escolas do Paraná. A integração curricular foi trazida como estratégia de organização do currículo em áreas do conhecimento, a fim de dialogar com todos os elementos previstos na proposta pedagógica na perspectiva não linear da formação integral do estudante, contemplando seu projeto de vida e sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais. Nesta perspectiva, no estado do Paraná a elaboração do planejamento tem como ponto de partida os objetivos de aprendizagem, que regulam a prática docente na escolha das melhores estratégias para atingir o desenvolvimento das habilidades e conseqüentemente das competências gerais e específicas. É fato que discursos atuais e pesquisas demonstram perspectivas diferenciadas na produção do conhecimento, apontando para práticas colaborativas, conhecimento em rede, integração disciplinar, inter e transdisciplinaridade, veiculando-se a ideia de conexão, interdependência entre os seres vivos, do respeito à Terra, à vida. Percebe-se que esta discussão chegou aos documentos curriculares com forte apelo à integração dos saberes, à contextualização, ratificando a interrelação entre os componentes curriculares.

4.7 Educação inclusiva

Quando se trata de educação inclusiva, conscientes da igualdade no direito à educação, deve-se assumir que nenhum estudante pode estar à margem, excluído do processo de aprendizagem. O princípio da equidade pode ser buscado no sentido de que aqueles com necessidades especiais tenham o que precisam para se desenvolverem como os demais. Isso pressupõe a existência dos recursos necessários, de formação continuada aos professores, de uma organização escolar que atenda a diferentes especificidades. Salienta-se que a inclusão escolar, além de atender a uma determinação legal, trata do reconhecimento das diferenças entre as pessoas, as quais aprendem, interagem e se comunicam de maneiras diferentes. Apesar deste reconhecimento a inclusão não deixa de ser até os dias de hoje um desafio para as escolas e suas equipes. A literatura nos apresenta bases conceituais para compreendermos o universo das necessidades educacionais especiais e como podemos promover efetivamente a inclusão no espaço escolar. No Estado do Paraná,

o Departamento de Educação Especial é o órgão responsável pela orientação da política de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, em cumprimento aos dispositivos legais e filosóficos estabelecidos na esfera federal e em consonância com os princípios norteadores da Secretaria de Estado da Educação – SEED. Acredita-se que as instituições escolares e os profissionais da educação podem contribuir amplamente divulgando as práticas que se mostraram efetivas no processo de adaptação curricular.

4.8 Tecnologias educacionais, mídias digitais e plataformas educacionais

A cultura digital está muito impregnada na sociedade o que traz impactos positivos à área educacional, tais como a formação de comunidades de aprendizagem que reúnem grupos que se conectam, partilham informações e produzem conhecimento reunidos por interesses afins (colaboração, cocriação). Neste âmbito, é preciso considerar que nas interações em rede são veiculadas também informações falsas (fake news), o que demonstra o importante papel desempenhado pela educação formal e informal quanto ao desenvolvimento de um comportamento ético dos usuários da rede diante do grande fluxo de trocas que ocorrem por meio das redes sociais, de aplicativos e plataformas digitais, a fim de que usem o discernimento na ações de compartilhamento e produção do conhecimento. Diante das novas formas de comunicação como a síncrona (interlocutores utilizam um canal de comunicação ao mesmo tempo) e assíncrona (a troca de informações não ocorre de forma simultânea) que se distinguem no ciberespaço, já são vividas nas instituições escolares novas possibilidades de desenvolvimento da práticas pedagógicas. Sabe-se que os estudantes e professores utilizam a comunicação em rede para atingir objetivos de aprendizagem pretendidos. Ressalta-se que, para usufruírem plenamente desta possibilidade faz-se necessário a organização prévia, a intencionalidade das ações, dirigidas ao uso efetivo dos recursos digitais disponíveis a favor da aprendizagem. Neste sentido, lembra-se que o acesso a uma gama de informações ou mesmo o uso da tecnologia digital não se traduz automaticamente em produção de conhecimento de qualidade e inovação da prática docente. O Projeto Político-Pedagógico que visa à formação crítica e desenvolvimento da autonomia, pressupõe a viabilização de uma organização escolar que integre as tecnologias digitais aos processos formativos planejados e implementados. Os espaços de aprendizagem, antes utilizados majoritariamente para a transmissão de saberes,

modificaram-se, são dinâmicos, presenciais e digitais, com evidenciada atuação mediadora dos docentes. Dos profissionais da educação espera-se atualização constante visando sintonia com as possibilidades de inovação, incorporando diferentes ferramentas pedagógicas à favor da aprendizagem, mobilizando situações interativas e colaborativas, com a participação ativa dos estudantes. O uso de recursos tecnológicos para fins pedagógicos oportuniza o desenvolvimento de práticas inovadoras que potencializam o processo de ensino e aprendizagem. As mídias digitais são conteúdos divulgados por meio digital, ou seja, pela internet, pen-drive, as quais permitem a mediação e elaboração do conhecimento tanto por parte dos professores como dos estudantes. As plataformas educacionais constituem-se num conjunto de sistemas tecnológicos que oferecem a possibilidade de ampliação das experiências escolares, permitindo o desenvolvimento de habilidades e competências transversais, bem como o acompanhamento personalizado da produção do estudante, o qual pode avançar no processo de aprendizagem, definindo seu percurso, apoiado pelo professor.

4.9 Avaliação para a aprendizagem e Recuperação de estudos

A avaliação está a serviço do trabalho pedagógico e deve ser estruturada de forma a contribuir com a aprendizagem dos estudantes, os quais devem ser incluídos neste processo. Neste sentido, defende-se a avaliação formativa que se caracteriza por sua integração aos processos de ensino e aprendizagem. Inclui o feedback, a autoavaliação e considera o processo de autorregulação da aprendizagem, orientada para a melhoria das aprendizagens, acima de finalidades que podem estar subjacentes ao processo como a classificação, certificação e a apresentação de resultados obtidos. Inserida em todo o processo pedagógico, entende-se que o planejamento, a prática docente, as ações dos estudantes e a avaliação estão interconectadas, sendo muito pertinente que as atividades propostas para ensinar e conseqüentemente aprender, fossem consideradas como instrumento avaliativo. Como ponto de partida, o olhar do docente deve se voltar para os objetivos de aprendizagem que descrevem quais evidências de aprendizagem serão perseguidas. Para uma próxima etapa, o caminho mais indicado é a escolha de instrumentos diversificados de avaliação coerentes com todo o processo desenvolvido ao longo das relações de ensino e aprendizagem construídas e com o que se busca avaliar. Na instituição escolar os registros do acompanhamento da aprendizagem devem ocorrer

concomitantemente ao desenvolvimento das práticas e produções pedagógicas, com paradas estratégicas a cada período avaliativo de acordo com a organização do sistema escolar (bimestral, trimestral ou semestral). Atingir as aprendizagens pretendidas é resultado de um processo dinâmico, no qual são estabelecidas diferentes formas de interação dos estudantes com os saberes e assim, variados níveis são atingidos, considerando-se as habilidades a serem desenvolvidas em cada segmento (ensino fundamental - anos finais e ensino médio). A avaliação formativa assume uma “função remediadora” devido a ação contínua voltada às intervenções que se mostrem essenciais para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, considerando-se que aprendem em ritmos diferentes. Neste ponto, destaca-se a recuperação processual como direito do estudante e compromisso que deve ser assumido por todos os envolvidos: a equipe diretiva propiciando ampla comunicação e apoiando ações que favoreçam a organização escolar, a equipe pedagógica orientando estudantes e responsáveis sobre a rotina de estudos, os direitos de aprendizagem e o devido acompanhamento escolar; ainda, apoiando e orientando o planejamento e a prática pedagógica junto à equipe docente. A “diferenciação e individualização” da aprendizagem é desafiante, mas torna-se um pressuposto que instiga os professores a buscarem diferentes estratégias para regular o processo de aprendizagem, visualizando e buscando atender a diferentes necessidades dos estudantes. As avaliações externas podem ser aplicadas por um profissional participante da comunidade escolar ou não, e têm grande alcance (em larga escala). Sua importância deve-se ao fato de contribuir com o fomento, formulação e monitoramento de políticas públicas. No contexto do ensino público, embasam diagnósticos e ações voltadas ao sistema educacional brasileiro. Destaca-se o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e elaborado a partir de matrizes de referência, com o objetivo de traçar um diagnóstico da educação básica brasileira, sendo aplicado a cada dois anos.

O IDEB é um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que é composto pelos resultados do fluxo escolar e as médias de desempenho dos estudantes. O desempenho apurado no SAEB é associado às taxas de aprovação registradas no Censo Escolar. A Prova Paraná Mais é uma avaliação em larga escala, que avalia, de forma censitária, o desempenho dos estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª e 4ª série do Ensino Médio da rede estadual do Paraná, bem como,

os estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal daqueles municípios que aderirem à avaliação. Tem como objetivo verificar a qualidade da educação pública em todo o estado do PARANÁ, produzindo resultados por estudantes, turma, escola, município, Núcleo Regional de Educação (NRE) e estado. Destaca-se como orientação balizadora os resultados da Prova Paraná Mais 2022, elemento importante no processo de (re)planejamento escolar considerando o contexto do retorno às aulas presenciais, após a sua suspensão, em março de 2020, devido à pandemia da Covid-19, e a necessidade de recomposição das aprendizagens para o ano de 2022 no estado e de replanejamento para o ano de 2023. A Prova Paraná é um instrumento de avaliação elaborado com o objetivo de identificar as dificuldades apresentadas, bem como, as habilidades já apropriadas pelos estudantes durante o processo de ensino e aprendizagem nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa, Ciências da Natureza, Geografia e História e no Ensino Médio em Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa, Química, Física, Biologia, História, Geografia, Sociologia e Filosofia. É uma ferramenta para o professor e equipe gestora da escola, elaborarem a partir de evidências, ações para melhoria da aprendizagem.

4.10 Gestão Escolar

A atuação do diretor escolar é crucial para o aprimoramento da gestão em direção a resultados positivos quanto ao rendimento dos estudantes. Membros da comunidade participam dessa administração por meio das instâncias colegiadas, assim como, funcionários administrativos e equipe pedagógica. Profissionais da educação, com base em seus méritos, muitas vezes ligados à docência assumem esta responsabilidade por escolha de seus pares e da comunidade em geral ou por critérios de seleção e para tal buscam desenvolver competências para o exercício da função. Heloísa Lück é uma autora de referência nesta temática e indica que existem determinados conhecimentos, habilidades e atitudes que são esperadas de um profissional no desempenho de determinada função. A gestão de uma instituição escolar precisa acompanhar as perspectivas de inovação disponíveis. A tecnologia com suas diversas possibilidades como recurso pedagógico deve estar presente, a interatividade e a mudança na organização de tempos e espaços de aprendizagem é uma realidade. Qual é a escola que queremos? Quais aprendizagens? Como será a escola do futuro? Cabe à direção conhecer os desafios que a sociedade

contemporânea impõe à estrutura escolar diante de sua função social. Ter clareza dos segmentos que atende, a quem se destina a formação ali realizada, quem são os estudantes? De onde eles vêm? Quais seus interesses e expectativas? Para gerir as atividades de ensino e aprendizagem é necessário ter uma atuação que ultrapassa o caráter administrativo e assume uma perspectiva pedagógica. Como é constituída a equipe docente? São profissionais de carreira? Qual o nível de formação e experiência? Como se dá a formação em serviço no espaço escolar? São várias as dimensões que envolvem a gestão de uma escola. A comunidade escolar precisa participar, ser convidada a estar presente e sentir-se reconhecida, acolhida, mediante o contexto no qual a instituição está inserida. O exercício de uma efetiva liderança pode contribuir para a construção de uma cultura escolar baseada no compromisso e engajamento dos que a constituem, formando laços de equipe com ações planejadas que vão ao encontro de objetivos educacionais.

4.11 Formação Continuada do professor

A formação docente é um elemento indissociável quando se pretende colocar um plano de trabalho em ação, ou seja, a formação ressignifica a prática pedagógica, orientada ao atendimento de um determinado contexto de aprendizagem. Estudos sobre o tema demonstram que somente a formação inicial não é suficiente para o enfrentamento dos desafios inerentes à atuação profissional. Defende-se a formação para e no exercício da função. Isto quer dizer que há pesquisas e experiências que defendem a participação do professor em seu processo formativo. Os docentes têm condições de refletir sobre a própria prática e para tal necessitam de espaços de discussão no seu ambiente mais próximo de atuação: a escola. A interação entre pares pode ter um efeito mobilizador da aplicação de novas possibilidades pedagógicas às estratégias de ensino, com novos e/ou melhores resultados para a aprendizagem dos estudantes. Ratifica-se que a associação entre teoria e prática no contínuo processo formativo dos professores é fundamental para que a atividade de ensino tenha sentido e mobilize as mudanças necessárias. Exemplos de formação continuada em serviço no estado do Paraná podem ser citados, como a Observação em Sala de Aula e o Grupo de Estudos: Formadores em Ação. A observação de sala de aula é uma metodologia de formação em serviço que possibilita ao professor e a Equipe Gestora refletirem sobre o processo de ensino a partir de questões propositivas. É uma prática construída por meio de combinados entre a equipe e o

docente e, principalmente, é uma ação formativa que envolve três momentos: antes, durante e depois. O antes constitui-se na preparação para a realização da observação de sala de aula, ou seja, é preciso começar pelo acolhimento e pelo objetivo, delimitando o que espera do professor e aonde pretende chegar. O durante é caracterizado pela efetivação dos instrumentos e critérios previamente estabelecidos no acompanhamento da hora-atividade. Para esta ação é importante que o observador escolha um local estratégico em sala de aula, utilize os instrumentos e critérios previamente combinados, bem como evite interferir na dinâmica de trabalho do professor. O depois deve acontecer com a finalidade de construir o feedback formativo da observação realizada, de forma dialógica. Para esta ação é importante que o observador planeje a devolutiva, o que envolve o agendamento de dia e horário, formas de registro, questões propositivas e sugestões de trabalho pautadas nas técnicas de Lemov. O Formadores em Ação constitui-se num grupo de estudos voltado à formação continuada em serviço dos profissionais da educação, que prioriza e oportuniza a troca de experiências entre pares, trazendo o próprio professor e pedagogo da rede para mediar e compartilhar discussões e aprendizagens. A proposta é que por meio da troca de experiências e do trabalho colaborativo, possam ressignificar a sua prática pedagógica, adotando metodologias ativas e recursos tecnológicos para aperfeiçoá-la, tornando a aprendizagem dos estudantes mais significativa. Atualmente o GE conta com 58 temáticas, buscando atender e contribuir com as diversas realidades da rede estadual do Paraná.

5. Objetivos e Metas:

A gestão da Escola Jorge Nacli tem grandes objetivos, acompanhados de metas capazes de serem executadas. Tais como:

Objetivo: Manter altos índices de frequência dos estudantes nas escolas estaduais do Paraná.

Metas:

- Atingir e manter o percentual de 90% de frequência em todos os Núcleos Regionais de Educação (o ideal a atingir é de 100%, mas é preciso lembrar que a meta deve ser exequível com base na realidade escolar);
- Monitorar diariamente a frequência escolar por meio do BI Presente na Escola;

- Comunicar à comunidade escolar a importância da frequência para a aprendizagem;
- Promover campanhas na escola mobilizando os estudantes em prol da manutenção da assiduidade.

Objetivo: Aprimorar progressivamente a qualidade da aprendizagem dos estudantes nas escolas estaduais do Paraná.

Metas:

- Planejar ações pedagógicas coerentes a fim de recompor as aprendizagens (Currículo Priorizado);
- Acompanhar periodicamente os níveis de aprendizagem atingidos pelos estudantes, intensificando as ações que impactam na melhoria dos resultados de aprovação;
- Envolver a comunidade escolar nos processos de avaliação externa;
- Instigar o protagonismo dos estudantes na conscientização de seus pares sobre a contribuição e participação efetiva nas avaliações externas (Prova Paraná e Prova Paraná Mais);
- Avaliar as habilidades e competências desenvolvidas pelos estudantes e intervir a tempo para superar possíveis dificuldades;
- Incluir estudantes no PMA - Programa Mais Aprendizagem, atendendo à prerrogativas do programa;
- Utilizar os recursos pedagógicos disponíveis, tais como, as plataformas digitais, o RCO+ aulas e livros didáticos.

Objetivo: Garantir a permanência dos estudantes na escola, reduzindo progressivamente a evasão escolar até atingir a completa interrupção dessa problemática.

Metas:

- Levantar informações sobre a evasão escolar na instituição de ensino;
- Comparar os indicadores de frequência ao longo do tempo (ano a ano, a cada período avaliativo) a fim de que a gestão avalie e encaminhe ações assertivas que atendam à necessidade de seu contexto escolar;

- Promover ações que garantam que a comunidade escolar tenha conhecimento sobre o preceitos legais que visam a proteção do direito à aprendizagem das crianças e adolescentes, assim como, possíveis sanções caso não sejam respeitados;
- Realizar ações de busca ativa visando o retorno do estudante à escola;
- Registrar no Sistema Educacional da Rede de Proteção - SERP as duas buscas ativas realizadas pela escola, após esgotados os esforços;
- Apresentar o caso aos equipamentos da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, encaminhar para manutenção das medidas protetivas à criança e adolescente no combate ao abandono escolar.

6. ELEMENTOS OPERACIONAIS

O Plano de Ação compõe-se de elementos específicos que visam ao enfrentamento das fragilidades e elementos comuns que atendem as normatizações internas e a legislação vigente. Traz as metas e objetivos da instituição de ensino.

6.1 Elementos específicos:

- a) Ações para o acompanhamento da frequência escolar - assegurar a permanência dos estudantes, com a utilização do BI Presente na Escola.
- b) Ações para diminuição do abandono - realizar ações de busca ativa I e II; discutir os casos nas reuniões de fluxo do abandono escolar da Rede de Proteção; Registrar no Sistema Educacional de Rede de Proteção - SERP as ações de busca ativa realizadas pela escola e após esgotadas todas as possibilidades, encaminhar o caso para o equipamento da Rede de Proteção que melhor responder por ele e acompanhar o caso até o retorno do estudante.
- c) Ações para a melhoria da aprendizagem - garantir os direitos e objetivos de aprendizagem de cada estudante, atendendo às necessidades do contexto escolar.
- d) Ações que visem ao enfrentamento das fragilidades e ao alcance das metas/objetivos estabelecidos pela instituição de ensino.

6.2 Elementos comuns:

- a) Acompanhamento da hora-atividade - enquanto espaço de interação, discussão e mediação, entre equipe pedagógica e professores, com foco na implementação dos planos de aula disponibilizados no Registro de Classe Online (inclusive a aplicação das atividades mão na massa), no uso das plataformas educacionais (Redação Paraná, Desafio Paraná, Inglês Paraná, Matemática Paraná, Leia Paraná), na utilização de metodologias ativas, na análise dos instrumentos avaliativos, visando à melhoria da aprendizagem dos estudantes, considerando a realidade de cada modalidade e segmento de ensino.
- b) Organização da observação de sala de aula, enquanto metodologia de formação continuada, para apoio e desenvolvimento de uma prática pedagógica coerente com os principais desafios pedagógicos e curriculares evidenciados, descrevendo as ações desenvolvidas nas três etapas: antes, durante e depois. Incluir agenda e instrumentos de registro que a escola possa ter elaborado e utilize.
- c) Ações para articulação/comunicação e engajamento das famílias e diferentes esferas da comunidade para a integração da instituição de ensino com a sua região de entorno.
- d) Organização para manutenção de um clima escolar favorável à aprendizagem, prevenção e atendimento aos casos de bullying, violência intraescolar, preconceito, em consonância com as premissas dos direitos humanos e as competências socioemocionais.
- e) Organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para os estudantes com deficiências, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento.
- f) Ações referentes à inclusão e à flexibilização curricular, considerando os estudantes com dificuldades de aprendizagem, os estudantes atendidos pelo SAREH (Serviço de Apoio à Rede Escolarização Hospitalar, os estudantes com direito ao plano de estudos dirigido, amparados pelo Decreto-Lei 1044/69 e pela Lei 6202/75, bem como o atendimento aos estudantes em cumprimento de medida socioeducativa.
- g) Organização do Conselho de Classe (Pré-conselho, Conselho e Pós-Conselho).

- h) Organização do processo de avaliação e recuperação de estudos com o objetivo de acompanhar o desempenho dos estudantes e subsidiar as defasagens da aprendizagem, considerando, também, o uso das plataformas educacionais, em articulação com a Proposta Pedagógica Curricular.
- i) Ações desenvolvidas para o preparo e aplicação das avaliações externas (Prova SAEB, Prova Paraná Mais e Prova Paraná), bem como a análise e divulgação dos resultados.
- j) Ações de organização frente à formação continuada em serviço, como: Estudo e Planejamento, acompanhamento pedagógico realizado pela Tutoria Pedagógica, participação no Grupo de Estudos: Formadores em Ação e nas webinars no Canal do Professor, entre outros.

Plano de Ação

https://docs.google.com/document/d/1Iaco3obGKxjy44EbkFvzA2T_u8yPuide/edit

6.3 Outras ações didático-pedagógicas que a escola desenvolve

- a) **Os processos de classificação e reclassificação são organizados de acordo com a Instrução n. 02/2022 - CDE/DNE/DPGE/SEED - Ensino Fundamental.**

https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-08/instrucao_normativa_022022_cdcdnedpgeseed.pdf

Fica a cargo da escola posicionar o estudante na etapa de estudos compatíveis com a idade, experiência e desempenho, adquiridos por meios formais e informais, a qual é realizada por meio de avaliação diagnóstica, elaborada pelos professores das disciplinas de ciências, história, geografia, língua portuguesa e matemática. É realizada para qualquer ano/série, em qualquer época do ano. O resultado das avaliações é registrado em Ata. A cópia da Ata e as avaliações são arquivadas na pasta do estudante.

- b) **A oferta de estágio obrigatório e não obrigatório, conforme Lei n.º 11.788/08, Decreto n.º 8.654/2010 e Instrução Normativa n.º 01/2021 - SEED/DPGE/DLE (anexo III e anexo IV):**

https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/instrucao_normativa_012021_seeddpgedle.pdf

De acordo com a Lei nº 11.788/08, amparada pelo Decreto nº 8654-28/10/2010 e Instrução Normativa 028/2010 SUED/SEED, o estágio é um ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Temos a compreensão de que, o estágio desenvolvido pelo estudante possibilita o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, bem como um preparo para o exercício da cidadania e do trabalho produtivo. No entanto, a Escola Estadual Jorge Nacli não oferece estágio remunerado e fica a critério da escola romper o estágio, caso haja incompatibilidade com os trabalhos escolares. Por fim, entende-se que o estágio supervisionado atribui ao estagiário conhecimentos, habilidades e experiências capazes de favorecer a construção de competências para atuação efetiva em um trabalho, convivência em sociedade e resolução de problemas ocasionais.

c) Descrição das atividades, programas e projetos desenvolvidos pela escola:

O Programa Mais Aprendizagem, nível I, II é ofertado no contraturno, nos períodos da manhã e da tarde para os estudantes dos 6º anos e das demais séries com as defasagens de aprendizagem correlatas, de acordo com a Instrução n.º 04/2023 - SEED/DEDUC

<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seed@3f310041-b77b-4cef-aa43-78c5b9ebe86f&emPg=true>

O PMA é ofertado porque há estudantes com defasagens e lacunas de aprendizagem relacionadas às habilidades de leitura, escrita, raciocínio lógico, cálculo, resolução de problemas e problematização. Visa a recuperação, o reforço, a recomposição da aprendizagem e o aprimoramento, para o avanço na alfabetização e no letramento e, conseqüentemente, contribuir para o aumento da taxa de aprovação e diminuição da taxa de evasão escolar.

O Programa Aluno Monitor está organizado de acordo com a Instrução n.º 02/2023 - SEED/DEDUC

<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uid=@gtf-escriba-seed@88823470-0df8-4b0d-8150-1bab8f38a648&emPg=true>

O Programa Aluno Monitor é ofertado para oportunizar aos estudantes a atuação como monitores, auxiliando outros estudantes, por meio da orientação e condução de grupos de estudo e no desenvolvimento de atividades de reforço escolar, objetivando a melhoria da aprendizagem e a valorização do protagonismo dos estudantes.

O Programa Edutec está organizado de acordo com a Instrução n.º 02/2023 - SEED/DEDUC

<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uid=@gtf-escriba-seed@88823470-0df8-4b0d-8150-1bab8f38a648&emPg=true>

O Programa Edutech é ofertado, em contraturno, aos estudantes que têm interesse em aprimorar a aprendizagem da Programação, também contempla o Pensamento Computacional, a Cultura e o Letramento Digital aos estudantes matriculados nas instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná,

O Programa O Programa de Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo - AETE, está organizado de acordo com a Instrução n.º 02/2023 - SEED/DEDUC

<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uid=@gtf-escriba-seed@88823470-0df8-4b0d-8150-1bab8f38a648&emPg=true>

O Programa AETE oportuniza aos estudantes a prática de atividades esportivas individuais e/ou coletivas, favorecendo maiores condições de participação nos Jogos Escolares do Paraná.

O Programa Robótica está organizado conforme o PLANO DE CURSO: 3023 - ROBÓTICA PARANÁ

https://aluno.escoladigital.pr.gov.br/sites/alunos/arquivos_restritos/files/documento/2023-02/robotica_parana_plano_curso_ensino_medio2023.pdf

O Programa Robótica visa preparar os estudantes para as profissões do futuro e para ingressar no mundo do trabalho, pois o avanço tecnológico influencia a vida das pessoas. Neste sentido o cotidiano escolar pode contribuir, incorporando a tecnologia como recurso pedagógico, que propicia instrumentos para a construção de novos conhecimentos.

O Programa Sala de Recursos Multifuncional tipo I - SRMI, está organizado de acordo com o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>

O Programa SRMI tem por objetivo atender estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, com recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem para assegurar condições que permitam a continuidade de estudo nos demais níveis de ensino.

Equipes Multidisciplinares são instâncias do trabalho escolar legitimadas pelo Artigo 26A da LDB, Lei nº 9394/96, pela Deliberação nº 04/06 CEE/PR, pela Instrução nº. 017/06 Sued/Seed, pela Resolução nº 3399/10 Sued/Seed e a Instrução nº. 010/10 Sued/Seed

<https://drive.google.com/file/d/1VZGV2X1uoXjERj4m8FzdT2CEFN644Glz/view?usp=sharing>

Através das Equipes Multidisciplinares a escola desenvolve debates, estratégias e ações pedagógicas que fortaleçam a implementação da Lei nº 10.639/03 e da Lei nº 11.645/08, bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar das instituições de ensino da rede pública

estadual e escolas conveniadas do Paraná. Na perspectiva da construção de uma cultura escolar que conhece, reconhece, valoriza e respeita a diversidade étnico-racial.

d) Funcionamento do Conselho Escolar, APMF, Grêmios Estudantis, articuladas à gestão pedagógica, seguindo os Estatutos.

As Instâncias Colegiadas são compostas por representantes locais da comunidade escolar, são elas: Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF, Conselho Escolar e Grêmios Estudantis. Visam discutir e decidir sobre as necessidades do ambiente escolar, para que as propostas pedagógicas sejam pensadas e decididas coletivamente. Periodicamente são realizadas reuniões, onde essas instâncias representam a Comunidade Escolar, nos quesitos deliberativo, consultivo, avaliativo e fiscalizador, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED, observando a Constituição, a LDB, o ECA, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento da Escola, para o cumprimento da função social e específico escolar, cada instância com sua prerrogativa, conforme o disposto em seus Estatutos.

APMF

<https://drive.google.com/file/d/15O-z1M1iRR4hgclFk39GaBzjfcGmWhTd/view?usp=sharing>

Conselho Escolar

<https://drive.google.com/drive/my-drive>

Grêmios

<https://drive.google.com/drive/my-drive>

e) No sentido de promover a proteção humana e manter o ambiente escolar seguro em situações de risco e emergenciais, visando minimizar os impactos desastrosos de um sinistro, cumpre-se o Programa Brigada Escolar - Defesa

Civil na Escola, apoiados no Plano de Abandono. Realizando semestralmente simulados de abandono emergencial das edificações escolares, cujo objetivo é a construção de uma cultura de prevenção, oferecendo à comunidade escolar condições de ação e proteção em situações emergenciais, bem como evitar pânico em caso de sinistro. Para tanto, a gestão escolar estimula os membros da escola a participarem de capacitação, oferecida pela Secretaria de Estado da Educação.

[file:///C:/Users/J.Nacli2/Downloads/plano%20de%20abandono15-06-2023-140508%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/J.Nacli2/Downloads/plano%20de%20abandono15-06-2023-140508%20(1).pdf)

f) Acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico e da avaliação institucional.

A cada semestre ou sempre que necessário, a Comunidade Escolar realiza a avaliação dos aspectos de execução do PPP, bem como o próprio Projeto Político Pedagógico, as atividades desenvolvidas e os resultados alcançados. Esta avaliação é realizada por todos os profissionais da educação desta escola, representantes dos discentes, Órgãos Colegiados e membros da comunidade escolar. Por vezes a avaliação do Projeto Político Pedagógico não pode ser uma ação qualquer, mas sim uma ação que conduza a resultados satisfatórios para o bom desenvolvimento do trabalho pedagógico, dentro de uma perspectiva de totalidade, pensando a prática, refletindo sobre os resultados alcançados e planejando o processo de intervenção na realidade. Dessa forma, utiliza-se a avaliação institucional como instrumento de reorientação do trabalho educativo, com base na construção coletiva de uma concepção de avaliação democrática e formativa, capaz de intervir efetivamente na realidade educacional, no sentido de contrapor-se à exclusão e ao aprofundamento das desigualdades sociais.

g) O Calendário Escolar - 2023.

<https://drive.google.com/file/d/1dJQwldb5nYs85Z6W-vOMhxnSPFUNy0jZ/view?usp=sharing>

PROPOSTA CURRICULAR DE ARTE – ENSINO FUNDAMENTAL

1. APRESENTAÇÃO, JUSTIFICATIVA E DIREITOS DE APRENDIZAGEM

O ensino de Arte amplia o repertório cultural do aluno a partir dos conhecimentos estéticos, artísticos e contextualizados, aproximando do universo cultural da humanidade. O pensamento, a sensibilidade e a percepção articulam-se numa organização que expressa sentimentos, envolvendo o contexto histórico. A arte permite conhecer a produção humana, além de criar e manifestar sua forma de ver o mundo por meio de um processo criativo, da qual, propicia ao sujeito ampliar e enriquecer a realidade já humanizada pelo trabalho.

De acordo com a Legislação Educacional Brasileira, LDB 9394/96, a disciplina de Arte vigora como área de conhecimento, tendo sido incluída como componente curricular obrigatório da Educação Básica.

A seleção dos conteúdos poderá partir estabelecendo relações com os conteúdos presentes nas produções, manifestações locais, regionais, globais, das diversas linguagens artísticas. Em suas aulas, o professor poderá explicitar através das manifestações/produções artísticas. Esta materialização do pensamento artístico de diferentes culturas coloca-se com um referencial (signos) que poderá ser interpretado pelos alunos por meio do conhecimento dos códigos presentes nas linguagens artísticas.

O componente curricular contribui, ainda, para a interação crítica dos alunos com a complexidade do mundo, além de favorecer o respeito às diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, importantes para o exercício da cidadania. A Arte propicia a troca entre culturas e favorece o reconhecimento de semelhanças e diferenças entre elas. Nesse sentido, as manifestações artísticas não podem ser reduzidas às produções legitimadas pelas instituições culturais e veiculadas pela mídia, tampouco a prática artística pode ser vista como mera aquisição de códigos e técnicas. A aprendizagem de Arte precisa alcançar a experiência e a vivência artísticas como prática social, permitindo que os alunos sejam protagonistas e criadores.

A prática artística possibilita o compartilhamento de saberes e de produções entre os alunos por meio de exposições, saraus, espetáculos, performances, concertos, recitais, intervenções e outras apresentações e eventos artísticos e culturais, na escola ou em outros locais. Os processos de criação precisam ser

compreendidos como tão relevantes quanto os eventuais produtos. Além disso, o compartilhamento das ações artísticas produzidas pelos alunos, em diálogo com seus professores, pode acontecer não apenas em eventos específicos, mas ao longo do ano, sendo parte de um trabalho em processo.

A disciplina de Arte, além de promover conhecimento sobre as diversas áreas, deve possibilitar ao aluno a experiência de um trabalho de criação total e unitário. O aluno pode, assim, dominar todo o processo produtivo do objeto: desde a criação do projeto, a escolha dos materiais e do instrumental mais adequado aos objetivos que estabeleceu a metodologia que adotará e, finalmente, a produção e a destinação que dará ao objeto criado, contudo, com a orientação do professor.

No Ensino Fundamental, o componente curricular Arte está centrado nas seguintes linguagens: as Artes visuais, a Dança, a Música e o Teatro. Essas linguagens articulam saberes referente a produtos e fenômenos artísticos e envolvem as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas. A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte.

O componente curricular contribui, ainda, para a interação crítica dos alunos com a complexidade do mundo, além de favorecer o respeito às diferenças e o diálogo intercultural, pluriétnico e plurilíngue, importantes para o exercício da cidadania. A Arte propicia a troca entre culturas e favorece o reconhecimento de semelhanças e diferenças entre elas.

Nesse sentido, as manifestações artísticas não podem ser reduzidas às produções legitimadas pelas instituições culturais e veiculadas pela mídia, tampouco a prática artística pode ser vista como mera aquisição de códigos e técnicas. A aprendizagem de Arte precisa alcançar a experiência e a vivência artísticas como prática social, permitindo que os alunos sejam protagonistas e criadores.

A prática artística possibilita o compartilhamento de saberes e de produções entre os alunos por meio de exposições, saraus, espetáculos, performances, concertos, recitais, intervenções e outras apresentações e eventos artísticos e culturais, na escola ou em outros locais. Os processos de criação precisam ser compreendidos como tão relevantes quanto os eventuais produtos. Além disso, o compartilhamento das ações artísticas produzidas pelos alunos, em diálogo com seus professores, pode acontecer não apenas em eventos específicos, mas ao longo do ano, sendo parte de um trabalho em processo.

A prática investigativa constitui o modo de produção e organização dos conhecimentos em Arte. É no percurso do fazer artístico que os alunos criam, experimentam, desenvolvem e percebem uma poética pessoal. Os conhecimentos, processos e técnicas produzidos e acumulados ao longo do tempo em Artes visuais, Dança, Música e Teatro contribuem para a contextualização dos saberes e das práticas artísticas. Eles possibilitam compreender as relações entre tempos e contextos sociais dos sujeitos na sua interação com a arte e a cultura.

A BNCC propõe que a abordagem das linguagens articule seis dimensões do conhecimento que, de forma indissociável e simultânea, caracterizam a singularidade da experiência artística. Tais dimensões perpassam os conhecimentos das Artes visuais, da Dança, da Música e do Teatro e as aprendizagens dos alunos em cada contexto social e cultural. Não se trata de eixos temáticos ou categorias, mas de linhas maleáveis que se interpenetram, constituindo a especificidade da construção do conhecimento em Arte na escola. Não há nenhuma hierarquia entre essas dimensões, tampouco uma ordem para se trabalhar com cada uma no campo pedagógico.

As dimensões são:

- Criação: refere-se ao fazer artístico, quando os sujeitos criam, produzem e constroem. Trata-se de uma atitude intencional e investigativa que confere materialidade estética a sentimentos, ideias, desejos e representações em processos, acontecimentos e produções artísticas individuais ou coletivas. Essa dimensão trata do apreender o que está em jogo durante o fazer artístico, processo permeado por tomadas de decisão, entraves, desafios, conflitos, negociações e inquietações.
- Crítica: refere-se às impressões que impulsionam os sujeitos em direção a novas compreensões do espaço em que vivem, com base no estabelecimento de relações, por meio do estudo e da pesquisa, entre as diversas experiências e manifestações artísticas e culturais vividas e conhecidas. Essa dimensão articula ação e pensamento propositivos, envolvendo aspectos estéticos, políticos, históricos, filosóficos, sociais, econômicos e culturais.
- Estesia: refere-se à experiência sensível dos sujeitos em relação ao espaço, ao tempo, ao som, à ação, às imagens, ao próprio corpo e aos diferentes materiais. Essa dimensão articula a sensibilidade e a percepção, tomadas como forma de conhecer a si mesmo, o outro e o mundo. Nela, o corpo em sua

totalidade (emoção, percepção, intuição, sensibilidade e intelecto) é o protagonista da experiência.

- **Expressão:** refere-se às possibilidades de exteriorizar e manifestar as criações subjetivas por meio de procedimentos artísticos, tanto em âmbito individual quanto coletivo. Essa dimensão emerge da experiência artística com os elementos constitutivos de cada linguagem, dos seus vocabulários específicos e das suas materialidades.
- **Fruição:** refere-se ao deleite, ao prazer, ao estranhamento e à abertura para se sensibilizar durante a participação em práticas artísticas e culturais. Essa dimensão implica disponibilidade dos sujeitos para a relação continuada com produções artísticas e culturais oriundas das mais diversas épocas, lugares e grupos sociais.
- **Reflexão:** refere-se ao processo de construir argumentos e ponderações sobre as fruções, as experiências e os processos criativos, artísticos e culturais. É a atitude de perceber, analisar e interpretar as manifestações artísticas e culturais, seja como criador, seja como leitor.

A referência a essas dimensões busca facilitar o processo de ensino e aprendizagem em Arte, integrando os conhecimentos do componente curricular. Uma vez que os conhecimentos e as experiências artísticas são constituídos por materialidades verbais e não verbais, sensíveis, corporais, visuais, plásticas e sonoras, é importante levar em conta sua natureza vivencial, experiencial e subjetiva.

As Artes Visuais são os processos e produtos artísticos e culturais, nos diversos tempos históricos e contextos sociais, que têm a expressão visual como elemento de comunicação. Essas manifestações resultam de explorações plurais e transformações de materiais, de recursos tecnológicos e de apropriações da cultura cotidiana. As Artes Visuais possibilitam aos alunos explorar múltiplas culturas visuais, dialogar com as diferenças e conhecer outros espaços e possibilidades inventivas e expressivas, de modo a ampliar os limites escolares e criar novas formas de interação artística e de produção cultural, sejam elas concretas, sejam elas simbólicas.

A Dança se constitui como prática artística pelo pensamento e sentimento do corpo, mediante a articulação dos processos cognitivos e das experiências sensíveis implicados no movimento dançado. Os processos de investigação e produção artística da dança centram-se naquilo que ocorre no e pelo corpo, discutindo e significando relações entre corporeidade e produção estética.

Ao articular os aspectos sensíveis, epistemológicos e formais do movimento dançado ao seu próprio contexto, os alunos problematizam e transformam percepções acerca do corpo e da dança, por meio de arranjos que permitem novas visões de si e do mundo. Eles têm, assim, a oportunidade de repensar dualidades e binômios (corpo versus mente, popular versus erudito, teoria versus prática), em favor de um conjunto híbrido e dinâmico de práticas.

A Música é a expressão artística que se materializa por meio dos sons, que ganham forma, sentido e significado no âmbito tanto da sensibilidade subjetiva quanto das interações sociais, como resultado de saberes e valores diversos estabelecidos no domínio de cada cultura. A ampliação e a produção dos conhecimentos musicais passam pela percepção, experimentação, reprodução, manipulação e criação de materiais sonoros diversos, dos mais próximos aos mais distantes da cultura musical dos alunos. Esse processo lhes possibilita vivenciar a música inter-relacionada à diversidade e desenvolver saberes musicais fundamentais para sua inserção e participação crítica e ativa na sociedade.

O Teatro instaura a experiência artística multissensorial de encontro com o outro em performance. Nessa experiência, o corpo é locus de criação ficcional de tempos, espaços e sujeitos distintos de si próprios, por meio do verbal, não verbal e da ação física. Os processos de criação teatral passam por situações de criação coletiva e colaborativa, por intermédio de jogos, improvisações, atuações e encenações, caracterizados pela interação entre atuantes e espectadores.

O fazer teatral possibilita a intensa troca de experiências entre os alunos e aprimora a percepção estética, a imaginação, a consciência corporal, a intuição, a memória, a reflexão e a emoção.

Desta forma a necessidade artística está fundamentada no princípio do imaginário, da comunidade, das emoções e da relação do indivíduo com a sociedade.

Proporcionar o conhecimento histórico para uma compreensão crítica está entre os principais objetivos da disciplina, dos quais, podem ampliar para:

- Analisar, refletir, respeitar e preservar as diversas manifestações da arte, em suas múltiplas funções, utilizadas por diferentes grupos sociais e étnicos interagindo com o patrimônio nacional e internacional, que se deve conhecer e compreender em sua dimensão sócio histórica;
- Apreciar as várias formas de expressões artísticas, desenvolvendo tanto a fruição e a análise estética: Construir, expressar e comunicar-se através da

dança, das artes cênicas, linguagem corporal e linguagem musical articulando a percepção, desenvolver a percepção analítica do olhar para a produção visual, a imaginação, a memória, a sensibilidade e a reflexão;

- Proporcionar aos alunos um contato direto com materiais diversificados das quatro linguagens artísticas (música, dança, teatro e artes visuais);
- Possibilitar ao aluno a construção de formas plásticas, visuais, musicais, cênicas e corporais em espaços diversos (bidimensional e tridimensional);
- Desenvolver o conhecimento dos elementos básicos e os recursos expressivos das quatro linguagens artísticas;
- Apreciação, fruição, interpretação estética com obras e suas reproduções;
- Construir o conhecimento em Arte, através da linguagem, que passa a ser compreendida como elo entre o conteúdo do sujeito e a cultura em suas diversas produções e manifestações artísticas;
- Propiciar ao aluno o acesso aos conhecimentos presentes nos bens culturais que lhe permitam utilizar-se destes na compreensão da realidade ampliando o seu modo de vê-las;
- Fazer com que os alunos conheçam a arte na sociedade local, regional e mundial, ressaltando os artistas, pensadores e profissionais.

Ainda que, na BNCC, as linguagens artísticas das Artes visuais, da Dança, da Música e do Teatro sejam consideradas em suas especificidades, as experiências e vivências dos sujeitos em sua relação com a Arte não acontecem de forma compartimentada ou estanque. Assim, é importante que o componente curricular Arte leve em conta o diálogo entre essas linguagens, o diálogo com a literatura, além de possibilitar o contato e a reflexão acerca das formas estéticas híbridas, tais como as artes circenses, o cinema e a performance.

Atividades que facilitem um trânsito criativo, fluido e desfragmentado entre as linguagens artísticas podem construir uma rede de interlocução, inclusive, com a literatura e com outros componentes curriculares. Temas, assuntos ou habilidades afins de diferentes componentes podem compor projetos nos quais saberes se integrem, gerando experiências de aprendizagem amplas e complexas.

Em síntese, o componente Arte no Ensino Fundamental articula manifestações culturais de tempos e espaços diversos, incluindo o entorno artístico dos alunos e as produções artísticas e culturais que lhes são contemporâneas. Do ponto de vista histórico, social e político, propicia a eles o entendimento dos costumes e dos valores

constituintes das culturas, manifestados em seus processos e produtos artísticos, o que contribui para sua formação integral.

Ao longo do Ensino Fundamental, os alunos devem expandir seu repertório e ampliar sua autonomia nas práticas artísticas, por meio da reflexão sensível, imaginativa e crítica sobre os conteúdos artísticos e seus elementos constitutivos e também sobre as experiências de pesquisa, invenção e criação.

Para tanto, é preciso reconhecer a diversidade de saberes, experiências e práticas artísticas como modos legítimos de pensar, de experienciar e de fruir a Arte, o que coloca em evidência o caráter social e político dessas práticas.

Na BNCC de Arte, cada uma das quatro linguagens do componente curricular – Artes visuais, Dança, Música e Teatro – constitui uma unidade temática que reúne objetos de conhecimento e habilidades articulados às seis dimensões apresentadas anteriormente. Além dessas, uma última unidade temática, Artes integradas, explora as relações e articulações entre as diferentes linguagens e suas práticas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação.

Nessas unidades, as habilidades são organizadas em dois blocos (1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano), com o intuito de permitir que os sistemas e as redes de ensino, as escolas e os professores organizem seus currículos e suas propostas pedagógicas com a devida adequação aos seus contextos. A progressão das aprendizagens não está proposta de forma linear, rígida ou cumulativa com relação a cada linguagem ou objeto de conhecimento, mas propõe um movimento no qual cada nova experiência se relaciona com as anteriores e as posteriores na aprendizagem de Arte.

No que tange aos anos finais do Ensino Fundamental, o mesmo se organiza em continuidade aos anos iniciais. Nesta fase de escolarização, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, os quais envolvem conhecimentos sistematizados, próprios de cada componente curricular. Nos anos finais se faz necessário o fortalecimento da autonomia dos estudantes por meio do acesso e interação crítica com os diferentes conhecimentos e informações.

No Ensino Fundamental – anos iniciais e finais, conforme a LDBEN nº 9.394/96, os estudantes deverão desenvolver a capacidade de aprender por meio do pleno domínio da leitura, da escrita, do cálculo, da compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das tecnologias, das artes, dos valores em que se fundamenta a sociedade e resolver problemas, tornando-se, assim, autônomos e protagonistas de sua aprendizagem.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Considerando tais aspectos do processo de ensino- aprendizagem no Ensino Fundamental, a BNCC, apresenta os direitos de aprendizagem comuns a todos os estudantes, como forma de buscar garantir a equidade no processo de escolarização e permitindo melhores condições para o desenvolvimento de capacidades estéticas, sensíveis, criativas, artísticas, culturais e outras, para o ser humano compreender e agir no mundo.

Dessa forma, apresenta-se a organização progressiva dos conhecimentos dos componentes curriculares e os objetivos de aprendizagem por ano do Ensino Fundamental a fim de auxiliar professores e equipes pedagógicas em suas práticas educativas.

A BNCC apresenta as Competências Gerais, entendidas, conforme Parecer no 15/2017 da CNE/CP, como Direitos de Aprendizagem:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações,

produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM DA ARTE

O contato com a arte promove conhecimento, reflexão e fruição de manifestações artísticas culturais diversas, levando os estudantes a entenderem a realidade e a realizarem novas interpretações desta, por meio de suas expressões. Desse modo, a escola pode contribuir para que eles construam identidades plurais, menos fechadas em círculos restritos de referência e para a formação de sujeitos atuantes diante da sociedade. Por meio da articulação entre as unidades temáticas e os respectivos objetos de conhecimento e objetivos de aprendizagem, a Arte deverá

garantir aos estudantes direitos de aprendizagem específicos durante todo o Ensino Fundamental.

1. Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social, dos povos indígenas, das comunidades tradicionais brasileiras e de diversas sociedades, em distintos tempos e espaços, para reconhecer a arte como um fenômeno cultural, histórico, social e sensível a diferentes contextos e dialogar com as diversidades.
2. Compreender as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, inclusive aquelas possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual, nas condições particulares de produção, na prática de cada linguagem e nas suas articulações.
3. Pesquisar e conhecer distintas matrizes estéticas e culturais – especialmente aquelas manifestas na arte e nas culturas que constituem a identidade brasileira –, sua tradição e manifestações contemporâneas, reelaborando-as nas criações em Arte.
4. Experienciar a ludicidade, a percepção, a expressividade e a imaginação, ressignificando espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte.
5. Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística.
6. Estabelecer relações entre arte, mídia, mercado e consumo, compreendendo, de forma crítica e problematizadora, modos de produção e de circulação da arte na sociedade.
7. Problematicar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais, por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas.
8. Desenvolver a autonomia, a crítica, a autoria e o trabalho coletivo e colaborativo nas artes.
9. Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo. Assim, o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, trazem os objetivos elencados na BNCC e acréscimos ou complementações na perspectiva de aproximar o ensino da Arte no Paraná ao propósito de contribuir

para a percepção do mundo e construção de uma sociedade igualitária, democrática e inclusiva.

2. ORGANIZADOR CURRICULAR

Com o propósito de contribuir para elaboração e reelaboração dos Currículos e das Propostas Pedagógicas Curriculares da Educação Básica das redes de ensino do Estado do Paraná, apresentam-se a articulação entre as unidades temáticas, objetos de conhecimento e objetivos de aprendizagem da Arte, considerando o aprendizado necessário para cada ano do Ensino Fundamental.

https://docs.google.com/document/d/1wmf4tT_XCdM3FB_7fGaHwjUGYldnHCqHxgOwrDoYm18/edit?usp=sharing

ESTRATÉGIAS DE ENSINO

3. RECURSOS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO

Artes Visuais

A abordagem dos conteúdos se faz necessária e deverá acontecer a partir de uma estratégia de ensino, onde o conhecimento, as práticas e a fruição artística estejam presentes em todos os momentos da prática pedagógica, em todas as séries da Educação Básica. O Teorizar fundamenta e possibilita ao aluno que perceba e aproprie a obra artística, bem como, desenvolva um trabalho artístico para formar conceitos artísticos. Privilegia a cognição em que a racionalidade opera para apreender o conhecimento historicamente produzido sobre arte este conhecimento é alcançado através do trabalho com os conteúdos estruturantes elementos formais, composição, movimentos e períodos, abordados nas Artes Visuais, Dança, Música e Teatro.

Esse conhecimento se efetiva quando os três momentos da metodologia são trabalhados e não existe ordem para o início, podem inclusive ser trabalhados simultaneamente. O Sentir e perceber são as formas de apreciação, fruição, leitura e

acesso à obra de arte. Trata-se de envolver a apreciação e apropriação dos objetos da natureza e da cultura em uma dimensão estética.

A percepção e apropriação das obras artísticas se dão inicialmente pelos sentidos. A fruição e a percepção serão superficiais ou mais aprofundadas conforme as experiências e conhecimentos em arte que o aluno tiver em sua vida. O trabalho do professor deve possibilitar o acesso e mediar à percepção e apropriação dos conhecimentos sobre arte, para que o aluno possa interpretar as obras, transcender aparências e aprender, pela arte, aspectos da realidade humana em sua dimensão singular e social.

Ao analisar uma obra, espera-se que o aluno perceba que, no processo de composição, o artista imprime sua visão de mundo, a ideologia com a qual se identifica o seu momento histórico e outras determinações sociais. Além de o artista ser um sujeito histórico e social, é também singular, e na sua obra apresenta uma nova realidade social.

A abordagem metodológica que descrevemos é essencial no processo pedagógico em Arte. Os três aspectos metodológicos abordados estão contemplados na Diretriz de Arte: teorizar, sentir e perceber e trabalho artístico que são muito importantes porque sendo interdependentes, permitem que as aulas sejam planejadas com recursos e encaminhamentos específicos. Entre os recursos didáticos citamos a utilização dos recursos tecnológicos que a escola pública oferece como: Paraná Digital e TV pendrive, Multimídia, Educatron. Quanto ao encaminhamento do trabalho pode e deve ser escolhido pelo professor, entretanto, interessa que o aluno realize trabalhos referentes ao sentir e perceber, ao teorizar e ao trabalho artístico.

Sob os temas estabelecidos na área de Artes Visuais o desenvolvimento dos conteúdos deve contemplar além da produção pictórica de conhecimento universal e artistas consagrados, também formas e imagens de diferentes aspectos, presentes nas sociedades contemporâneas.

O cinema, televisão, vídeo clipe e outros são formas artísticas, constituídas pelas quatro áreas de Arte, onde a imagem tem uma referência fundamental, compostas por imagens bidimensionais e tridimensionais.

Os conteúdos devem estar relacionados com a realidade do aluno e do seu entorno. Considerando artistas, produções artísticas e bens culturais da região, bem como outras produções de caráter universal, dando ênfase ao cotidiano das crianças, adolescentes e jovens, alunos da escola pública.

Uma obra de arte deve ser entendida como a forma pela qual o artista percebe o mundo, reflete sua realidade, sua cultura, sua época, criando uma nova realidade, dentre outros aspectos. Esse conjunto de conhecimentos deve ser o ponto de partida para que a releitura da obra componha a prática pedagógica, que inclui a experiência do aluno e a aprendizagem pelos elementos percebidos por ele na obra de arte.

Estabelecer relações das artes visuais com as outras áreas artísticas, essa prática pedagógica promove uma forma de percepção mais ao se trabalhar com as manifestações populares e midiáticas, que são compostas por áreas artísticas.

Dança

Sob os temas estabelecidos na área da Dança é fundamental buscar no encaminhamento das aulas, a relação dos conteúdos próprios da dança com os elementos culturais que a compõem. É necessário rever as abordagens presentes e modificar a ideia que a Dança aparece somente como meio ou recurso "para relaxar", 'para soltar as emoções', 'para expressar-se espontaneamente', 'para trabalhar a coordenação motora' ou até 'para acalmar os alunos" (MARQUES, 2005, p.23).

A dança tem conteúdos próprios, capazes de desenvolver aspectos cognitivos que, uma vez integrados aos processos mentais, possibilitam uma melhor compreensão estética da Arte. O elemento central da Dança é o movimento corporal, por isso o trabalho pedagógico pode basear-se em atividades de experimentação do movimento, improvisação, em composições coreográficas e processos de criação (trabalho artístico), tornando o conhecimento significativo para o aluno, conferindo-lhe sentido a aprendizagem, por articularem os conteúdos da dança. Entender a dança como expressão, compreender as realidades próximas e distantes, perceber o movimento corporal nos aspectos sociais, culturais e históricos (teorizar), são elementos fundamentais para alcançar os objetivos do ensino da dança na escola.

Ao selecionar os conteúdos de Dança que pretende desenvolver com seus alunos, o professor precisa considerar o contexto social e cultural, ou seja, o repertório de dança dos alunos, seus conhecimentos e suas escolhas de ritmos e estilos.

Música

Sob os temas estabelecidos na área da Música é necessário desenvolver o hábito de ouvir os sons com mais atenção, de modo que se possa identificar os seus elementos formadores, as variações e as maneiras como esses sons são distribuídos e

organizados em uma composição musical. Essa atenção vai propiciar o reconhecimento de como a música se organiza.

Desde o nascimento até a idade escolar, a criança é submetida a uma grande oferta musical que tanto compõe suas preferências relacionadas à herança cultural quanto interfere na formação de comportamento e gostos instigados pela cultura de massa. Por isso, ao trabalhar uma determinada música, é importante contextualizá-la, apresentar suas características específicas e mostrar que as influências de regiões e povos, misturam-se em diversas composições musicais.

No panorama musical, existe uma diversidade de estilos e de gêneros musicais, cada qual com suas funções correspondentes ao contexto local e temporal. Cada povo ou grupo cultural produz músicas diferentes ao longo de sua história; surgem assim, diferentes gêneros musicais, cada qual com suas funções correspondentes ao contexto local e temporal. Cada povo ou grupo cultural produz músicas diferentes ao longo de sua história; surgem, assim, diferentes gêneros musicais. Eles não são isolados; sofrem transformações com o tempo, por influência de outros estilos e movimentos musicais que se incorporam e adaptam-se aos costumes, à cultura, à tecnologia, aos músicos e aos instrumentos de cada povo e de cada época.

Na linguagem musical, a simples percepção, e memorização dos sons presentes no cotidiano não se caracterizam como conhecimento musical.

Teatro

Dentre as possibilidades de aprendizagem oferecidas pelo teatro na educação, destacam-se a: criatividade, socialização, memorização e a coordenação, sendo o encaminhamento metodológico, proposto pelo professor, o momento para que o aluno os exercite. Com o teatro, o educando tem a oportunidade de se colocar no lugar de outros, experimentando o mundo sem correr risco.

Existem diversos encaminhamentos metodológicos possíveis. No entanto, se faz necessário proporcionar momentos para teorizar, sentir e perceber e para o trabalho artístico, não o reduzindo a um mero fazer.

Uma possibilidade seria iniciar o trabalho com exercícios de relaxamento, aquecimento e com os elementos formais do teatro: personagem – expressão vocal, gestual, corporal e facial, Composição: jogos teatrais, improvisações e transposição de texto literário para texto dramático, pequenas encenações construídas pelos alunos e outros exercícios cênicos (trabalho artístico).

Na metodologia de ensino poderá ser trabalhado com o aluno o conceito de teatro como uma forma artística que aprofunda e transforma sua visão de mundo, sob a perspectiva de que o ato de dramatizar é uma construção social do homem em seu processo de desenvolvimento (teorizar). O teatro na escola promove o relacionamento do homem com o mundo. E numa sociedade que não compreende o sujeito em sua totalidade, fragmentando-o, surge a necessidade de integrar as partes que compõem esse sujeito, desenvolver a intuição e a razão por meio das percepções, sensações, emoções, elaborações e racionalizações, com o objetivo de propiciar ao aluno uma melhor maneira de relacionar-se consigo e com o outro. O Teatro oportunizará aos alunos a análise, a investigação e a composição de personagens, de enredos e de espaços de cena, permitindo a interação crítica dos conhecimentos trabalhados com outras realidades socioculturais. Esse encaminhamento pode ser iniciado pelo enredo, em cujo conteúdo estão presentes, por meio de metáforas, as relações humanas, dramatizadas por atores ou bonecos, em falas e gestos ou mímicas. O professor poderá partir de uma obra da literatura dramática universal, da literatura brasileira ou da oralidade (contos, lendas, cantigas populares), uma letra de música, um recorte de jornal, uma fotografia ou pintura, os quais contêm temas sobre situações relevantes do ser humano em sua relação consigo e com o outro. Devem ser consideradas a faixa etária e a realidade dos alunos, para que possam questionar e reelaborar essas temáticas em peças cênicas.

Outra opção é iniciar pelo processo de construção da personagem. Na elaboração do seu perfil físico e simbólico (figurino, adereço, suas ações, espaço, gestual, entonação), devem estar presentes a pesquisa, a exploração, a descoberta individual e coletiva de temáticas e conceitos propostos pelo professor, para que se estimulem discussões acerca da condição humana em seus aspectos sociais, culturais e históricos.

A interdisciplinaridade também está relacionada ao conceito de contextualização sócio histórica como princípio integrador do currículo. Isto porque ambas propõem uma articulação que vá além dos limites cognitivos próprios das disciplinas escolares, sem, no entanto, recair no relativismo epistemológico. Ao contrário, elas reforçam essas disciplinas ao se fundamentarem em aproximações conceituais coerentes e nos contextos sócio-históricos, possibilitando as condições de existência e constituição dos objetos dos conhecimentos disciplinares.

4. PLANO DE TRANSIÇÃO

Diante dos direitos de aprendizagem dispostos no texto da Base Nacional Comum Curricular, fica explícito que todos os estudantes devem ter as mesmas oportunidades de aprendizagem. Isto posto, a escolarização da infância, ou seja, da Educação Infantil ao Ensino Fundamental - Anos Iniciais, deve ser estabelecida por práticas educativas específicas visando ao desenvolvimento e à aprendizagem das crianças em suas diferentes faixas etárias e processos formativos. Portanto, os tempos e espaços devem ser diferenciados, posicionando os estudantes em lugares distintos.

A transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental é um momento crucial e complexo na vida das crianças e as instituições de ensino devem constituir ações que minimizem a ruptura que pode ser causada. Torna-se essencial compreender que a criança advinda da Educação Infantil, com cinco ou seis anos, ainda será criança até os nove ou dez anos de idade. Respeitar essa etapa da vida humana deve ser o objetivo do trabalho dos docentes e gestores de educação com vistas à formação integral. Assim, considerando que a educação infantil tem como finalidade atender as crianças em suas especificidades, o uso das linguagens da infância como a brincadeira, o jogo, o faz de conta, a liberdade de pensamento, deve ser mediada pelo docente do ensino fundamental ampliando ou reelaborando as práticas pedagógicas de forma a serem mais coerentes para e com as crianças.

Cada momento de ingresso numa instituição de ensino deve ser organizado com vistas às necessidades físicas, cognitivas e emocionais das crianças, respeitando seus medos e inseguranças, amenizando angústias de adaptação.

Nesse cenário, a essencial tarefa organizadora e unificadora do currículo por meio da Base Nacional Comum Curricular, como potencial articulador do ensino fundamental, não se realiza por si só. É necessário ponderar o indispensável trabalho conjunto de professores, sujeitos que atribuem vitalidade ao currículo e que atuam nas duas fases dessa etapa, de forma que os esforços por conhecer a organização curricular nos anos iniciais e finais, bem como o estabelecimento de estratégias de atuação nessa transição tenham início nos primeiros anos e continuem ocorrendo do 6º ano em diante.

Ou seja, se faz necessária uma atenção especial na reflexão e viabilização de práticas pedagógicas que integrem os envolvidos no processo, tendo como elemento

indutor uma política educacional articuladora entre as etapas e fases: da creche para pré-escola, da pré-escola para os anos iniciais do ensino fundamental e destes para os anos finais. Esse esforço de ampliação das oportunidades de sucesso do estudante pode possibilitar efetivamente o desenvolvimento integral do estudante.

Para melhor adaptação da criança na escola propõe reunião com os pais e professores, apresentando as disciplinas e o modelo de seriado em que a escola trabalha, outro ponto importante é o conhecimento do ambiente escolar (quadras, laboratórios, biblioteca, sala de informática entre outras). Apresentação das disciplinas como será o trabalho desenvolvido pela disciplina, avaliação, regras que a compõem, trabalhar a organização do material didático (recursos a serem utilizados e as responsabilidades perante o material didático), também diante do conteúdo uma predisposição para o ano seguinte, como os últimos anos do ensino fundamental, em que a ciências se divide em química, física e biologia para o ensino médio. As relações interpessoais, envolvendo a responsabilidade no ambiente escolar e o respeito mútuo.

5. AVALIAÇÃO

Nesta proposta, a avaliação deve estar colocada a serviço da aprendizagem de todos os alunos, de modo que permeie o conjunto das ações pedagógicas e não como um elemento externo a este processo. De acordo com as especificidades da disciplina de Arte, a avaliação deve estar vinculada ao Projeto Político Pedagógico da Escola, com critérios estabelecidos de forma clara, a fim de priorizar a qualidade e o processo de ensino e aprendizagem, sendo contínua, identificando, dessa forma, os progressos do aluno durante o ano letivo, levando-se em consideração o que preconiza a LDB 9394/96 pela chamada avaliação formativa, com vistas à diminuição das desigualdades sociais e com a luta por uma sociedade justa e mais humana.

Faz-se necessário pensar a avaliação como o processo de reflexão sobre a aprendizagem dos educandos e a ampliação da educação dos sentidos, da apropriação cultural, da leitura de mundo, em busca de autonomias relativas.

Na Deliberação 07/99 do Conselho Estadual de Educação (Capítulo I, art.80), a avaliação almeja “o desenvolvimento formativo e cultural do aluno” e deve “levar em consideração a capacidade individual, o desempenho do aluno e sua participação nas atividades realizadas”.

Ao centrar-se no conhecimento, a avaliação gera critérios que transcendem os limites do gosto e das afinidades pessoais, direcionando de maneira sistematizada o trabalho pedagógico. Assim, a avaliação em Arte supera o papel de mero instrumento de medição da apreensão de conteúdos e busca propiciar aprendizagens socialmente significativas para o aluno.

Como sujeito desse processo, o aluno também deve elaborar seus registros de forma sistematizada. As propostas podem ser socializadas em sala, com oportunidades para o aluno apresentar, refletir e discutir sua produção e a dos colegas. É importante ter em vista que os alunos apresentam uma vivência e um capital cultural próprio, constituído em outros espaços sociais além da escola, como a família, grupos, associações, religião e outros. Além disso, têm um percurso escolar diferenciado de conhecimentos artísticos relativos à Música, às Artes Visuais, ao Teatro e à Dança.

O professor deve fazer um levantamento das formas artísticas que os alunos já conhecem e de suas respectivas habilidades, como tocar um instrumento musical, dançar, desenhar ou representar. Durante o ano letivo, as tendências e habilidades dos alunos para uma ou mais áreas da arte também devem ser detectadas e reconhecidas pelo professor.

A avaliação, no processo de ensino de Arte, precisa ser realizada com base em conteúdos, objetivos e orientação do projeto educativo na área e tem três momentos para sua concretização:

- A avaliação pode diagnosticar o nível de conhecimento artístico e estético dos alunos, nesse caso, costumam ser prévia a uma atividade.
- A avaliação pode ser realizada durante a própria situação de aprendizagem, quando o professor identifica como os alunos interagem com os conteúdos e transformam seus conhecimentos.
- A avaliação pode ser realizada ao término de um conjunto de atividades que compõem uma unidade didática para analisar como a aprendizagem ocorreu.

Portanto, o conhecimento que o aluno acumula deve ser socializado entre os colegas e, ao mesmo tempo, constitui-se como referência para o professor propor abordagens diferenciadas. A fim de se obter uma avaliação efetiva individual e do grupo, são necessários vários instrumentos de verificação tais como:

- Apresentações por meio das Artes Visuais, da Música, do Teatro e da Dança;
- Produções de áudios e vídeos;

- Relatos, descrições, análises, composições;
- Explicações e debates em forma de seminários e simpósios;
- Leituras e análise de obras de arte;
- Trabalhos individuais e ou em grupo;
- Avaliações teóricas e práticas;
- Pesquisas bibliográficas e de campo, entrevistas, visitas monitoradas;
- Registros em forma de relatórios, gráficos, portfólio, audiovisual e outros.

Por meio desses instrumentos, o professor obterá o diagnóstico necessário para o planejamento e o acompanhamento da aprendizagem durante o ano letivo, visando às seguintes expectativas de aprendizagem:

- A compreensão dos elementos que estruturam e organizam a arte e sua relação com a sociedade contemporânea;
- A produção de trabalhos de arte visando à atuação do sujeito em sua realidade singular e social;
- A apropriação prática e teórica dos modos de composição da arte nas diversas culturas e mídias, relacionadas à produção, divulgação e consumo.

Critérios de Avaliação

No decorrer do processo de avaliação, serão utilizados critérios de avaliação que servem como base para o julgamento do nível de aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, do ensino do professor. Avaliação do trabalho dos alunos terá como base os conteúdos e objetivos propostos, priorizando:

- A reelaboração dos conhecimentos adquiridos;
- A organização dos conteúdos;
- A ampliação dos sentidos e da percepção na resolução de uma proposta de leitura, representação artística ou criação.

A recuperação de estudos dar-se-á a partir da retomada dos conteúdos trabalhados, considerando a compreensão equivocada ou não apropriada, solicitando ao aluno quando necessário, refazer a atividade, atendendo os critérios estabelecidos.

REFERÊNCIAS

BOSI, A. Reflexões sobre a arte. São Paulo: Ática, 1991.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Organizadores: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BRASIL. Lei n. 9394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Brasília, 1996.

CADERNOS TEMÁTICOS: Inserção dos Conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos Currículos Escolares/Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED – PR. 2005.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes curriculares da educação básica. Arte.** [s.e.] Curitiba, 2009.

FERRAZ, M; FUSARI, M. R. Metodologia do Ensino da Arte. São Paulo: Cortez, 1993.
GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: Formação de Professores/as em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Caderno de atividades. Rio de Janeiro:CEPESC, 2009.

MARQUES, I. Dançando na escola. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação e Esporte. Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientação - Educação Física, 2018.

PROPOSTA CURRICULAR DE CIÊNCIAS – ENSINO FUNDAMENTAL

Encaminhamentos metodológicos

O componente curricular de Ciências foi organizado em 3 Unidades Temáticas que se repetem ao longo dos 9 anos do Ensino Fundamental. Elas oportunizam ao estudante a, continuamente, revisitar os saberes adquiridos durante o processo de ensino e aprendizagem. A unidade temática Matéria e energia contempla o estudo de materiais e suas transformações, fontes e tipos de energia utilizados na vida em geral, na perspectiva de construir conhecimento sobre a natureza da matéria e os diferentes usos da energia. Por sua vez, na unidade temática Vida e evolução propõe-se o estudo de questões relacionadas aos seres vivos, suas características e necessidades, e a vida como fenômeno natural e social, assim como os elementos essenciais à sua manutenção e à compreensão dos processos evolutivos que geram a diversidade das formas de vida no planeta. E na unidade temática Terra e Universo, busca-se a compreensão de características da Terra, do Sol, da Lua e de outros corpos celestes, suas dimensões, composição, localizações, movimentos e forças que atuam entre eles.

Observamos que as Unidades Temáticas, elencadas anteriormente, permeiam diversos assuntos, com conceitos do mundo Biológico, Físico e Químico. Nesse aspecto, o componente curricular de Ciências possibilita a integração de variados componentes curriculares do Ensino Fundamental, permitindo ao estudante a sua formação integral. Além disso, ressaltamos a importância da inserção de temas obrigatórios na educação escolar, os quais foram instituídos por legislações das esferas federal e estadual, as quais devem ser cumpridas com ações didático-pedagógicas dentro das possibilidades teóricas de cada componente curricular. Assim, destacamos algumas sugestões para a atuação do professor.

- Lei 11.645/2008 - Relações étnico-raciais;
- Lei 9.795/1999 - Educação Ambiental;
- Lei 11.343/2006 - Prevenção ao uso de drogas;
- Lei 16.454/2010 - Gênero e diversidade sexual;
- Lei 11.947/2009 - Educação Alimentar;
- Lei 12.645/2012 - Segurança alimentar.

Os encaminhamentos metodológicos propostos nesse documento têm como

finalidade permitir ao estudante compreender o mundo que o cerca, atuando como cidadão ao utilizar os conhecimentos da área de Ciências da Natureza. Dessa forma, a abordagem dos aspectos teóricos e práticos no processo de ensino e de aprendizagem deverá se basear em situações que promovam a curiosidade, garantindo-se, assim, uma metodologia inovadora que colocará o estudante em uma posição ativa, sendo ele o condutor de seu próprio conhecimento. Assim, no contexto escolar, a apropriação do conhecimento científico pelo estudante implica a superação dos obstáculos conceituais. Nesta perspectiva, o conhecimento próprio do estudante, construído nas interações e nas relações que estabelece na vida cotidiana, deve ser valorizado, como estímulo para a discussão dos conteúdos e temas propostos.

Ao ensinar os conteúdos do componente curricular de Ciências, o professor deverá organizar o seu trabalho levando em consideração os seguintes itens: o Projeto Político Pedagógico (PPP) de sua Instituição de Ensino, os interesses da realidade local onde a Instituição de Ensino está inserida, as 10 Competências Gerais da Educação Básica, as 8 Competências Específicas da área de Ciências da Natureza, o livro didático adotado, além de informações atualizadas sobre os avanços da produção científica. Desta forma, tão importante quanto selecionar os conteúdos, a escolha de recursos pedagógicos e estratégias de ensino são essenciais para a mediação pedagógica. Neste contexto, o professor tem autonomia para escolher diferentes abordagens que proporcionem o conhecimento ao estudante, gerando nele uma visão crítica do cotidiano e instigando-o a desenvolver sua opinião.

Além disso, para o aprofundamento do trabalho pedagógico, é preciso que o professor mantenha o necessário rigor conceitual, sem deixar, no entanto, de adotar uma linguagem adequada ao ano, problematizando os conteúdos em função das realidades regionais e locais, além de considerar os limites e as possibilidades dos recursos didáticos e tecnológicos disponíveis. Dessa forma, consolida-se prática pedagógica que leve à integração dos conceitos científicos e que valorize o pluralismo metodológico, a fim de assegurar a interatividade no processo de ensino e de aprendizagem e a construção de conceitos de forma significativa pelos estudantes. Como contribuição à atuação do professor, seguem algumas sugestões didático-metodológicas:

- **Problematização** que busca promover o confronto dos conhecimentos prévios do estudante com os conhecimentos científicos;

- **Observação** de um determinado fenômeno que motiva a busca de informações;
- **Leitura e escrita de textos informativos** para que o estudante reconheça a linguagem e a terminologia científica, além de desenvolver o raciocínio crítico e a capacidade de argumentação;
- **Atividade experimental** por meio da manipulação de materiais que estimulem no estudante a curiosidade, instigando a troca de ideias com seus colegas;
- **Pesquisa individual e/ou em grupo** em diferentes fontes que contribuirá para o desenvolvimento da autonomia de pensamento e da habilidade de trabalhar em conjunto;
- **Debate em sala** sobre assuntos do momento e proposições de situações-problema, incentivando o estudante ao uso do raciocínio, criando assim uma visão própria;
- **Seminário** para trabalhar a desenvoltura do estudante diante do público, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia de pensamento.
- **Produção de materiais** que desenvolvam a ludicidade e a criatividade, contribuindo para o desenvolvimento intelectual do estudante;
- **Saídas a campo** que estimulem no estudante a capacidade de observar, investigar, comparar, compreender, interpretar, de ser criativo, de efetuar a análise e a síntese;
- **Tecnologias de informação e comunicação (TIC)**, em especial a Internet, trazem inúmeros e diversificados recursos com grande potencial para a aprendizagem de Ciências, como áudios, vídeos, videoaulas, formulários, simuladores, mapas interativos, jogos dentre outros.

Assim, apresentamos, nesse documento, os quadros curriculares por ano acrescidos de colunas com sugestões de conteúdos e suas relações com as 08 Competências Específicas do componente curricular de Ciências, com o intuito de subsidiar o trabalho pedagógico e também na elaboração da Proposta Pedagógica Curricular (PPC) do componente.

1. **Conhecimento:** entender e explicar a realidade.
2. **Pensamento científico, crítico e criativo:** investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções.
3. **Repertório cultural:** participar de práticas diversificadas da produção artístico-

cultural.

4. **Comunicação:** partilhar informações, sentimentos, ideias e experiências.
5. **Cultura digital:** acessar e produzir informações e conhecimento.
6. **Trabalho e Projeto de Vida:** entender o mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas à cidadania com liberdade, autonomia, criticidade e responsabilidade.
7. **Argumentação:** formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns com base em direitos humanos, consciência socioambiental, consumo responsável e ética.
8. **Autoconhecimento e Autocuidado:** cuidar da saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e a dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. **Empatia e Cooperação:** respeitar e promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade, sem preconceito de qualquer natureza.
10. **Responsabilidade e Cidadania:** tomar decisões a partir de princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e democráticos.

AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser investigativa, contínua, permanente e cumulativa, cuja finalidade é a de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem do estudante, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação também contribui para diagnosticar as dificuldades que o estudante encontra no processo de assimilação/construção dos conhecimentos, de forma que sejam identificadas e diagnosticadas as possíveis causas, bem como para que o professor tenha evidências para avaliar sua prática e, conseqüentemente, buscar novas formas de ensinar. De forma geral, podemos conceber a avaliação como uma ferramenta de aprendizagem que permite fornecer um *feedback* adequado para se obter informações sobre o andamento do processo de ensino e aprendizagem, tanto para o professor quanto para o/a estudante.

Diversas são as técnicas e instrumentos de avaliação que podem ser utilizados pelos professores, que possibilitam as várias formas de expressão do/da estudante. Basicamente, existem três técnicas, as quais podem se desdobrar numa

infinidade de instrumentos. São elas: observação, autoavaliação e aplicação de testes ou provas.

- **Observação:** o professor observa o desenvolvimento do/da estudante durante a realização de exercícios em sala, participando de trabalhos em grupo, realizando atividades de pesquisa, participando da aula, formulando questões etc.
- **Autoavaliação:** o/a estudante expressa sua apreciação em relação ao processo pedagógico e seus resultados. Essa prática cria um ambiente democrático, pois possibilita que o/a educando/a seja mais participativo/a. Este ambiente auxilia o/a estudante a se responsabilizar por sua aprendizagem, pois o/a conscientiza acerca de seus avanços, limites e necessidades.
- **Realização de testes ou provas:** para identificar se os estudantes já elaboraram os conceitos e procedimentos em estudo, se estão em processo de assimilação ou, ainda, se expressam apenas conhecimentos prévios.
 - Prova oral;
 - Prova escrita dissertativa;
 - Prova escrita objetiva diversificada (opções entre verdadeiro e falso; certo e errado; preenchimento de lacunas; faça a correspondência; múltipla escolha; ordenação).

E enfatizamos que, levando-se sempre em conta a necessidade específica de cada estudante e/ou necessidade educacional especial, se faz necessário trabalhar sob a perspectiva da flexibilização curricular, considerando-se instrumentos diversos com questões variadas.

Quadro Organizador Curricular de Ciências – Currículo Priorizado

https://docs.google.com/document/d/10U-sinGD1ExwxyvKhINdFxctjmVNerdY_RNXm-Pppuc/edit?usp=sharin

PROPOSTA CURRICULAR DE EDUCAÇÃO FÍSICA – ENSINO FUNDAMENTAL

1. APRESENTAÇÃO, JUSTIFICATIVA E DIREITOS DE APRENDIZAGEM

Esta proposta curricular foi elaborada tendo como principais referências o Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações, as Diretrizes Curriculares de Educação Física e o Projeto Político Pedagógico da escola, cientes de que uma proposta isolada não pode dar conta dos problemas do cotidiano escolar, dada sua complexidade e pelas contradições e incoerências entre o discurso e a prática de Educação Física.

A Educação Física é parte do projeto geral de escolarização e, como tal, deve estar articulada ao Projeto Político Pedagógico, pois tem seu objeto de estudo e ensino próprio, e trata de conhecimentos relevantes na escola.

A Cultura Corporal é o objeto de estudo e ensino da Educação Física, evidenciando a relação estreita entre a formação histórica do ser humano por meio do trabalho e as práticas corporais decorrentes. Considerando o exposto, defende-se que as aulas de Educação Física não são apêndices das demais disciplinas e atividades escolares, nem um momento subordinado e compensatório para as “durezas” das aulas em sala.

A Educação Física é um componente curricular que, quando orientado intencionalmente para sua inserção filosófica pedagógica em um projeto de sociedade orientado para a superação do modelo de sociedade capitalista, requer, dentre outros aspectos, a estruturação de processos de planejamento dinâmico dialógicos, comprometidos efetivamente com essa tarefa.

Propõe-se que a Educação Física seja fundamentada nas reflexões sobre as necessidades atuais de ensino perante os alunos, na superação de contradições e na valorização da educação. Por isso, é de fundamental importância considerar os contextos e experiências de diferentes regiões, escolas, professores, alunos e da comunidade. E deve dar oportunidade a todos para que desenvolvam suas potencialidades de forma democrática e não seletiva, visando seu aprimoramento como “seres humanos”.

Se a atuação do professor efetiva-se na quadra, em outros lugares do ambiente escolar e em diferentes tempos pedagógicos, seu compromisso, tal como o de todos

os professores, é com o projeto de escolarização ali instituído, sempre em favor da formação humana.

Esses pressupostos se expressam no trato com os conteúdos específicos, tendo como objetivo formar a atitude crítica perante a Cultura Corporal, exigindo domínio do conhecimento e a possibilidade de sua construção a partir da escola.

Busca-se, assim, superar formas anteriores de concepção e atuação na escola pública, visto que a superação é entendida como ir além, não como negação do que precedeu, mas considerada objeto de análise, de crítica, de e orientação e/ou transformação daquelas formas. Nesse sentido, procura-se possibilitar aos alunos o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, relacionando às práticas corporais, ao contexto histórico, político, econômico e social.

Isso representa uma mudança na forma de pensar o tratamento teórico-metodológico dado às aulas de Educação Física. Significa, ainda, repensar a noção de corpo e de movimento historicamente dicotomizados pelas ciências positivistas, isto é, ir além da ideia de que o movimento é predominantemente um comportamento motor, visto que também é histórico e social.

Considerando o homem um ser social, sabemos que ele atua e interfere na sociedade e se encontra com o outro nas relações familiares, comunitárias, produtivas e também na organização política, garantindo assim sua participação ativa e criativa nas diversas esferas da sociedade.

Nessa perspectiva, dar um novo significado às aulas é um exercício necessário, que requer uma amplitude das possibilidades de intervenção, superando a dimensão meramente motriz por uma dimensão histórica, cultural, social, rompendo com a ideia de que o corpo se restringe somente ao biológico, ao mensurável.

A ação pedagógica da Educação Física deve estimular a reflexão sobre o acervo de formas e representações do mundo que o ser humano tem produzido através da expressão corporal em Brincadeiras e Jogos, Danças, Lutas, Ginásticas, Práticas Corporais de Aventura e Esportes.

Os Conteúdos Estruturantes da Educação Física foram definidos como conhecimentos de grande amplitude, conceitos ou práticas que identificam e organizam os campos de estudos da disciplina, considerados fundamentais para compreender seu objeto de estudo/ensino. Constituem-se historicamente e são legitimados nas relações sociais.

Os conteúdos Estruturantes propostos para a Educação Física na Educação Básica são: Danças; Esportes, Ginásticas; Brincadeiras e Jogos; Práticas Corporais de Aventura e Lutas.

As danças possibilitam o entendimento dos valores culturais, sociais e pessoais situados historicamente. Neste sentido, através da dança a escola pode tornar-se um espaço de resistência, de transformação e de superação de manifestações discriminatórias.

Os esportes são um fenômeno popular, de massa, portanto não deve ser tratado de forma simplista, como comumente se faz nas aulas de Educação Física, negando assim, a grandeza do acervo cultural que ele compõe. Assim sendo, o esporte como conteúdo das aulas de Educação Física deverá ser viabilizada a mesma condição para todos os alunos.

As ginásticas permitiram diversas possibilidades de movimentos corporais descobrindo e reconhecendo as possibilidades e limites do próprio corpo permitindo a interação, o conhecimento e a partilha de experiências que viabilizem a reflexão, a inserção crítica no mundo.

As brincadeiras e jogos devem ser abordados considerando a realidade regional e cultural do aluno, sendo importante o auxílio dos alunos na construção das regras, podendo ser questionadas e reelaboradas conforme as necessidades e desafios.

As lutas desenvolvidas nos diversos continentes estão constantemente permeadas pelas questões culturais. Tanto as lutas ocidentais como as lutas orientais, surgem a partir de determinadas necessidades sociais enfrentadas pelos seres humanos, em função de um dado contexto histórico específico, influenciados por fatores econômicos, políticos e culturais.

As Práticas Corporais de Aventura são vivências possíveis nas aulas de educação física escolar, visto que esta prática vem sendo difundida em vários âmbitos, em especial no campo do lazer, como um produto a ser consumido. Porém essas práticas não são acessíveis a todos, visto que as aulas de educação física podem contribuir para o desenvolvimento de atividades relacionadas as práticas corporais de aventura.

Visando romper com a maneira tradicional como os conteúdos têm sido tratados na Educação Física, faz-se necessário integrar e interligar as práticas corporais de forma mais reflexiva e contextualizada, o que é possível por meio dos

Elementos Articuladores. Tais elementos não podem ser entendidos como conteúdos paralelos, nem tampouco trabalhados apenas teoricamente e/ou de maneira isolada.

Como articuladores dos conteúdos, propõem-se os seguintes elementos articuladores:

- Cultura Corporal e Corpo;
- Cultura Corporal e Ludicidade;
- Cultura Corporal e Saúde;
- Cultura Corporal e Mundo do Trabalho;
- Cultura Corporal e Desportivização;
- Cultura Corporal – Técnica e Tática;
- Cultura Corporal e Lazer;
- Cultura Corporal e Diversidade;
- Cultura Corporal e Mídia.

Os elementos articuladores alargam a compreensão das práticas corporais, indicam múltiplas possibilidades de intervenção pedagógica em situações que surgem no cotidiano escolar. São, ao mesmo tempo, fins e meios do processo de ensino/aprendizagem, pois devem transitar pelos Conteúdos Estruturantes e específicos de modo a articulá-los o tempo todo.

De acordo com os conteúdos estruturantes e básicos, os objetivos propostos para a Educação Física se expressam no trato com os conteúdos específicos, tendo como finalidade formar a atitude crítica perante a Cultura Corporal, exigindo domínio do conhecimento e a possibilidade de sua construção a partir da escola, além de possibilitar aos alunos o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, relacionando-o às práticas corporais, ao contexto histórico, político, econômico e social. E repensar a noção de corpo e de movimento historicamente dicotomizados pelas ciências positivistas, isto é, ir além da ideia de que o movimento é predominantemente um comportamento motor, visto que também é histórico e social.

Participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas, respeitando características físicas e de desempenho de si próprio e dos outros, sem discriminar por características pessoais, físicas e sociais.

Promover a socialização e a integração entre os educandos e a comunidade através de intercâmbios, visitas a espaços públicos, passeios turísticos, torneios, campeonatos, jogos, jogos lúdicos e atividades recreativas;

Conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando o e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos de vida e agindo com responsabilidade em relação a sua saúde e a saúde coletiva.

Desenvolver atividades teóricas, práticas corporais que auxiliem na formação de uma consciência corporal, capaz de interferir criticamente na construção de uma sociedade mais justa e mais humana e para uma melhor qualidade de vida.

Criar ludicamente um ambiente de aprendizagem crítica e participativa, que busca alcançar, enquanto objetivos primordiais do ensino, e através das atividades com o movimento humano, para que o processo ensino-aprendizagem seja acelerado e os alunos tenham um significativo aumento na assimilação dos conteúdos. Estimular a reflexão sobre o acervo de formas e representações do mundo que o ser humano tem produzido, exteriorizadas pela expressão corporal em jogos, brinquedos e brincadeiras, danças, lutas, ginásticas e esportes.

2. QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR

Acesse o link para o Quadro Organizador Curricular:

https://docs.google.com/document/d/1aQNmWlii2QsNJ6bBZTwEfg_o9l6SF4-U_IYQGWwz8bA/edit?usp=sharing

Além dos conteúdos, serão apresentadas as legislações vigentes que tem relação direta com os conteúdos da Educação Física, devido ao seu alcance e sua aplicação na educação básica.

As Legislações vigentes selecionadas (abaixo relacionadas) estarão articuladas ao currículo escolar nas etapas e modalidades de ensino da Educação Básica, e será cumprida pela instituição de ensino no âmbito do currículo escolar, como ação didático-pedagógica, em consonância com a organização teórica metodológica da Educação Física.

3. ESTRATÉGIAS DE ENSINO

O encaminhamento metodológico para as aulas de educação física na educação básica, de acordo com as Diretrizes Curriculares Estaduais, mais especificamente a diretriz da disciplina de Educação Física, sugere o seguinte:

- Preparação e mobilização do aluno para a construção do conhecimento, aquilo que o aluno traz como referência a cerca do conteúdo proposto;

- Problematização: O professor propõe um desafio e cria um ambiente de dúvida sobre os conhecimentos prévios;
- Apresentação aos alunos do conteúdo sistematizado, para que os alunos tenham condições de assimilação e recriação do mesmo e ainda o professor realiza as intervenções pedagógicas necessárias;
- Efetivação de um diálogo que permite ao professor e ao aluno avaliar o processo de ensino-aprendizagem, transformando-se intelectual e qualitativamente em relação ao conteúdo.

Este encaminhamento será efetivado através de:

- Aulas teóricas e práticas;
- Trabalhos de pesquisas realizados de forma individual e coletiva;
- Uso de vídeos, jornais, revistas, apostilas, livros e outros;
- Uso das mídias disponíveis;
- Elaboração e uso de quadro mural para divulgação dos trabalhos de pesquisa e sugestões de atividades;
- Participação e elaboração de festivais, gincanas;
- Trabalho de forma interdisciplinar.

Além da metodologia e recursos utilizados no ensino da Educação Física, é importante considerar também a interdisciplinaridade e contextualização da disciplina, que deve ir além da mera justaposição de disciplinas, e deve evitar ao mesmo tempo a diluição delas em generalidades. Parte-se do princípio de que todo conhecimento mantém um diálogo permanente com os outros: a relação entre as disciplinas pode ir da simples comunicação de ideias até a integração mútua de conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia e dos procedimentos de coleta e análise de dados (DARIDO; SOUZA JR, 2015), afirmações que corroboram com os direcionamentos das DCEs da Educação Física, em que esclarecem que a interdisciplinaridade é uma questão epistemológica e está na abordagem teórica e conceitual dada ao conteúdo em estudo, Concretizando-se na articulação das disciplinas cujos conceitos, teorias e práticas enriquecem a compreensão desse conteúdo (PARANÁ, 2008).

A interdisciplinaridade também está relacionada ao conceito de contextualização sóciohistórica como princípio integrador do currículo. Isto porque ambas propõem uma articulação que vá além dos limites cognitivos próprios das disciplinas escolares, sem, no entanto, recair no relativismo epistemológico. Ao

contrário, elas reforçam essas disciplinas ao se fundamentarem em aproximações conceituais coerentes e nos contextos sócio-históricos, possibilitando as condições de existência e constituição dos objetos dos conhecimentos disciplinares.

Diante do explicitado e com a intenção de possibilitar um ensino da Educação Física consistente, onde o aluno é o sujeito, parte integrante e indissociável do meio, há que se atender as exceções e a eles ofertar a flexibilização curricular, cujo princípio é o de possibilitar o acesso a educação em casos específicos de alunos: de educação especial, atendidos pelo Serviço de Apoio à Rede Escolarização Hospitalar - SAREH, afastados pelo Decreto Lei nº 1044/69 (Dispõe sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica), pela Lei nº 6202/75 (Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências), em cumprimento de medidas socioeducativas, do programa de Aceleração de Estudos - PAE e outras situações

4. PLANO DE TRANSIÇÃO

Diante dos direitos de aprendizagem dispostos no texto da Base Nacional Comum Curricular, fica explícito que todos os estudantes devem ter as mesmas oportunidades de aprendizagem. Desde a instituição de uma etapa do ensino que agrupou duas organizações pedagógicas diferentes no ensino fundamental obrigatório, sem definir a necessária metodologia articulada das questões pedagógicas características dessa transição, permaneceu a fragilidade na adequação metodológica, na integração curricular, na correspondente formação de professores, no reconhecimento das diferentes culturas escolares, na integração entre as redes de ensino de modo a articular as informações sobre o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, na atenção à transição da infância para a adolescência, entre outras articulações.

Nesse cenário, a essencial tarefa organizadora e unificadora do currículo por meio da Base Nacional Comum Curricular, como potencial articulador do ensino fundamental, não se realiza por si só. É necessário ponderar o indispensável trabalho conjunto de professores, sujeitos que atribuem vitalidade ao currículo e que atuam nas duas fases dessa etapa, de forma que os esforços por conhecer a organização curricular nos anos iniciais e finais, bem como o estabelecimento de estratégias de

atuação nessa transição tenham início nos primeiros anos e continuem ocorrendo do 6º ano em diante.

Ou seja, se faz necessária uma atenção especial na reflexão e viabilização de práticas pedagógicas que integrem os envolvidos no processo, tendo como elemento indutor uma política educacional articuladora entre as etapas e fases: da creche para pré-escola, da pré-escola para os anos iniciais do ensino fundamental, dos anos iniciais do ensino fundamental para os anos finais e destes para o novo ensino médio. Esse esforço de ampliação das oportunidades de sucesso do estudante pode possibilitar efetivamente o desenvolvimento integral do estudante.

5. AVALIAÇÃO

Nesta proposta, a avaliação deve estar colocada a serviço da aprendizagem de todos os alunos, de modo que permeie o conjunto das ações pedagógicas e não como um elemento externo a este processo.

De acordo com as especificidades da disciplina de Educação Física, a avaliação deve estar vinculada ao Projeto Político Pedagógico da Escola, com critérios estabelecidos de forma clara, a fim de priorizar a qualidade e o processo de ensino e aprendizagem, sendo contínua, identificando, dessa forma, os progressos do aluno durante o ano letivo, levando-se em consideração o que preconiza a LDB 9394/96 pela chamada avaliação formativa, com vistas à diminuição das desigualdades sociais e com a luta por uma sociedade justa e mais humana.

E de acordo com a Deliberação N.º 007/99 – Conselho Estadual de Educação, Art. 8.º, a avaliação do ensino da Educação Física, deverá adotar procedimentos próprios, visando ao desenvolvimento formativo e cultural do aluno. Sendo destacado no Parágrafo único que a aprendizagem de que trata este artigo deverá levar em consideração a capacidade individual, o desempenho do aluno e sua participação nas atividades realizadas.

A partir da avaliação diagnóstica, tanto o professor quanto os alunos poderão revisar a metodologia desenvolvida até então para identificar lacunas no processo de ensino e de aprendizagem, bem como planejar e propor outros encaminhamentos que visem à superação das dificuldades constatadas. Será um processo contínuo, permanente e cumulativo, onde o professor organizará e reorganizará o seu trabalho visando às diversas manifestações corporais, evidenciadas através da ginástica, do

esporte, da dança, dos jogos e brincadeiras e das lutas, possibilitando assim que os alunos reflitam e se posicionem criticamente com o intuito de construir uma suposta relação com o mundo.

5.1. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação são os referenciais comuns no agrupamento a ter em conta na avaliação dos conhecimentos e das capacidades dos alunos, e devem ser estabelecidos, considerando o comprometimento e envolvimento dos alunos no processo pedagógico, tais como: se os alunos entregam as atividades propostas pelo professor; se houve assimilação dos conteúdos propostos, por meio da recriação de jogos e regras; se o aluno consegue resolver, de maneira criativa, situações problemas sem desconsiderar a opinião do outro, respeitando o posicionamento do grupo e propondo soluções para as divergências; se o aluno se mostra envolvido nas atividades, seja através de participação nas atividades práticas ou realizando relatórios.

Visando o desenvolvimento formativo e cultural do(a) estudante, a avaliação do ensino da Educação Física, além dos critérios específicos quanto aos conteúdos, adotará também critérios que considerem comprometimento e envolvimento dos(as) estudantes nas estratégias metodológicas/atividades propostas.

5.2. INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Serão utilizados os seguintes instrumentos de avaliação: Atividades práticas, campeonatos, debates, depoimentos, entrevista, estudo dirigido, festivais, grupos de estudos, pesquisas, provas escritas, prova orais, seminários, torneios, recriação de jogos e regras, e o inventário do desenvolvimento do aluno.

6. REFERÊNCIAS

CADERNOS TEMÁTICOS: **Inserção dos Conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nos Currículos Escolares/Paraná.** Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Curitiba: SEED – PR. 2005.

DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JR, Osmar Moreira de. **Para ensinar Educação Física: possibilidades de intervenção na escola** - 7ª ed. - Campinas, SP: Papirus, 2015.

GABRIEL HUMBERTO MUÑOZ PALAFOX, DINAH VASCONCELLOS TERRA, ALDA LÚCIA PIROLO, GISLENE ALVES DO AMARAL - **Educação Física Escolar: Conceito e Fundamentos Filosófico-Pedagógicos para o pctp/ef 1**- Universidade Federal de Uberlândia Núcleo de Estudos em Planejamento e Metodologias do Ensino da Cultura Corporal – Nepecc/UFU.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: **Formação de Professores/as em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Caderno de atividades. Rio de Janeiro:CEPESC, 2009.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares de educação física para a educação básica**, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação e Esporte. **Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientação** - Educação Física, 2018.

PROPOSTA CURRICULAR DE ENSINO RELIGIOSO – ENSINO FUNDAMENTAL

1. APRESENTAÇÃO, JUSTIFICATIVA E DIREITOS DE APRENDIZAGEM

1.1 Apresentar e justificar a importância da disciplina

Há muito tempo a disciplina de Ensino Religioso participa dos currículos escolares no Brasil e, em cada período histórico, assumiu diferentes características pedagógicas e legais. A primeira forma de inclusão dos temas religiosos na educação brasileira, que se perpetuou até a Constituição da República em 1891, pode ser identificada nas atividades de evangelização promovidas pela Companhia de Jesus e outras instituições religiosas de confissão católica.

Religião e conhecimento religioso são patrimônios da humanidade, pois, constituíram-se historicamente na inter-relação dos aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos. Em virtude disso, a disciplina de Ensino Religioso deve orientar-se para a apropriação dos saberes sobre as expressões e organizações religiosas das diversas culturas na sua relação com outros campos do conhecimento.

1.2 Objetos de estudo

Efetivar uma prática de ensino voltada para a superação do preconceito religioso, como também, desprender-se do seu histórico confessional catequético, para a construção e consolidação do respeito à diversidade cultural e religiosa. A disciplina de Ensino Religioso deve propiciar a compreensão, comparação e análise das diferentes manifestações do Sagrado, com vistas à interpretação dos seus múltiplos significados. Ainda, subsidiará os educandos na compreensão de conceitos básicos no campo religioso e na forma como as sociedades são influenciadas pelas tradições religiosas, tanto na afirmação quanto na negação do Sagrado.

1.3 Direitos de aprendizagem Gerais da Educação Básica

Diante disso, o estudante tem como direitos básicos de aprendizagem:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar

aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

2. ORGANIZADOR CURRICULAR

No Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais, constam unidades temáticas para cada um dos anos e etapas próprias, as quais abrem espaço para os objetos do conhecimento que constituem conhecimentos básicos com vistas ao direito de aprendizagem dos estudantes ao final de cada ano. Desses objetos, desdobram-se os objetivos de aprendizagem, os quais consideraram processos cognitivos específicos do componente curricular de Ensino Religioso.

CONTEÚDOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

6º ano

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM
Crenças religiosas e filosofias de vida (Contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental).	Tradição escrita: registro dos ensinamentos sagrados nos textos orais e escrito	Identificar a diversidade de textos sagrados, como livros, pinturas, imagens, vitrais, esculturas, quadros, construções arquitetônicas, ou seja, diversas formas de linguagens orais e escritas, verbais e não verbais. (EF06ER01) Reconhecer o papel da tradição escrita e oral na preservação de memórias, acontecimentos e ensinamentos religiosos. (EF06ER02) Reconhecer e valorizar a diversidade de textos religiosos escritos e orais (textos do Budismo, Cristianismo, Espiritismo, Hinduísmo, Islamismo, Judaísmo, Indígenas e Africanos).

<p>Crenças religiosas e filosofias de vida (Contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental)</p>	<p>Ensinaamentos da tradição escrita e oral</p>	<p>(EF06ER03) Reconhecer, em textos escritos e transmissão oral, ensinamentos relacionados a modos de ser e viver, compreendendo que os conhecimentos religiosos podem ser transmitidos de geração a geração. (EF06ER04) Reconhecer que os textos escritos e orais são utilizados pelas organizações religiosas de maneiras diversas, principalmente para registrar os costumes e o código moral das organizações religiosas e orientar suas práticas. (EF06ER05) Discutir como o estudo e a interpretação dos textos religiosos influenciam os adeptos a vivenciarem os ensinamentos das organizações religiosas.</p>
<p>Crenças religiosas e filosofias de vida (Contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental).</p>	<p>Símbolos, ritos e mitos religiosos</p>	<p>(EF06ER06) Reconhecer o significado e a importância dos mitos, ritos, símbolos e textos na estruturação das diferentes crenças e tradições. (EF06ER07) Exemplificar a relação entre mito, rito e símbolo nas práticas celebrativas de diferentes organizações religiosas. Compreender no universo simbólico religioso e nas diversas cosmogonias que o símbolo sagrado constitui uma linguagem de aproximação e/ou união entre o ser humano e o Sagrado.</p>
<p>Manifestações religiosas (Contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental)</p>	<p>Alimentos Sagrado</p>	<p>Identificar alimentos considerados sagrados por diferentes culturas, tradições e expressões religiosas. Conhecer os diferentes significados atribuídos a alimentos considerados sagrados nas diversas manifestações e organizações religiosas.</p>

<p>Manifestações religiosas (Contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental).</p>	<p>Lugares, Espaços e territórios religiosos</p>	<p>Caracterizar os espaços e territórios religiosos como locais de realização das práticas celebrativas, compreendendo o significado de lugar sagrado nas diversas organizações religiosas.</p> <p>Identificar e respeitar os diferentes espaços e territórios religiosos das diversas tradições do estado do Paraná.</p> <p>Conhecer as características arquitetônicas, estéticas e simbólicas dos lugares sagrados no território Paranaense.</p> <p>Desenvolver atitudes de respeito aos diferentes lugares sagrados e as práticas religiosas desenvolvidas nestes locais, mostrando como é relevante o papel que eles exercem na sociedade</p>
--	--	---

CONTEÚDOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

7º ANO

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTOS	OBJETIVOS DA APRENDIZAGEM
<p>Manifestações religiosas (Contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental)</p>	<p>Ritos, místicas e espiritualidades</p>	<p>Conhecer os rituais sagrados nas organizações religiosas compreendendo que os ritos são a expressão, o encontro ou o reencontro com o Sagrado.</p> <p>(EF07ER01) Reconhecer e respeitar as práticas de comunicação com as divindades em distintas manifestações e organizações religiosas, como os ritos de passagem, purificação, mortuário, entre outros.</p> <p>(EF07ER02) Identificar práticas de espiritualidade utilizadas pelas pessoas em determinadas situações (acidentes, doenças, fenômenos climáticos, anseios pessoais e familiares).</p>
<p>Manifestações religiosas (Contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental).</p>	<p>Lideranças Religiosas</p>	<p>EF07ER03) Reconhecer os papéis atribuídos às lideranças, destacando a importância do papel feminino dentro das diferentes organizações religiosas.</p> <p>(EF07ER04) Exemplificar líderes religiosos que se destacaram por suas contribuições à sociedade. Em especial as lideranças femininas.</p>

		(EF07ER05) Discutir estratégias que promovam a convivência ética e respeitosa entre as religiões.
Crenças religiosas e filosofias de vida (Contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental).	Princípios éticos e valores religiosos.	Conhecer os aspectos legais referentes à liberdade religiosa. Reconhecer como se estruturam as diversas organizações religiosas. (EF07ER06) Identificar princípios éticos em diferentes organizações religiosas e filosofias de vida, discutindo como podem influenciar condutas pessoais e práticas sociais
Crenças religiosas e filosofias de vida (Contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental).	Liderança e direitos humanos	(EF07ER07) Identificar e discutir o papel das lideranças religiosas e seculares na defesa e promoção dos direitos humanos e da liberdade de crença. (EF07ER08) Reconhecer o direito à liberdade de consciência, crença ou convicção, questionando concepções e práticas sociais que a violam.

Aliados ao ensino dos conteúdos de Ensino Religioso devem ser abordados os desafios contemporâneos, sobretudo no tocante a superação dos preconceitos, da intolerância religiosa, racial, de gênero e idade, das questões ambientais e Educação Ambiental, presentes nas legislações: L.F.9795/99, (Dec.4201/02, L.E.nº17505/13) - Educação Ambiental; o Estatuto do Idoso 10741/03, L.E.nº17858/13 - Política de proteção ao Idoso; a problemática das Drogas (Prevenção ao uso indevido de Drogas 11.343/06); História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (10.639/03 e 11.645/08); Educação Fiscal e Tributária (Dec.1143/99 Port.413/02); os Direitos Humanos (Dec. nº7037/09: PNDH 3); a Violência contra a Criança e o Adolescente (L.F.11525/07); a Violência Feminina (18447/15); e o *Bullying* (L.E.nº17335/12).

3. ESTRATÉGIA DE ENSINO

Oferecer subsídios para que os estudantes entendam como os grupos sociais se constituem culturalmente e como se relacionam com o Sagrado. Essa abordagem possibilita estabelecer relações entre as culturas e os espaços por elas produzidos, em suas marcas de religiosidade. Utilizando de materiais como recursos áudio visuais, revistas, livros.

Trabalhar a questão da valorização da cultura afro e indígena em nossa realidade de vida, como tais sujeitos históricos contribuíram para nossa cultura e economia. E a importância do respeito e valorização do sujeito no cotidiano, trabalhar a questão racial e preconceituosa, como forma de banir tais atos, ações e pensamentos “racistas”. Além de debater em salas sobre as manifestações religiosas, enfatizando a importância da valorização e respeito as outras culturas religiosas.

4. PLANO DE TRANSIÇÃO

Diante dos direitos de aprendizagens dispostos no texto da Base Nacional Comum Curricular, fica explícito que todos os estudantes devem ter as mesmas oportunidades de aprendizagem. Desde a instituição de uma etapa do ensino que agrupou duas organizações pedagógicas diferentes no ensino fundamental obrigatório, sem definir a necessária metodologia articuladora das questões pedagógicas características dessa transição, permaneceu a fragilidade na adequação metodológica, na integração curricular, na correspondente formação de professores, no reconhecimento das diferentes culturas escolares, na integração entre as redes de ensino de modo a articular as informações sobre o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, na atenção à transição da infância para a adolescência, entre outras articulações.

Nesse cenário, a essencial tarefa organizadora e unificadora do currículo por meio da Base Nacional Comum Curricular, como potencial articulador do ensino fundamental, não se realiza por si só. É necessário ponderar o indispensável trabalho conjunto de professores, sujeitos que atribuem vitalidade ao currículo e que atuam nas duas fases dessa etapa, de forma que os esforços por conhecer a organização curricular nos anos iniciais e finais, bem como o estabelecimento de estratégias de atuação nessa transição tenham início nos primeiros anos e continuem ocorrendo do 6º ano em diante.

Ou seja, se faz necessária uma atenção especial na reflexão e viabilização de práticas pedagógicas que integrem os envolvidos no processo, tendo como elemento indutor uma política educacional articuladora entre as etapas e fases: da creche para pré-escola, da pré-escola para os anos iniciais do ensino fundamental e destes para os anos finais. Esse esforço de ampliação das oportunidades de sucesso do estudante pode possibilitar efetivamente o desenvolvimento integral do estudante.

Nessa perspectiva, o tempo e o espaço escolar são elementos mediadores do processo ensino aprendizagem que colaboram para o desenvolvimento cognitivo, social, ético, moral, biológico, cultural e pessoal, viabilizando diferentes formas de aprendizagem dos estudantes

5. AVALIAÇÃO

Para efetivar o processo de avaliação no Ensino Religioso, é necessário estabelecer os instrumentos e definir os critérios que explicitem o quanto o aluno se apropriou do conteúdo específico da disciplina e foi capaz de relacioná-lo com as outras disciplinas. A avaliação pode revelar também em que medida a prática pedagógica, fundamentada no pressuposto do respeito à diversidade cultural e religiosa, contribui para a transformação social.

A avaliação permite diagnosticar o quanto o aluno se apropriou do conteúdo, como resolveu as questões propostas, como reconstituiu seu processo de concepção da realidade social e, como, enfim, ampliou o seu conhecimento em torno do objeto de estudo do Ensino Religioso, o Sagrado, sua complexidade, pluralidade, amplitude e profundidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ensino Religioso: diversidade cultural e religiosa / Paraná. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da educação. – Curitiba: SEED/PR, 2013.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. Diretrizes curriculares da educação básica. Ensino Religioso. [s.e.] Curitiba, 2008.

PARANÁ. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Básica. Currículo da Rede Estadual Paranaense - CREP. Curitiba, 2019.

PARANÁ. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Básica. Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações. Curitiba, 2018.

PROPOSTA CURRICULAR DE GEOGRAFIA – ENSINO FUNDAMENTAL

1 APRESENTAÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

O ensino de Geografia faz parte da matriz da Educação Básica enquanto disciplina curricular que se ocupa das diferentes relações que acontecem entre o ser humano e a natureza refletidas no espaço geográfico. Ao se refletir sobre o papel dos sujeitos no mundo contemporâneo e globalizado, invocam-se diferentes conteúdos que possibilitam a compreensão do espaço geográfico.

Partindo do pressuposto que o objeto de estudo da geografia é o espaço geográfico, entendido como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório e objetos (redes técnica, prédios, ruas) é sistemas de ações (organização do trabalho, produção, circulação, consumo de mercadorias, relações familiares e cotidianas), não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá (SANTOS 1994), onde os diferentes grupos realizam seus sonhos, vivem, lutam, produzem. A Proposta Pedagógica Curricular – PPC para o ensino da geografia da escola Jorge Nacli – Ensino Fundamental, anos finais de Nova Aurora, tem como objetivo traçar diretrizes e ações que envolvam o processo educativo para o Ensino de Geografia, bem como necessidades, propósitos e expectativas da comunidade escolar.

Afim de possibilitar ao educando perceber e interagir nos diferentes espaços sociais, políticos e ambientais, o ensino de geografia contribui para desenvolver o raciocínio sobre a localização, a interpretação dos acontecimentos e as inter-relações sociais e espaciais dos diferentes fatos ambientais, políticos, econômicos (PARANÁ, 2008). Tal análise é essencial para situar e explicar as relações do mundo do trabalho, as relações comerciais e culturais, os preconceitos e disputas étnico-raciais, o território e as diferentes lutas por poder na atualidade.

Sendo assim, o ensino da Geografia, englobando o espaço e seus diversos determinantes, faz-se imprescindível para o desenvolvimento do educando, respeitando ainda as peculiaridades desse sujeito histórico em seu contexto social e humano, trazendo, pois, para a discussão, as lutas de classes e a importância da apreensão do conhecimento como ferramenta de emancipação social (SAVIANI, 2008).

Compreender o espaço geográfico implica refletir sobre os elementos naturais e a intervenção humana sobre os mesmos, principalmente, a forma como esses elementos são apropriados e impactados pela ação humana, através do trabalho e relações sociais. Nesta perspectiva, o Referencial Curricular do Paraná orienta que o trabalho pedagógico contribua com a formação de um aluno capaz de compreender o espaço geográfico, nas diversas escalas, e atuar de maneira crítica na produção socioespacial do seu lugar, território, região, enfim, em seu espaço de vivência. Considerando que seu objeto de estudo/ensino é o espaço geográfico são apontados os conteúdos estruturantes, conhecimentos de grande amplitude que identificam e organizam os campos de estudo da disciplina escolar e devem considerar em sua abordagem teórico-metodológica, as relações socioespaciais em todas as escalas geográficas, analisadas em função das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que marcam o atual período histórico.

Possibilitar aos educandos perceberem e questionarem essas relações em suas vidas exige mais do que um sistema educativo bancário e/ou decorativo. O ensino da Geografia que se almeja para a presente proposta deve elucidar como essas relações acontecem no espaço de vivência do aluno, visíveis nas atividades comerciais, no fazer social dos povos, nas relações dessas sociedades com o meio natural e em suas lutas históricas. Assim, o conteúdo analisado advém de um fazer humano e responde a uma problemática social e histórica (GASPARIN, 2003). Não se trata apenas de descrever as diferentes transformações históricas do espaço, mas, questionar, discutir e refletir sobre a responsabilidade individual e coletiva do ser humano nesse processo, respeitando a natureza, a cultura e a primazia pelo bem estar global.

Para preparar o cidadão desses novos tempos, é preciso valorizar a importância social do conhecimento, pensá-lo em sua aplicabilidade e totalidade social: o desenvolvimento cognitivo das pessoas, a formação para a cidadania, o necessário diálogo com o mundo do trabalho e o desenvolvimento de diferentes competências (FRIGOTTO, 2002; PARANÁ, 2013).

DIREITOS DE APRENDIZAGEM

A BNCC apresenta as Competências Gerais, entendidas, conforme Parecer nº 15/2017 da CNE/CP, como **Direitos de Aprendizagem:**

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional,

compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

2 TEXTO INTRODUTÓRIO

O Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações – Geografia foi elaborado a partir da análise das propostas curriculares existentes nas redes de educação do Estado, intentando-se que, assim, as mais variadas vozes fossem contempladas.

O texto apresenta, inicialmente, uma breve síntese das correntes teóricas da ciência geográfica. Posteriormente, discorre sobre seu objeto de estudo, o pensamento espacial e o raciocínio geográfico, que dialoga com os Direitos e Objetivos de Aprendizagem da Geografia.

Para a compreensão das discussões relacionadas ao ensino de Geografia no Brasil, Rocha (1994) elenca três momentos na história dessa ciência:

O primeiro período da Geografia brasileira corresponde aos primórdios da educação jesuítica no país até a introdução da Geografia científica, portanto, do Período Colonial até o início do século XX; o segundo período foi marcado pela introdução da chamada Geografia Moderna, trazida por Carlos Miguel Delgado de Carvalho, divulgador de propostas inovadoras para as práticas escolares; um terceiro período corresponde aos resultados relacionados às Geografias Críticas e da relação dessas produções às propostas vinculadas ao construtivismo.

Assim, ao longo do desenvolvimento da ciência geográfica no Brasil, se solidificou o espaço geográfico como seu objeto de estudo, relacionado com as questões econômicas, políticas, culturais e socioambientais existentes na realidade

socioespacial.

É relevante salientar que, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, o estudo da Geografia contribui para o delineamento do projeto de vida dos jovens estudantes, de modo que possam compreender a produção do espaço e a transformação desse espaço em território usado, vislumbrando a necessidade de compreender a articulação escalar (cartográficas e geográficas) em uma leitura integral do espaço geográfico.

3 CONTEÚDOS

https://docs.google.com/document/d/1umrb4Kb_ixIG4C6CZvR1Mf-LGr2etiQ0M3FJhZw1hRo/edit?usp=sharing

Aliados ao ensino dos conteúdos de Geografia devem ser abordados os desafios contemporâneos, sobretudo no tocante a superação dos preconceitos, da intolerância religiosa, racial, de gênero e idade, das questões ambientais e Educação Ambiental, presentes nas legislações: L.F.9795/99, (Dec.4201/02, L.E.nº17505/13) - Educação Ambiental; o Estatuto do Idoso 10741/03, L.E.nº17858/13 - Política de proteção ao Idoso; a problemática das Drogas (Prevenção ao uso indevido de Drogas 11.343/06); História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (10.639/03 e 11.645/08); Educação Fiscal e Tributária (Dec.1143/99 Port.413/02); os Direitos Humanos (Dec. nº7037/09: PNDH 3); a Violência contra a Criança e o Adolescente (L.F.11525/07); a Violência Feminina (18447/15); e o *Bullying* (L.E.nº17335/12).

4 ESTRATÉGIAS DE ENSINO

As estratégias de ensino devem permitir que os alunos se apropriem dos conceitos fundamentais da Geografia e compreendam o processo de produção e transformação do espaço geográfico. Os conteúdos devem ser trabalhados numa perspectiva crítica e dinâmica, interligados com a realidade próxima e distante dos alunos (PARANÁ, 2008).

Dessa forma, as estratégias de ensino para o ensino da Geografia devem partir de situações problemas, instigantes e provocativas. Essa problematização inicial, que, assim como todo o processo de ensino/aprendizagem deve ser conduzido de forma dialogada, com objetivo de mobilizar o aluno para o conhecimento. Seja a partir de

questões problematizadoras ou situações de aprendizagem desafiadoras que mobilizem e estimulem o raciocínio, a reflexão e a crítica, o importante é garantir que o aluno se torne sujeito do seu processo de aprendizagem (PARANÁ, 2008).

Outro pressuposto metodológico, também proposto pelo Referencia Curricular do Paraná é a contextualização do conteúdo, que pressupõe situar o conteúdo abordado historicamente e nas relações políticas, sociais, econômicas, culturais, em suas manifestações espaciais concretas, próximas e distantes de aluno, ou seja, nas diversas escalas geográficas.

Ciente desses pressupostos metodológicos, e, sempre que possível estabelecendo relações interdisciplinares dos conteúdos, sem perder a especificidade geográfica, o professor irá organizar o processo de ensino com: aulas de campo, estratégias de ensino que oportuniza conhecer os fenômenos estudados em seu espaço de ocorrência, e assim estabelecer relação com os conteúdos teóricos discutidos em sala de aula; recursos áudio-visuais: trechos de filmes programas de reportagens e imagens em geral (fotografias, slides, charge, ilustrações), podem ser utilizados para a problematização dos conteúdos; pesquisas bibliográficas e experimentação científica, na pesquisa experimentação o educando se torna protagonista de sua aprendizagem; Alfabetização cartográfica: a linguagem cartográfica resulta de uma construção teórica-prática que vem desde as séries iniciais até o final da Educação Básica. O domínio e compreensão dessa linguagem possibilita ao aluno estar apto a reconhecer representações de realidades mais complexas e abstratas do Espaço Geográfico, representação expressa através de mapas, que exigem uma leitura própria.

Dessa forma, na abordagem dos conteúdos de todas as séries, cabe ao professor de Geografia questionar o que ele ensina, para quê e para quem, respeitando a idade dos educandos, a cultura desses, a sequência dos acontecimentos, a coerência entre as abordagens elencadas, bem como o ritmo individual de cada aluno. Para tanto, ao ensinar Geografia se fará valer das possibilidades do trabalho interdisciplinar com as demais disciplinas.

Nesta perspectiva, cabe ao professor organizar o processo de ensino de modo que os alunos ampliem suas capacidades de análise do espaço geográfico e formem os conceitos dessa disciplina de maneira cada vez mais clara e compreendam, a partir de seu ambiente de vivência, a complexidade das relações sociedade/natureza onde quer que elas aconteçam.

5 PLANO DE TRANSIÇÃO

Para a transição do 5 para o 6 ano, e do 9 ano 1 ano, faz-se necessário uma apresentação das novas disciplinas, dos novos professores, bem como uma conversa com os pais e responsáveis e os alunos sobre como será pautadas as normas de tal estabelecimento de ensino e das novas disciplinas, regras como provas, trabalhos, uniformes etc. Se forem novos alunos um conhecimento do ambiente escolar, uma apresentação do ambiente. Uma ideia é propor uma gincana ou brincadeiras de interação para logo, interagir novos alunos com os que já estudam em tal escola e horário, juntamente com os novos professores.

Pontos chaves: Reunião com os pais, apresentação do ambiente escolar e dos professores e disciplinas.

6 AVALIAÇÃO

De acordo com LDB 9394/96, a avaliação do processo ensino/aprendizagem deve ser diagnóstica, contínua, processual e formativa. Considerada a aprendizagem como processo qualitativo, para o qual, o professor utilizará no processo avaliativo diferentes práticas pedagógicas e instrumentos variados para mensurar os avanços do educando. Estas práticas e instrumentos devem ser selecionados de acordo com cada conteúdo, seriação escolar e/ou objetivo, devem ainda estar articulados aos conteúdos estruturantes, básicos e específicos, aos conceitos geográficos, as categorias espaço/tempo, contemplando a escala local e global. Assim, a avaliação tanto deve acompanhar a aprendizagem dos alunos quanto nortear o trabalho do professor.

Considerando que a avaliação auxilia no acompanhamento do desenvolvimento do aluno, na averiguação do desempenho e na qualidade das abordagens ofertadas pelo professor, para tais intervenções podem ser usados diferentes práticas pedagógicas como leituras, interpretação e produção de textos geográficos, leitura e interpretação de fotos e imagens e, principalmente, diferentes tipos de mapas; produção escrita, pesquisas bibliográficas, apresentação de seminários, leitura e interpretação de diferentes tabelas e gráficos, relatórios de

experiências práticas, de aulas de campo ou laboratórios; construção de maquetes e produção de mapas mentais, entre outros.

Nesta perspectiva, a avaliação é a reflexão transformada em ação, que impulsiona a novas reflexões e ações. O que possibilita ao educador uma reflexão permanente sobre a sua realidade, ou sobre o seu fazer pedagógico, uma possibilidade de acompanhamento contínuo do educando, na trajetória da construção do conhecimento.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2016.

_____. **Percursos da educação integral em busca da qualidade e da equidade**. São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social - UNICEF, 2013.

FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.

FRIGOTTO, G. Trabalho, conhecimento, consciência e a educação do trabalhador: impasses teóricos e práticos. In: GOMES, Carlos M. (Org.). **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 2.ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica: Geografia**. Curitiba: SEED, 2008.

_____. **Orientações pedagógicas para adesão e elaboração do projeto de redesenho curricular do ensino médio inovador no Paraná**. Curitiba, SEED: 2013. Disponível em <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/ensino_medio_inovador/orientacoes_pedagogicas_adesao_execucao_proemi1.pdf>: Acesso em 20 de jan. de 2017.

_____. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Orientações para Implementação da Educação em Tempo Integral em Turno Único**. Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2013/documento_referencia_eti_turno_unico.pdf> Acesso em: 15 fev. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico Crítica: primeiras aproximações**. C

PROPOSTA CURRICULAR DE HISTÓRIA – ENSINO FUNDAMENTAL

1 APRESENTAÇÃO

1.1 Justificativa e direitos de aprendizagem

Na concepção de História apresentada no Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, não há verdades prontas e definitivas, porque o trabalho pedagógico na disciplina deve dialogar com várias vertentes das produções historiográficas que afirmam não existir objetividade possível em História oral e escrita. Destaca-se que os consensos mínimos construídos no debate entre as vertentes teóricas não expressam meras opiniões, mas implicam fundamentos do conhecimento históricos que se tornam referenciais nesta Diretriz.

Assim, é importante destacar que os conhecimentos históricos permitem ao estudante compreender as ações dos sujeitos de modo a demarcar como estes podem transformar constantemente as estruturas sócias históricas. Mesmo condicionadas, as ações dos sujeitos permitem espaços para escolhas e projetos de futuro. A investigação histórica voltada para descoberta das relações humanas busca compreender e interpretar os sentidos que os sujeitos atribuem às suas ações.

1.2 Objeto de estudo da disciplina

Nesta perspectiva, esta Proposta Curricular de História- PPC tem como objeto de estudo os processos históricos relativos às ações e às relações humanas do homem no tempo. As relações humanas produzidas por essas ações podem ser definidas como estruturas sociais históricas, ou seja, são formas de agir, pensar, sentir, representar, imaginar, instituir e de se relacionar social, cultural e politicamente.

1.3 Direitos de aprendizagem Gerais da Educação Básica

Diante disso, o estudante tem como direitos básicos de aprendizagem:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a

criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

1.4 Direitos de aprendizagem

E quanto aos direitos específicos de História pode-se destacar:

1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder, processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.
2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

2 ORGANIZADOR CURRICULAR

No **Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações** para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais, constam **unidades temáticas** para cada um dos anos e etapas próprias, as quais abrem espaço para os **objetos do conhecimento** que constituem conhecimentos básicos com vistas ao direito de aprendizagem dos estudantes ao final de cada ano. Desses objetos, desdobraram-se os **objetivos de aprendizagem**, os quais consideraram processos cognitivos específicos do componente curricular de História.

[QUADRO ORGANIZADOR CURRICULAR HISTÓRIA CURRÍCULO PRIORIZADO](#)

3 ESTRATÉGIAS DE ENSINO

Inicialmente, justifica-se a importância de se tratar ao longo dos anos finais do Ensino Fundamental o processo de construção do conhecimento histórico. No processo de construção da consciência histórica é imprescindível que o professor retome constantemente com os alunos como se dá a produção do conhecimento; ou seja, como é produzido a partir do trabalho de um pesquisador que tem como objeto de estudo as ações e as relações humanas praticadas no tempo, assim como, os sentidos que os sujeitos lhes deram, de modo consciente ou não. Para estudá-las, o historiador adota um método de pesquisa de forma que possa problematizar o passado, e buscar, por meio de documentos e perguntas, respostas às suas indagações. O professor deve estar esclarecido de que a produção do conhecimento histórico e sua apropriação, pelos alunos, é processual, e, deste modo, é necessário que o conceito em questão seja constantemente retomado.

O processo de construção da história, por sua vez, é compreendido em suas práticas, relações e pelas multiplicidades de leituras e interpretações históricas. Usando como recursos didáticos e metodológicos como exemplos: a TV pendrive, multimídia, mapas (localização geográfica, de onde aconteceu tal fato, "espaço histórico), além do livro didático e de outros textos impressos, logo a pensar em criar situações de diálogos e debates para fazer com que os alunos já pensem em questões de transformações pela qual o sujeito histórico passa, e o que isto reflete em nossa vida, assim tornando-os pessoas críticas.

Outro elemento a ser considerado na metodologia do ensino de História é o uso de documentos e fontes históricas em sala de aula. Segundo Bittencourt (2004),

recorrer ao uso de documentos e fontes históricas nas aulas de História pode ser importante por favorecer o pensamento histórico e a iniciação aos métodos de trabalho do historiador. A intenção com o trabalho de documentos em sala de aula é de desenvolver a autonomia intelectual adequada que permita realizar análises críticas da sociedade por meio de uma consciência temporal. Ao trabalhar com documentos em sala de aula faz-se necessário ir além dos documentos escritos, trabalhando com os iconográficos, as fontes orais, os testemunhos de história local, além de linguagens contemporâneas, como fotografia, cinema, quadrinhos e informática. Outro fator a ser observado é a identificação das especificidades do uso desses documentos, bem como entender a sua utilização para além de meras ilustrações das aulas de História. Quanto à identificação do documento a sugestão é determinar sua origem, natureza, autor ou autores, datação e pontos importantes do mesmo. Para fazer análise e comentários dos documentos, Circe Bittencourt (2004) estabeleceu a seguinte metodologia: descrever o documento, ou seja, destacar e indicar as informações que ele contém; mobilizar os saberes e conhecimentos prévios dos alunos para que eles possam explicá-los, associá-los às informações dadas; situar o documento no contexto e em relação ao autor; identificar sua natureza e também explorar esta característica para chegar a identificar os seus limites e interesses. Contudo, é necessário clareza de que as práticas pedagógicas podem mudar em decorrência da especificidade da linguagem do documento.

4. PLANO DE TRANSIÇÃO

Para a transição do 5 para o 6 ano, e do 9 ano 1 ano, faz-se necessário uma apresentação das novas disciplinas, dos novos professores, bem como uma conversa com os pais e responsáveis e os alunos sobre como será pautadas as normas de tal estabelecimento de ensino e das novas disciplinas, regras como provas, trabalhos, uniformes etc. Se forem novos alunos um conhecimento do ambiente escolar, uma apresentação do ambiente. Uma ideia é propor uma gincana ou brincadeiras de interação para logo, interagir novos alunos com os que já estudam em tal escola e horário, juntamente com os novos professores.

Pontos chaves: Reunião com os pais, apresentação do ambiente escolar e dos professores e disciplinas.

5 AVALIAÇÃO

Propõe-se para o ensino de História uma avaliação formal, processual, continuada e diagnóstica. Onde o professor encontre respostas ao processo de produção de conhecimento por parte do aluno. Respostas estas que virão a partir do acompanhamento do processo, percebendo o desenvolvimento de cada educando durante a apropriação/construção do conhecimento histórico.

Ao avaliar é necessário considerar três aspectos importantes: a apropriação de conceitos históricos; o aprendizado dos conteúdos estruturantes e dos conteúdos específicos. Sendo que estes três aspectos são entendidos como complementares e indissociáveis.

Os instrumentos de avaliação devem ser pensados e definidos de acordo com as possibilidades teórico-metodológicas que oferecem para avaliar os critérios estabelecidos.

A avaliação será realizada em função da aprendizagem, da apropriação dos conteúdos e para que isto ocorra serão utilizados métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas no Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar do colégio, buscando diagnosticar o conhecimento e as dificuldades mediando e integrando de forma democrática, o conhecimento como ação, reflexão e nova ação.

- **Critérios de avaliação:** devem ser definidos pelo professor na elaboração de seu Plano Anual e Plano de Trabalho Docente orientado pelos documentos legais do colégio: Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, explicitando os propósitos e a dimensão do que se quer avaliar. Assim, os critérios são um elemento de grande importância no processo avaliativo, pois articulam todas as etapas da ação pedagógica.
- **Os instrumentos de avaliação:** devem ser de acordo com as possibilidades teórico metodológicas que oferecem para avaliar os critérios estabelecidos como Pesquisa orientada e direcionada individual e em grupo, produção de texto, avaliações orais e escritas, leituras diversificadas, produção de cartazes, desenhos, painéis, seminários e exposição de trabalhos e experimentos, avaliações praticas, debates e autoavaliação.
- **A Recuperação Paralela:** através da retomada de conteúdos sempre que o educando não se apropriar do conhecimento. A recuperação de nota será

realizada de forma paralela no decorrer do trimestre/bimestre sendo ofertada a todos e obrigatória aos que não obtiverem a media. O objetivo da Recuperação Paralela e dar novas condições ao educando de aprender conceitos, fatos e procedimentos ensinados e possibilitar melhorias em seus resultados. Serão propiciadas através de prova oral e escrita, pesquisa e apresentações, interpretações e produções de texto.

As atividades, acima citadas, têm como objetivo ajudar o professor a identificar a intensidade do aprendizado de seus alunos, e se há lacunas a serem preenchidas, ou seja, se há necessidade de retomar conteúdos já trabalhados em sala de aula. O processo avaliativo deve respeitar a diferenças sociais, culturais e pessoais (física, psicológica) dos alunos, lembrando que cada indivíduo possui uma forma de expressar o seu aprendizado e estas diferenças devem ser valorizadas, para que o aluno possa desenvolver sua autoestima e conseqüentemente o seu aprendizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2002

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. In: BRASIL/MEC. **Lei de**

Cadernos Temáticos: **Historia e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Lei 10.639/03. Lei No 13.381/01 sobre a **Historia do Paraná** e LEI No 11.645/08 sobre a **Cultura dos Povos Indígenas**.

C.R.J. Cury, "A nova lei de diretrizes e bases da educação nacional: uma reforma educacional", in: C.R.J. Cury, V.L.A. Brito e J.S.B. Horta (orgs), op. cit.

DIRETRIZES DE BASE NACIONAL- Educação no Campo- 2

Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

FLORESCANO, E. **A função social do historiador**. Tempo Revista do Departamento de História da UFF. Volume. 4. Rio de Janeiro: 1997.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 14 ED. São Paulo: Cortez, 2002.

NOVA AURORA, Colégio Estadual Wenceslau Bras/ Palmitópolis – Ensino fundamental e Médio **Projeto Politico Pedagógico**. Nova Aurora/Pr, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes curriculares da educação básica. História**. [s.e.] Curitiba, 2009.

PEREIRA, J. C. C.; PACHECO, M. B. **O Ensino de História nas Séries Iniciais.** 2013. Disponível em: . Acesso em: 23/06/2017

PROPOSTA CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA – ENSINO FUNDAMENTAL

Encaminhamentos metodológicos

A língua é uma construção histórica e cultural em constante transformação e por isso não se limita a uma visão sistêmica e estrutural do código linguístico. Na escola é que o aluno deve encontrar as práticas de linguagem para que possa interagir de maneira eficaz nas mais diferentes circunstâncias de uso da língua.

Ensinar a ler e a escrever com proficiência necessária e de direito aos falantes de Língua Portuguesa possibilita que a utilizem como instrumento de luta e posicionamento, para que assumam uma postura de cidadãos ativos na sociedade brasileira.

A partir dos pressupostos da BNCC, assumimos a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, sendo que sua apropriação se dá com interações sociais mediadas por práticas discursivas. Assim sendo, o texto é o centro do trabalho do professor relacionando a contextos de produção, desenvolvendo habilidades nas práticas de leitura/escuta, oralidade e produção de textos em várias mídias e semioses. Para fins de organização da aprendizagem/habilidades estão separados pelos quatro **campos de atuação social** definidos para os anos finais do Ensino fundamental: **Campo artístico-literário, Campo das práticas de estudo e pesquisa, Campo jornalístico/midiático e Campo de atuação na vida pública.**

- **Campo de atuação jornalístico/midiático:** tirinhas, *charges*, memes, *gifs*, notícia, reportagem, resenha, artigo de opinião, editorial, carta de leitor, cartaz, *banner*, folheto, panfleto, anúncio impresso e para *internet*, *spot*, propaganda de rádio, de TV, notícias para rádios, TV ou vídeos; *podcasts* noticiosos e de opinião, entrevistas, roteiro de perguntas, comentários, jornais radiofônicos e televisivos, *vlogs* noticiosos, culturais e de opinião; discussões e debates, comentário, infográficos, cartaz, *banner*, *indoor*, folheto, panfleto, anúncio de jornal/revista, para *internet*, *spot*, propaganda de rádio e de TV.
- **Campo de atuação da vida pública** - enquetes e pesquisas de opinião, seminário, anotações, propostas/projetos culturais e ações de intervenção, seminário, apresentações orais (considerando também elementos paralinguísticos e cinésicos).

- **Campo de atuação das práticas de estudo e pesquisa** - enquetes e pesquisas de opinião, verbetes de enciclopédias colaborativas, reportagens de divulgação científica, vlogs científicos, seminário, textos de divulgação científica, tabela, gráfico, ilustração, esquemas, apresentações orais (considerando também elementos paralinguísticos e cinésicos).
- **Campo de atuação artístico-literário** - contos contemporâneos, minicontos (de amor, de humor, de suspense, de terror); crônicas líricas, humorísticas, críticas; romances canônicos; narrativas de enigma, narrativas de aventura; romances juvenis; biografias romanceadas; novelas; causos; contos (de esperteza, de animais, de amor, de encantamento); fábulas contemporâneas; crônicas visuais; narrativas (de ficção científica, de suspense); audiolivros de textos literários diversos; *podcasts* de leituras dramáticas; poemas diversos (soneto, lira, *haikai*, poema concreto etc.), ciberpoema; microrroteiro; lambe-lambe; texto dramático.

Nas aulas o desenvolvimento dos objetivos de aprendizagem/das habilidades devem estar relacionado aos direitos de aprendizagem/competências gerais da BNCC. Cabe ressaltar que, na BNCC, competência é definida como mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030¹ da Organização das Nações Unidas (ONU).

AValiação

A avaliação deve ser formativa, ou seja, que considere os diferentes ritmos e processos de aprendizagem, de forma a ampliar a autonomia, protagonismo e a participação ativa dos(as) estudantes nos diferentes campos de atuação sociais. Desse modo, para que a avaliação cumpra com sua função no processo educacional, ela deve estar fundamentada nos **objetivos de aprendizagem/habilidades** delimitados para o período avaliativo, e articulada aos **direitos de**

aprendizagem/competências a eles relacionados.

Além disso, é importante que a avaliação seja construída por meio de um processo contínuo que se inicie pelo prognóstico coletivo sobre o que será trabalhado, o diagnóstico dos conhecimentos prévios dos(as) estudantes e possíveis dificuldades a serem superadas, e continue no transcorrer de todo o trabalho pedagógico para que possa regular, no final do período focalizado, o (re)planejamento do trabalho que será desenvolvido.

Conteúdos

O ensino de Língua Portuguesa tem como foco as práticas discursivas sendo elas oralidade, leitura e escrita, bem como a análise linguística e a literatura; tendo como conteúdo estruturante o Discurso como prática social, a partir dele, advem os conteúdos básicos: os gêneros discursivos a serem trabalhados nas práticas discursivas de acordo com os anos finais do Ensino Fundamental e com o livro didático adotado para cada referido ano.

Quadro Organizador Curricular de Língua Portuguesa a partir do Currículo Priorizado.

https://docs.google.com/document/d/1JNbkeTKi-qnTgGADfgj_tM48x23jN1HF8Kpo0uCrG4/edit?usp=sharing

Componente curricular de Redação e leitura

A prática pedagógica com a literatura tem como objetivo promover a apreciação da obra de autores diversos, viabilizando o reconhecimento de vozes autorais a partir de uma apreciação estética, sobre temáticas diversas que dialoguem com os estudantes. No entanto, as leituras das obras não se encerram em si mesmas, é importante que haja uma ampliação do repertório cultural e também, uma percepção/diagnóstica do professor, a fim de atender às singularidades de cada comunidade escolar, já que possuem características próprias e requerem mediações e propostas que melhor se relacionem com os anseios e necessidades dos/as estudantes. Na apreciação e análise dessas obras, é importante que o professor atente para alguns elementos importantes e imprescindíveis para o enriquecimento do trabalho pedagógico com essas obras literárias.

A prática de Produção de Textos compreende as práticas de linguagem relacionadas à interação e à autoria (individual ou coletiva) do texto, com diferentes finalidades e projetos enunciativos como, por exemplo, narrar fatos cotidianos de forma crítica, lírica ou bem-humorada em uma crônica e/ou conto, escrever sobre curiosidades científicas, relatar fatos e cobrir acontecimentos relevantes para a comunidade em notícias e reportagens, descrever, avaliar e recomendar (ou não) um produto cultural em uma resenha, expressar posição em uma carta de leitor ou artigo de opinião; denunciar situações de desrespeito a quaisquer direitos por meio de fotorreportagem, fotodenúncia, poema, dentre outros.

Considerando que ainda estamos vivenciando um momento de ensino pós-pandêmico, faz-se necessário oportunizar um processo de acolhimento ao estudante para que a retomada da sua rotina de estudo viabilize recuperar possíveis prejuízos educacionais advindos desse período. Dessa forma, vale destacar a importância de estabelecer um ritmo em que todos os estudantes possam acompanhar e participar dos processos de leitura e produção textual. Nesse sentido, este documento tem uma perspectiva norteadora e mediadora, objetivando sempre o desenvolvimento da aprendizagem em um ensino que seja inclusivo e favoreça a transição entre os anos.

Nas aulas de Redação e Leitura são desenvolvidas habilidades/objetivos condizentes com as práticas de Leitura e Produção de Texto, as quais se efetivam por meio da multiplicidade de textos que circulam socialmente. Assim, destaca-se a

importância de que, além da retomada das práticas de análise linguística e oralidade, sejam enfatizadas as atividades proporcionadas ao domínio das habilidades pertencentes às práticas de leitura e produção de texto.

Avaliação

Por fim, é importante salientar que o processo avaliativo nessa Unidade Curricular deve estar articulado aos objetivos do componente presentes na BNCC. Nessa perspectiva, destacam-se as avaliações de caráter diagnóstico, formativo e processual, tendo em vista que avaliar habilidades e competências está ligado a avaliar as possíveis estratégias desenvolvidas pelos/as estudantes ao conjugarem seus saberes para resolução de situações-problema ao longo da vida escolar.

Quadro Organizador Curricular de Redação e Leitura de a partir do Currículo

Priorizado:

<https://docs.google.com/document/d/1o0TnVQMr8xkLPkivUM6-EZFjw5cfxYvSutoyco1yu0U/edit>

PROPOSTA CURRICULAR DE LÍNGUA INGLESA – ENSINO FUNDAMENTAL

1 APRESENTAÇÃO, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

A Língua Inglesa é uma construção histórica e cultural em constante transformação e, por isso, não se limita a uma visão sistêmica e estrutural do código linguístico.

Propõe-se que a aula de Língua Inglesa constitua um espaço para que o aluno reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, de modo que se envolva discursivamente e perceba possibilidades de construção de significados em relação ao mundo em que vive. Espera-se que o aluno compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social. (PARANÁ, 2008, p. 53)

No ensino de Língua Inglesa, o objeto de estudo é a língua que contempla as relações com a cultura, o sujeito e a identidade. Nessa perspectiva, segundo Paraná (2008, p. 55), ensinar e aprender línguas é também ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de atribuir sentidos, é formar subjetividades, é permitir que se reconheça no uso da língua os diferentes propósitos comunicativos, desenvolvendo uma consciência crítica a respeito do papel das línguas na sociedade.

A Língua Inglesa no Ensino Fundamental, com base na corrente sociológica e nas teorias do Círculo de Bakhtin, pretende desenvolver no educando o senso crítico, principalmente, por partir do trabalho com textos significativos, orais ou escritos, oriundos de diferentes esferas sociais, bem como pertencentes a diferentes gêneros discursivos. Tais textos estarão presentes em situações de interação do aluno com a língua-alvo, propiciando conhecimento linguístico, discursivo, cultural e sociopragmático.

Nesse sentido, salientamos a importância de se ensinar a Língua Estrangeira, no caso, a Língua Inglesa, com a finalidade de oferecer ao nosso estudante subsídios “para o enfrentamento com vistas à transformação da realidade social, econômica e política de seu tempo” (PARANÁ, 2008, p.20).

E, ainda, justifica-se o ensino de Língua Inglesa como oportunidade para atribuir significados a fim de uma melhor compreensão da realidade a partir do confronto com a cultura do outro.

Dessa forma, destacam-se como objetivos da disciplina de Língua Inglesa, espera-se que o aluno:

- use a língua em situações de comunicação oral e escrita;
- vivencie, na aula de Língua Estrangeira, formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;
- compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social;
- tenha maior consciência sobre o papel das línguas na sociedade;
- reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

Destaca-se que tais objetivos são suficientemente flexíveis para contemplar as diferenças regionais, mas ainda assim específicos o bastante para apontar um norte comum na seleção de conteúdos específicos.

Entende-se que o ensino de Língua Inglesa deve considerar as relações que podem ser estabelecidas entre a língua estudada e a inclusão social, objetivando o desenvolvimento da consciência do papel das línguas na sociedade e o reconhecimento da diversidade cultural.

2 CONTEÚDOS

Como Conteúdo Estruturante da Língua Inglesa o Discurso como Prática Social.

E, como conteúdos básicos, em LEM, temos os gêneros discursivos que sempre partirão de textos significativos e que atendam às especificidades de cada ano, por meio das práticas discursivas: oralidade, escrita e leitura, bem como da análise linguística que perpassa as três práticas anteriores. O quadro organizador do Currículo Priorizado do componente curricular de Língua Inglesa é composto por: Práticas de Linguagem, Objetos de Conhecimento, Conteúdos, Conhecimentos Prévios, Objetivos.

Acesse o link para o Quadro Organizador Curricular – Língua Inglesa a partir do Currículo Priorizado.

<https://docs.google.com/document/d/1N8zssZLkyQezf1fE1XcDWzD2bcvhemOkSr7-i2EwSVo/edit?usp=sharing>

Acesse o link para a Metodologia e Avaliação, arquivo editável a partir do CREP:

<https://docs.google.com/document/d/11uFiLMYommYJdhAfySIYeOFKf0puz6hIqoeqo5xnvS0/edit?usp=sharing>

Acesse o link para a Plataforma Inglês Paraná:

https://efideu.b2clogin.com/efideu.onmicrosoft.com/B2C_1A_TrustFrameworkBase/samlp/sso/assertionconsumer

Aliados ao ensino dos conteúdos de Língua Inglesa devem ser abordados os desafios contemporâneos, sobretudo no tocante a superação dos preconceitos, da intolerância religiosa, racial, de gênero e idade, das questões ambientais e Educação Ambiental, presentes nas legislações: Educação Ambiental (L.F. 9795/99, Dec. 4201/02); História e Cultura Afro-Brasileira (10.639/03); História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (11.645/08) Instrução Estadual nº017/2006-SUED/SEED; Estabelece a política de proteção ao idoso (nº 17858/2013); Prevenção ao Uso Indevido de Drogas (11.343/06); ; Enfrentamento à Violência Contra a Criança e ao Adolescente (ECA) (L.F. 11525/07 e L.F 8.096/1990); Direitos humanos – Institui o Programa à Intimidação Sistemática (Bullyng)(L.F 13.185/ 2015)

3 METODOLOGIA

Mediante o propósito de viabilizar um ensino de Língua Inglesa que prepare o aluno para a integração ou a reintegração na vida da comunidade, onde este seja o sujeito, parte integrante e indissociável do meio, faz-se necessário propor estratégias metodológicas, atividades e recursos que respondam melhor às necessidades individuais dos alunos com dificuldades de aprendizagem. Portanto, há que se atender às exceções e aos alunos ofertar a flexibilização curricular, cujo princípio é o de possibilitar o acesso à educação em casos específicos: estudantes da Educação Especial, os atendidos pelo Serviço de Apoio à Rede Escolarização Hospitalar – SAREH, estudantes afastados pelo Decreto Lei nº 1044/69 (Dispõe sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica) e pela Lei nº 6202/75 (Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências),

os estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas, do programa de Aceleração de Estudos PAE- e outras situações.

A partir do Conteúdo Estruturante Discurso como Prática Social, serão trabalhadas questões linguísticas, sociopragmáticas, culturais e discursivas, bem como as práticas do uso da língua: leitura, oralidade e escrita.

Propõe-se que, nas aulas de Língua Inglesa, o professor aborde os vários gêneros textuais, em atividades diversificadas, analisando a função do gênero estudado, sua composição, a distribuição de informações, o grau de informação presente ali, a intertextualidade, os recursos coesivos, a coerência e, somente depois de tudo isso, a gramática em si. Sendo assim, o ensino deixa de priorizar a gramática para trabalhar com o texto sem, no entanto, abandoná-la.

Cabe lembrar que disponibilizar textos aos alunos não é o bastante. É necessário provocar uma reflexão maior sobre o uso de cada um deles e considerar o contexto de uso e os seus interlocutores.

A aula de LEM deve ser um espaço em que se desenvolvam atividades significativas, as quais explorem diferentes recursos e fontes, a fim de que o aluno vincule o que é estudado com o que o cerca.

Espera-se que o professor crie estratégias para que os alunos percebam a heterogeneidade da língua. Nesse caso, pode-se dizer que um texto apresenta várias possibilidades de leitura, que não traz em si um sentido pré-estabelecido pelo seu autor. Traz, sim, uma demarcação para os sentidos possíveis, restringida pelas suas condições de produção e, por isso, constrói-se a cada leitura: quem faz a leitura do texto é o sujeito; portanto, o texto não determina a sua interpretação.

Ao interagir com textos diversos, o educando perceberá que as formas linguísticas não são sempre idênticas, não assumem sempre o mesmo significado, mas são flexíveis e variam conforme o contexto e a situação em que a prática social de uso da língua ocorre.

Para que o aluno compreenda a palavra do outro, é preciso que se reconstrua o contexto sócio-histórico e os valores estilísticos e ideológicos que geraram o texto. O maior objetivo da leitura é trazer um conhecimento de mundo que permita ao leitor elaborar um novo modo de ver a realidade. Para que uma leitura em Língua Estrangeira se transforme realmente em uma situação de interação, é fundamental que o aluno seja subsidiado com conhecimentos linguísticos, sociopragmáticos, culturais e discursivos.

As estratégias específicas da oralidade têm como objetivo expor os alunos a textos orais, pertencentes aos diferentes discursos, lembrando que na abordagem discursiva a oralidade é muito mais do que o uso funcional da língua, é aprender a expressar ideias em Língua Estrangeira mesmo que com limitações. Com relação à escrita, não se pode esquecer que ela deve ser vista como uma atividade socioinstitucional, ou seja, significativa. É importante que o docente direcione as atividades de produção textual definindo em seu encaminhamento qual o objetivo da produção e para quem se escreve, em situações reais de uso.

Em função da previsibilidade, homogeneidade, facilidade para planejar aulas, acesso a textos, figuras, entre outros e pelo fato dos alunos poderem dispor de material para estudos, consultas, exercícios, enfim, acompanhar melhor as atividades o trabalho se dará por meio do livro didático.

Porém, o professor utilizará de outros recursos didáticos e tecnológicos para a realização das atividades da prática da leitura, da oralidade, da escrita: livros paradidáticos, revistas, dicionários, DVDs, CDs, TV multimídia, internet, cartazes, desenhos, recortes, letras de músicas, cópias de atividades diversas, entre outros.

4 AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem em Língua Estrangeira Moderna - Inglês está articulada aos fundamentos teóricos explicitados nas Diretrizes Curriculares da disciplina e na LDB n. 9394/96. Ao propor reflexões sobre as práticas avaliativas, objetiva-se favorecer o processo de ensino e de aprendizagem, ou seja, nortear o trabalho do professor, bem como propiciar que o aluno tenha uma dimensão do ponto em que se encontra no percurso pedagógico.

Conforme analisa Luckesi (1995, p. 166), a avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida. A avaliação da aprendizagem deve ser compreendida como um conjunto de ações organizadas com a finalidade de obter informações sobre o que o aluno aprendeu, de que forma e quais as condições.

Nesse sentido, as avaliações serão: formal – acontece a cada instante da relação com os estudantes por meio de diferentes instrumentos avaliativos; diagnóstica – verifica-se como está o processo de construção do conhecimento, se a metodologia está dando resultado efetivos e a partir destas constatações toma-se decisões e promove

mudanças em relação à continuidade do trabalho; contínua – permite avaliar o grau de aprendizagem do estudante ao longo do período, neste caso, bimestralmente, de modo contínuo e cumulativo do desempenho, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos; formativa – após avaliar o processo como um todo, realimenta-se o processo para sanar falhas e atingir objetivos propostos, sempre priorizando o repensar sobre as ações e não o resultado; somativa – dá uma visão geral, de maneira concentrada, dos resultados obtidos no processo de ensino e aprendizagem.

Sua aplicação informa quanto ao nível de aprendizagem alcançada; visa à atribuição de notas; fornece feedback ao aluno, de forma que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos. Ao se adotar a perspectiva do trabalho com o texto significativo, seja ele verbal ou não verbal, o processo avaliativo será norteado, principalmente, pela avaliação formativa, a qual se fundamenta nos processos de aprendizagem, em seus aspectos cognitivos, afetivos e relacionais; partindo de aprendizagens significativas e funcionais que se aplicam em diversos contextos e se atualizam o quanto for preciso para que o estudante possa se apropriar do conhecimento.

Sob esse enfoque, adota-se como princípio fundamental que se devem avaliar o que se ensina, encadeando a avaliação no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, parte-se da avaliação inicial, retomando sempre que necessário o processo de aprendizagem, até que se chegue à avaliação final. Ao longo do processo, as avaliações serão constantes e deverão abranger a escrita, a oralidade, a leitura e as atividades extraclasse que serão solicitadas como complementação dos estudos de sala de aula e de acordo com o Plano de Trabalho Docente.

A avaliação deverá estar articulada com a concepção teórico-metodológica da disciplina e com os diferentes instrumentos avaliativos que podem ser pequenas produções textuais (frases, diálogos, cartazes, panfletos, respostas argumentativas...), interpretação de textos, testes escritos, pesquisas com consulta no dicionário, entre outros.

Os critérios de avaliação são:

LEITURA

- Realização de leitura compreensiva do texto;

- Localização de informações explícitas e implícitas no texto;
- Posicionamento argumentativo;
- Ampliação do horizonte de expectativas;
- Ampliação do léxico;
- Percepção do ambiente no qual circula o gênero;
- Identificação da ideia principal do texto;
- Análise das intenções do autor;
- Identificação do tema;
- Dedução dos sentidos de palavras e /ou expressões a partir do texto;
- Compreensão das diferenças decorridas do uso de palavras e/ ou expressões no sentido conotativo e denotativo.

ESCRITA

- Expressão de ideias com clareza; • Elaboração de textos atendendo:
- às situações de produção propostas (gênero, interlocutor, finalidade...);
- à continuidade temática;
- Diferenciação do texto de uso da linguagem formal e informal;
- Uso de recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, intertextualidade, etc.;
- Utilização adequada de recursos linguísticas como: pontuação, uso de função do artigo, pronome, substantivo, etc.
- Emprego de palavras e/ ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que indicam ironia e humor, em conformidade com o gênero proposto.

ORALIDADE

- Utilização do discurso de acordo com a situação de produção (formal/ informal);
- Apresentação de ideias com clareza;
- Compreensão de argumentos no discurso do outro;
- Exposição objetiva de argumentos;
- Organização da sequência da fala;
- Análise dos argumentos apresentados pelos alunos em suas apresentações e/ou nos gêneros orais trabalhados;

- Participação ativa em diálogos, relatos, discussões, quando necessário em língua materna;
- Análise de recursos da oralidade em cenas de desenhos, programas infantis, filmes, etc.

5 REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1988.

EDITORA SARAIVA; editor responsável Vicente Martínez; coordenadora Gisele Aga. Time to Share. Língua Estrangeira Moderna – Inglês: 6º ano. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LUCKESI, C.C. Avaliação da aprendizagem escolar. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica de Língua Estrangeira Moderna. Curitiba: SEED, 2008.

PROPOSTA CURRICULAR DE MATEMÁTICA – ENSINO FUNDAMENTAL

1. APRESENTAÇÃO, JUSTIFICATIVA E DIREITOS DE APRENDIZAGEM

A Proposta Pedagógica Curricular – PPC para o ensino de matemática da Escola Estadual Jorge Nacli - Ensino Fundamental – anos finais, do Núcleo Regional de Educação de Assis Chateaubriand, foi elaborada pelo grupo de professores de matemática desta escola.

A Matemática é uma das cinco áreas do conhecimento que compõem a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e, como as demais, expressa sua intenção na formação integral dos estudantes do Ensino Fundamental – anos iniciais e finais. Os diferentes campos que compõem a Matemática reúnem um conjunto de ideias fundamentais e importantes para o desenvolvimento do pensamento matemático dos estudantes, devendo, nas salas de aula, se converter em objetos de conhecimento.

O conhecimento matemático é necessário para todos os estudantes da Educação Básica, seja pela grande aplicação na sociedade contemporânea, seja pelas suas potencialidades na formação de cidadãos críticos, cientes de suas responsabilidades sociais (BRASIL, 2017). Neste aspecto, é importante que, ao adquirir conhecimentos matemáticos, o estudante possa modificar-se e contribuir na transformação da realidade social, cultural, econômica e política de seu tempo, de forma ética e consciente. Assim, a Matemática assume, também, uma função social.

Em Matemática, procurou-se minimizar a fragmentação dos conhecimentos e a ruptura na transição do Ensino Fundamental – anos iniciais e finais, sendo proposto para cada ano, um conjunto progressivo de conhecimentos matemáticos historicamente construídos, de forma a que o estudante tenha um percurso contínuo de aprendizagem e possa, ao final do Ensino Fundamental, ter seu direito de aprendizagem garantido.

No processo de ampliação e desdobramento das habilidades propostas na BNCC, que denominamos de Objetivos de Aprendizagem no Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações – Matemática, levaram-se em consideração alguns aspectos:

- se os objetivos de aprendizagem originam-se dos objetos de conhecimento;
- se os conhecimentos matemáticos historicamente construídos estão contemplados nos objetivos de aprendizagem;

- e os objetivos de aprendizagem expressam de forma clara os conhecimentos matemáticos que o estudante tem direito em aprender ao final de cada etapa de ensino.

Ao ater-se nesses aspectos, preocupou-se em não torná-lo um documento fechado, permitindo-se, dessa forma, que as especificidades e as características local e regional de cada escola e do Estado do Paraná sejam contempladas, assim como as diferentes modalidades de ensino (Educação Regular, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Escolar Indígena, Educação Escolar Quilombola, Educação à Distância), atendendo, assim, às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013). O Referencial Curricular do Paraná é um documento orientador para a (re) elaboração democrática, envolvendo toda comunidade escolar, das propostas pedagógicas curriculares das escolas, assim, as características e especificidades de cada escola deverão ser contempladas.

Importante mencionar que, no desenvolvimento dos conhecimentos matemáticos historicamente construídos, as legislações obrigatórias nacionais e estaduais que tratam de temas contemporâneos devem ser contempladas, tendo como princípio o respeito e valorização das diferenças. Tais questões podem ser abordadas no ensino da Matemática de forma contextual e articulada. Nessa perspectiva, os diferentes contextos, as múltiplas relações interdisciplinares, manifestadas, muitas vezes, em problematizações, permitem trazer aspectos, considerações, reflexões que tratam de uma determinada legislação e sua relevância na formação integral do estudante, reforçando, também, o papel social da Matemática.

Outro aspecto importante considerado foi a articulação com as competências gerais e as competências específicas de Matemática para o Ensino Fundamental da BNCC, entendidas nesse documento como Direitos Gerais de Aprendizagem e Direitos Específicos de Matemática para o Ensino Fundamental, respectivamente.

Os estudantes do Ensino Fundamental – anos iniciais, em geral, para desenvolver, sistematizar e consolidar os conhecimentos matemáticos precisam fazer uso de recursos didáticos pedagógicos; negociar significados; sistematizar conceitos por meio dos diálogos que estabelecem no espaço de comunicação. O processo de sistematização percorre algumas etapas que considera a manipulação, a experimentação, o registro espontâneo, seja ele pictórico e/ou simbólico e por fim, a linguagem matemática estabelecida convencionalmente.

Os processos mentais básicos como classificar, seriar, sequenciar, incluir, conservar, corresponder e comparar são essenciais para o desenvolvimento do letramento matemático e por isso, são contemplados nos objetivos de aprendizagem para Educação Infantil com continuidade e aprofundamento no Ensino Fundamental – anos iniciais e finais. O letramento matemático refere-se à “capacidade de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, de modo a favorecer o estabelecimento de conjecturas, a formulação e a resolução de problemas, utilizando conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas” (BRASIL, 2017, p. 264).

É também o letramento matemático que assegura aos estudantes, em toda etapa de escolarização, reconhecer que os conhecimentos matemáticos são fundamentais para a compreensão e atuação no mundo e perceber o caráter de jogo intelectual da Matemática, como aspecto que favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico e crítico, estimula a investigação, a criatividade, as descobertas, a imaginação e a intuição, tornando-se, assim, um processo prazeroso (BRASIL, 17). Tais processos podem ser potencializados com o uso de materiais didáticos, atividades lúdicas (literatura, brincadeiras, jogos didáticos, outros) e recursos tecnológicos, incluindo os digitais.

No Ensino Fundamental – anos finais, a expectativa é a de que o estudante amplie e aprofunde os conhecimentos matemáticos tratados nos anos anteriores. A partir das experiências e dos conhecimentos matemáticos vivenciados, o estudante, nessa etapa de ensino, deve, por exemplo: apreender os significados dos objetos matemáticos; comunicar em linguagem matemática com o uso da linguagem simbólica; sistematizar e formalizar conhecimentos matemáticos; desenvolver a capacidade de abstrair o contexto, apreendendo relações e significados, para aplicá-los em outros contextos; elaborar ideias mais complexas e argumentações matemáticas mais sofisticadas; compreender, analisar e avaliar as ideias e reelaborar problemas quando necessário.

Como fundamentação teórico-metodológica, assume-se, nesse documento, a Educação Matemática como uma área de pesquisa que possibilita ao professor balizar suas práticas educativas em uma ação que leva em consideração, além dos conhecimentos matemáticos, os aspectos cognitivos, as questões sociais, culturais, econômicas, políticas, entre outras. As tendências metodológicas dessa área – por exemplo, a resolução de problemas, a modelagem matemática, a etnomatemática, a história da matemática, a investigação matemática, as mídias tecnológicas, entre

outras –, são estratégias que permitem desenvolver os conhecimentos matemáticos. Tais estratégias permitem um trabalho interdisciplinar, contextual e articulado entre os diversos conhecimentos da própria Matemática, assim como a comunicação entre os conhecimentos e saberes das diferentes disciplinas. A Matemática e a Educação Matemática, vistas como práticas sociais, pressupõe que o ponto de partida para abordar os conteúdos matemáticos devem ser os conhecimentos e experiências que cada estudante possui, devendo esses, serem aprofundados, sistematizados, ampliados e generalizados em salas de aula, cabendo ao professor o importante papel de mediar tais processos, adaptando-os, sem excluí-los, para atender as diversas especificidades de cada estudante e escola.

Para desenvolver o conhecimento matemático, é essencial que o professor faça o uso de variadas estratégias de ensino e de recursos didáticos, incluindo àqueles que mais atendem aos objetivos propostos para cada ano escolar. Tal diversidade possibilita ao estudante, diferentes formas de elaboração de conceitos oportunizando o desenvolvimento da autonomia, adotando, assim, uma postura interessada e comprometida com a sua aprendizagem e com o conhecimento matemático.

As variadas estratégias para o ensino da Matemática devem possibilitar ao estudante: a capacidade de investigação, leitura, interpretação, comunicação, comparação, análise, síntese e generalização; o desenvolvimento de hipóteses e de estratégias de solução, de verificação, de argumentação e de representações (manipuláveis, textuais, gráficas, geométricas, pictóricas entre outros). A partir de problematização proposta, o estudante deve, no seu processo de resolução, compreender o conhecimento matemático envolvido e não apenas aprender a aplicar um algoritmo ou uma regra, assim, permitir a transferência e a intervenção na realidade.

Tão importante quanto a fundamentação teórica, a utilização de diferentes estratégias metodológicas e recursos didáticos é o modo como se concebe e se pratica a avaliação. Durante o processo de desenvolvimento dos conhecimentos, o professor deve acompanhar, monitorar, intervir e avaliar os estudantes considerando os equívocos cometidos por eles como parte essencial da sistematização e apreensão dos conhecimentos matemáticos. O que se denomina “equívocos” ou “erros” também podem servir como uma estratégia didática, por fornecer indicativos para (re) planejar ações pedagógicas. No entanto, se distanciar dos conhecimentos e dos objetivos ao que o estudante tem o direito de aprender ao final de cada etapa de ensino.

O “erro” quando devidamente problematizado contribui para a superação de dificuldades e amplia possibilidades de aprendizagem efetiva.

2 ORGANIZADOR CURRICULAR

A organização dos conteúdos específicos a serem trabalhados deve atender a realidade da escola, ou seja, na elaboração do Plano de Trabalho Docente – PTD, duas orientações são fundamentais: os princípios orientadores desta PPC e a seleção de conteúdos escolares que sejam relevantes para a formação e a cultura dos povos, destacando que independentemente do local em que esteja inserido o estudante, este tem direito de acesso a todos os conhecimentos historicamente produzidos e organizados no currículo como conteúdos escolares, diferenciando-os no seu tratamento em sala de aula, tendo como ponto de partida a realidade, os contextos e os encaminhamentos metodológicos.

https://docs.google.com/document/d/1And-z3nHa71u00XDKw8Ty0GiHluOXP_x8dWI2NovMmg/edit?usp=sharing

3 ESTRATÉGIAS DE ENSINO

A organização da Proposta Pedagógica Curricular - PPC de matemática deve refletir o modo de conceber, de fazer e de ensinar os conteúdos matemáticos escolares. Portanto, a metodologia de ensino é entendida como as formas de abordagem dos conteúdos a partir de como é concebida a proposta curricular.

Essa proposta curricular de matemática está sistematizada em conteúdos estruturantes, conteúdos básicos e conteúdos específicos. Essas são as bases que orientam o processo de ensino e aprendizagem da matemática. O desdobramento dos conteúdos estruturantes e básicos em conteúdo específicos se põe pela necessidade didática de fazer o ensino da matemática, porém mantém a articulação entre ambos pelas relações e interdependências conceituais dos mesmos, decorrentes do processo de construção do conhecimento enquanto ciência e como processo de ensino e aprendizagem.

As relações de interdependência não se limitam à disciplina de matemática. Trata-se do reconhecimento de que os conhecimentos não se explicam e justificam-se isoladamente, mas se inserem numa realidade maior e complexa. Assim, não se

trata apenas de perceber a abrangência e as relações intrínsecas com outros conhecimentos, mas de reconhecer a necessidade de superação de práticas que se caracterizam pela fragmentação. Portanto, a interdisciplinaridade e a contextualização são consideradas também princípios pedagógicos que orientam o trabalho em sala de aula.

Outros aspectos importantes para o processo de ensino e aprendizagem da matemática e que devem ser considerados em qualquer que seja a opção metodológica são: a problematização, a pesquisa e a leitura. A problematização como atitude e forma de o professor mobilizar o estudante a pensar, passar a ter necessidade de conhecer, sentir-se incomodado por problemas que não tinha ainda pensado. A leitura como condição inseparável da necessidade de o sujeito interpretar as situações da vida e do contexto em que está inserido, não sendo possível interpretar o mundo sem leitura de toda a natureza. A partir dessas considerações, elegem-se algumas das tendências metodológicas em educação matemática que orientam a prática docente para o ensino de matemática:

Resolução de Problemas enquanto proposta metodológica aponta que resolver problemas possibilita ao estudante aplicar conhecimentos adquiridos em novas situações, pensar em estratégias diferenciadas para a sua resolução, tecer argumentos, fazer análise das ideias matemáticas envolvidas.

Essa proposta metodológica supera a resolução de exercícios como prática que utiliza mecanismo de repetição. A resolução de problemas pode ser viabilizada por meio de situações-problema a partir da prática social dos estudantes; problemas-desafio do próprio contexto da matemática que envolve ideias e conceitos matemáticos.

Destaca-se que a resolução de problema, para essa proposta pedagógica curricular, é considerada como a principal forma **de introdução de um conteúdo ou de um bloco de conteúdos** matemáticos, tendo como ponto de partida situações-problema que envolva a prática social e seus desafios, sua problemática, sua perspectiva interdisciplinar, condições necessárias para tornar esse conteúdo mais significativo e relevante para a formação dos estudantes. Ou seja, o desenvolvimento do conteúdo tratado nesta perspectiva pode garantir aos estudantes o acesso aos conhecimentos matemáticos historicamente produzidos, ao mesmo tempo em que pode dinamizar o processo ensino e aprendizagem da matemática.

Modelagem Matemática enquanto proposta metodológica propõe a

problematização de situações do cotidiano e, a partir destas, organiza-se as informações, levanta-se hipótese para resolução, sistematizando um modelo matemático que dê conta de responder e propiciar a análise da questão envolvida e uma possível proposta de solução para a situação.

A modelagem matemática possibilita a prática do ensino da matemática mais significativa a partir do momento que considera as necessidades e expectativas dos estudantes, ao mesmo tempo em que oportuniza o acesso ao conhecimento matemático sistematizado.

A etnomatemática tem o papel de reconhecer e registrar questões de relevância social que produzem conhecimento matemático. Esta tendência leva em consideração que não existe um único saber, mas vários saberes distintos e nenhum menos importante que o outro. As manifestações matemáticas são percebidas por meio de diferentes teorias e práticas, das mais diversas áreas, que emergem dos ambientes culturais.

A etnomatemática busca uma organização da sociedade que permita o exercício da crítica e a análise da realidade. Sendo assim, é preciso que se priorize um ensino que valorize a história dos estudantes através do reconhecimento e respeito de suas raízes culturais. D'Ambrósio (2005, p. 42) afirma que “reconhecer e respeitar as raízes de um indivíduo não significa ignorar e rejeitar as raízes do outro, mas num processo de síntese reforçar suas próprias raízes”.

O seu enfoque deverá relacionar-se a uma questão maior, como o ambiente do indivíduo e as relações de produção e trabalho, assim como se vincular a manifestações culturais, tais como: arte e religião, considerando a especificidade dos sujeitos das escolas do campo, bem como sua cultura que é relevante para a etnomatemática na orientação do trabalho em sala de aula em escolas do campo.

História da matemática possibilita o ensino da matemática a partir do reconhecimento de que o conhecimento é construído historicamente e da sua relevância para a humanidade, vinculado às descobertas aos fatos sociais e políticos, às circunstâncias históricas e às correntes filosóficas que determinam o pensamento que influencia no avanço científico de cada época, possibilitando o levantamento e a discussão das razões para a aceitação de certos fatos, raciocínios e procedimentos. Para Miguel e Miorim (2004, apud PARANÁ, 2008, p. 66), “[...] a história deve ser o fio condutor que direciona as explicações dadas aos porquês da Matemática, bem como, para a promoção do ensino e da aprendizagem da Matemática escolar baseado na

compreensão e na significação”.

Assim, a história da matemática pode ser considerada o próprio contexto da matemática para se ensinar matemática, como ponto de partida para desencadear atividades interessantes em sala de aula e para levar o estudante a perceber que a matemática não surge como um passe de mágica, mas se desenvolve por meio de necessidades humanas.

Mídias e Tecnologias enquanto proposta metodológica, considera, o uso de mídias tem suscitado novas questões, sejam elas em relação ao currículo, à experimentação matemática, às possibilidades do surgimento de novos conceitos e de novas teorias matemáticas (BORBA, 1999 *apud* PARANÁ, 2008).

Atividades realizadas com o uso do lápis e do papel, ou mesmo o quadro e o giz como a construção de gráficos, por exemplo, com o uso dos computadores, ampliam-se as possibilidades de observação e investigação, visto que algumas etapas formais de construção são sintetizadas (D'AMBRÓSIO e BARROS, 1988 *apud* PARANÁ, 2008).

Os recursos tecnológicos, sejam eles o *software*, a televisão, as calculadoras, os aplicativos da Internet, entre outros, têm favorecido as experimentações matemáticas, potencializando formas de resolução de problemas. Aplicativos de modelagem e simulação têm auxiliado estudantes e professores a visualizar, generalizar e representarem o fazer matemático de uma maneira passível de manipulação, pois permitem construção, interação, trabalho colaborativo, processos de descoberta de forma dinâmica e o confronto entre a teoria e a prática.

A plataforma Khan Academy consiste em promover o aprendizado por domínio, isto é, um estudante precisa dominar totalmente um conceito antes de iniciar outro mais avançado. As atividades visam fortalecer a base de conhecimento dos estudantes e apoiar a recuperação da aprendizagem nos casos de eventuais lacunas observadas ao longo do processo escolar.

O curso desta ferramenta é dividido por trimestre e aulas, e em cada aula estão incluídos os vídeos, artigos, exercícios, testes e desafios que verificam o nível de compreensão dos estudantes e mostram quanto o seu aluno realmente aprendeu nos temas abordados.

De acordo com o Referencial Curricular do Paraná, outro potencial pedagógico das ferramentas tecnológicas é abordar atividades matemáticas com os recursos tecnológicos que enfatizam um aspecto fundamental na proposta pedagógica da

disciplina: a experimentação. De posse dos recursos tecnológicos, os estudantes conseguem desenvolver argumentos e conjecturas relacionadas às atividades com as quais se envolvem, sendo as conjecturas resultado dessa experimentação (BORBA e PENTEADO, 2001 *apud* PARANÁ, 2008).

As tecnologias devem ser concebidas também como meio que alavanca o desenvolvimento científico. Portanto, o ensino e a aprendizagem da matemática podem ser beneficiados por possibilitar o desenvolvimento de diferentes pensamentos, de agilizar os processos no entendimento de conceitos e conteúdos matemáticos.

Jogos utilizados no ensino da matemática, especialmente nos anos finais do ensino fundamental, porque ainda os estudantes se encontram na condição de aprender por meio de brincadeiras, podem ser realizados contemplando a brincadeira como forma prazerosa de aprender matemática. O jogo resguarda essa característica, além de proporcionar ao estudante a proposição de estratégias, levantamento de hipóteses e conjecturas como aspectos fundamentais para o desenvolvimento do pensamento científico e matemático.

Dos diversos tipos de jogos, os jogos de regras, por seu caráter coletivo, proporcionam o trabalho pedagógico em que os estudantes enfrentam desafios, que planejem ações, aprendam a pensar e agir com estratégia, lógica e critério levando-os à tomada de decisão, testem seus limites, solucionem problemas, respeitem regras. Além disso, levam os estudantes a aprenderem a conviver com o coletivo, respeitando o outro, desenvolvendo o senso de responsabilidade e de respeito com a perspectiva do outro e de atitude de iniciativa e autoconfiança, aprendem a questionar e corrigir, analisarem e compararem pontos de vistas desenvolvem a imaginação, a memória, a atenção, a curiosidade, a concentração, o raciocínio e o interesse.

Na perspectiva do ensino da matemática, os jogos devem ser planejados segundo um objetivo de aprendizagem, uma intencionalidade, levando à construção de um dado conceito matemático e ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos propícios à aprendizagem. É necessário garantir que o jogo não se esvazie na brincadeira, mas seja usado como ferramenta do ensino que supere o aprender mecânico, repetitivo, mas um aprender significativo.

Tais propostas metodológicas, assim como os conteúdos estruturantes e específicos, articulam-se entre si de modo que, por exemplo, uma situação-problema pode ter uma conotação etnomatemática quando considera e respeita diferentes

formas e modelos para resolver uma questão que envolve conhecimento matemático, pode considerar a modelagem como orientação para trabalhar essa situação-problema que partiu do interesse e necessidade dos estudantes, mas requer trabalhar com um conteúdo não planejado previamente; pode considerar a história da matemática para discutir como o conceito envolvido foi desenvolvido e o porquê; as mídias e tecnologias podem potencializar pesquisas sobre o assunto tratado, bem como dispor de *software* que auxilie a resolver o problema, ampliando as possibilidades para discussões, análises, deduções e conclusões.

Assim sendo, o encaminhamento metodológico do trabalho docente com cada conteúdo ou bloco de conteúdos depende da concepção do professor do que seja matemática, ensino e aprendizagem, de que estudante se quer formar, do conhecimento das diferentes propostas metodológicas e da articulação entre elas como principais dimensões do processo ensino e aprendizagem da matemática.

Em relação às atividades extraescolares, a denominada “**tarefa para casa**”, para esta PPC de matemática, se reconhece que essas atividades têm um histórico, para os estudantes, como uma forma de punição por não terem aprendido os conteúdos em sala de aula ou, como proposta didática, de atividade de reforço e memorização. Porém, para os professores de matemática, entende-se que essas atividades são concebidas como atividade mental de reflexão e revisão de conceitos e procedimentos aprendidos em sala de aula, como uma atividade que propicia a autonomia de estudo, a atitude de pesquisa, de persistência e autodeterminação. Pedagogicamente, as atividades extraescolares, para a disciplina de matemática, devem ser propostas de modo que não sejam difíceis suficientes que impossibilitem ou desestimulem o estudante a desenvolvê-las, mas não podem ser facilitadas de modo que automatizam e representem apenas atividades de reforço ou memorização. Essas precisam ter a característica de desafio e de pesquisa, coerente com seus objetivos: desenvolver no estudante a autonomia de estudos e a atitude de reflexão, revisão de conceitos e conteúdos. Também necessitam ser equilibradas em termos de quantidade suficiente para que seja possível ao professor corrigi-las nas aulas subsequentes aos das atividades. Além dessas justificativas, ao retomar o conteúdo a cada aula por meio das atividades extracurriculares é uma forma de resgate dos conhecimentos prévios dos estudantes de aulas anteriores ou anos anteriores.

Conforme o documento da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017),

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004), bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada. (BRASIL, 2017, p. 19-20).

Entende-se, portanto, que todas essas especificidades, bem como as orientações e adaptações curriculares cabíveis às diferentes modalidades de ensino da Educação Básica, tais como a Educação do Campo, da Educação Escolar Indígena, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação Escolar Quilombola, deverão fazer parte dos documentos orientadores das redes a fim de que, durante o processo de revisão e reorganização dos currículos, os estudantes tenham seus direitos e necessidades específicas atendidos. Dessa forma, a escola estará vinculando seu cotidiano, seu currículo, sua prática escolar com aquilo que é próprio de cada modalidade, respeitando as bases culturais e o modo de vida dos sujeitos.

O princípio que estabelece a educação como inclusiva está pautado no direito à educação para todos, ou seja, numa educação que se traduz pelo combate à desigualdade, à exclusão, que se consolida no acesso, permanência e aprendizagem com participação de todos os estudantes.

A educação inclusiva se consolida quando há o compromisso em eliminar todas as formas de exclusão e marginalização, as disparidades e desigualdades biopsicossociais, constituindo-se os ambientes e tempos pedagogicamente organizados para atender as especificidades dos estudantes. A disponibilização de profissionais e professores especializados e qualificados, associada aos recursos didático-metodológicos voltados para a aquisição de conhecimentos e para o desenvolvimento da criatividade, são fatores essenciais para a educação inclusiva.

Diante do exposto, a escola precisa promover estratégias para o acesso ao currículo, métodos diversificados e ações pedagógicas efetivas, considerando as diferenças entre os sujeitos e as especificidades que essas diferenças impõem, enfatizando a premissa de que todos os estudantes têm direito à educação de qualidade, inclusiva e equitativa, em todos os níveis e modalidades educacionais.

4 PLANO DE TRANSIÇÃO

Diante dos direitos de aprendizagem dispostos no texto da Base Nacional Comum Curricular, fica explícito que todos os estudantes devem ter as mesmas oportunidades de aprendizagem. Desde a instituição de uma etapa do ensino que agrupou duas organizações pedagógicas diferentes no ensino fundamental obrigatório, sem definir a necessária metodologia articulada das questões pedagógicas características dessa transição, permaneceu a fragilidade na adequação metodológica, na integração curricular, na correspondente formação de professores, no reconhecimento das diferentes culturas escolares, na integração entre as redes de ensino de modo a articular as informações sobre o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, na atenção à transição da infância para a adolescência, entre outras articulações.

Nesse cenário, a essencial tarefa organizadora e unificadora do currículo por meio da Base Nacional Comum Curricular, como potencial articulador do ensino fundamental, não se realiza por si só. É necessário ponderar o indispensável trabalho conjunto de professores, sujeitos que atribuem vitalidade ao currículo e que atuam nas duas fases dessa etapa, de forma que os esforços por conhecer a organização curricular nos anos iniciais e finais, bem como o estabelecimento de estratégias de atuação nessa transição tenham início nos primeiros anos e continuem ocorrendo do 6º ano em diante.

Ou seja, se faz necessária uma atenção especial na reflexão e viabilização de práticas pedagógicas que integrem os envolvidos no processo, tendo como elemento indutor uma política educacional articuladora entre as etapas e fases: da creche para pré-escola, da pré-escola para os anos iniciais do ensino fundamental, dos anos iniciais do ensino fundamental para os anos finais e destes para o novo ensino médio. Esse esforço de ampliação das oportunidades de sucesso do estudante pode possibilitar efetivamente o desenvolvimento integral do estudante.

5 AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser vista como parte integrante e deve acontecer ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem. Deve estar ancorado em encaminhamentos metodológicos que abram espaço para a interpretação e discussão, que considerem a relação do estudante com o conteúdo trabalhado, o significado desse conteúdo e a compreensão alcançada por ele.

A avaliação deve ocorrer numa variedade de situações em sala de aula, permitindo ao professor acompanhar a construção do conhecimento matemático pelo estudante, deve fornecer informações sobre o desenvolvimento e o avanço na aquisição dos conhecimentos matemáticos, verificar se o estudante consegue, de forma adequada, representar esses conceitos reconhecendo seus significados e relação com outros conteúdos.

Assim, se a avaliação perpassa por todo o processo de ensino e aprendizagem, então é concebida como contínua, diagnóstica e cumulativa e, nesse processo avaliativo, deverão ser observadas a produção escrita e a expressão oral na apresentação de argumentos demonstrativos, na formulação do pensamento matemático, na relação que estabelece com outros conteúdos e na compreensão dos conceitos, mostrando sua significância.

Considera-se ainda que no processo **ensino e aprendizagem, o erro** deve ser visto pelo professor como indicativo do nível de compreensão do estudante, e que este seja considerado como um momento de retomada do conceito envolvido, em estratégias didáticas e metodológicas que propiciem ao estudante avançar na compreensão. Portanto, **o erro** faz parte do processo de construção do conhecimento matemático pelo estudante e representa a oportunidade para o professor estar realizando a avaliação diagnóstica.

O alcance dessas funções da avaliação perpassa pelo estabelecimento claro e **objetivo de critérios de avaliação**, ou seja, *os critérios devem estar vinculados claramente aos objetivos e encaminhamentos como parâmetros para saber o que de mais importante o estudante aprendeu, que nível de compreensão tem dos conteúdos e conceitos ensinados*. Por isso, a avaliação tem que ser um processo contínuo que dê ao professor pistas do nível de entendimento do estudante, possibilitando a retomada de conteúdos, conceitos e, novamente, investigando o avanço na

aprendizagem. Assim, a função da avaliação é oportunizar ao estudante aprender e ao professor refletir sobre o alcance dos objetivos do seu trabalho.

No processo avaliativo, é necessário que o professor faça uso de diversos instrumentos avaliativos como a observação sistemática para diagnosticar as dificuldades dos estudantes e criar oportunidades diversificadas para que possam expressar seu conhecimento. Tais oportunidades devem incluir manifestação escrita, oral e de demonstração, inclusive por meio de ferramentas e equipamentos, tais como: materiais manipuláveis, computador e calculadora.

Alguns **critérios** devem orientar as atividades avaliativas propostas pelo professor. Essas práticas devem possibilitar ao professor verificar se o estudante:

- comunica-se matematicamente, oral ou por escrito;
- compreende, por meio da leitura, o problema matemático;
- elabora um plano que possibilite a solução do problema;
- encontra meios diversos para a resolução de um problema matemático;
- realiza o retrospecto da solução de um problema.

Dessa forma, no processo pedagógico, o estudante deve ser estimulado a:

- partir de situações-problema internas ou externas à matemática;
- pesquisar acerca de conhecimentos que possam auxiliar na solução dos problemas;
- elaborar conjecturas, fazer afirmações sobre elas e testá-las;
- perseverar na busca de soluções, mesmo diante de dificuldades.
- sistematizar o conhecimento construído a partir da solução encontrada, generalizando, abstraindo e desvinculando-o de todas as condições particulares;
- socializar os resultados obtidos, utilizando, para isso, uma linguagem adequada;
- argumentar a favor ou contra os resultados. (PARANÁ, 2008, p. 70).

O professor deve considerar as noções que o estudante traz, decorrentes da sua vivência, de modo a relacioná-las com os novos conhecimentos abordados nas aulas de matemática. Assim, será possível que as práticas avaliativas finalmente superem a pedagogia do exame para se basearem numa pedagogia do ensino e da aprendizagem.

Em relação à **recuperação de estudos**, "[...] é um dos aspectos da

aprendizagem no seu desenvolvimento contínuo, pela qual o aluno, com aproveitamento insuficiente, dispõe de condições que lhe possibilitem a apreensão de conteúdos básicos”. (PARANÁ, 1999, p. 3).

Na recuperação de estudos, a partir das dificuldades diagnosticadas no processo avaliativo, o professor deve orientar o estudante para que ele compreenda seu processo de aprendizagem, reconheça o que não sabe e identifique os meios que lhe possibilitem sanar suas dificuldades. Ao professor cabe também redimensionar o conteúdo da avaliação, verificando o que é significativo e o que o estudante deixou de aprender para intervir após todo e qualquer momento da avaliação por meio de diferentes critérios e instrumentos avaliativos.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB Nº 11/2010**: Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF, 2010.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB Nº 5/2011**: Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Brasília, DF, 2011.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio**. Brasília: 2012.

_____. Congresso Nacional. **LEI nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Educação para o Trânsito. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/400848.pdf>>. Acesso em: 30/05/23.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Educação ambiental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 30/05/23.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002**. Institui Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 30/05/23.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 30/05/23.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394/96 e inclui no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em: 30/05/23.

_____. Presidência da República. **Lei nº 10.741 de 01 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em 30/05/23.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.343 de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 04/06/23.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.185 de 06 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm>. Acesso em: 04/06/23.

_____. Ministério da Fazenda. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 413, de 31 de dezembro de 2002**. Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/portarias/portaria4132002.pdf>>. Acesso em: 04/06/23.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.525 de 25 de setembro de 2007**. Acrescenta § 5º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Inclui conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/leis/l11525.htm>. Acesso em 04/06/23.

_____. Conselho Nacional de Combate à discriminação e promoção dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. **Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015**. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>>. Acesso em: 10/06/23.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <<http://conferenciainfante.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 10/06/23.

CARAÇA, Bento de Jesus. **Conceitos fundamentais da matemática**. 6. ed. Lisboa: Sá da Costa, 2005.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação**, Revista do Centro de Educação e Letras. Unioeste, Campus Foz do Iguaçu, v. 10 - nº 1 - p. 41.62, 1º sem. 2008. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2014/NRE/2interdisciplinaridade_necessidade.pdf>. Acesso em: 10/06/23.

GIMENO SACRISTÁN, José. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática, 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação básica**: matemática. Curitiba/SEED, 2008.

_____. Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: SEED, 2010.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação do campo**. Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>>. Acesso em: 10/06/23.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação N.º 007/99**. Curitiba, 1999.

_____. **Casa Civil. Lei 17505 de 11 de janeiro de 2013**. Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=85172>>. Acesso em: 10/06/23.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação 04/2013**. Normas Estaduais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2013/deliberacao_04_13.pdf>. Acesso em: 10/06/23.

_____. Governo do Estadual. Casa Civil. **Lei estadual nº 17.650 de 07 de agosto de 2013**. Regulamenta o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=99723&indice=6&totalRegistros=452&anoSpan=2017&anoSelecionado=2013&mesSelecionado=0&isPaginado=true>>. Acesso em: 10/06/23.

_____. Governo do Estadual. Casa Civil. **Lei estadual nº 17.335 de 10 de outubro de 2012**. Institui o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas Escolas Públicas e Privadas do Estado do Paraná. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=77838>>. Acesso em: 10/06/23.

_____. Governo Estadual. Casa Civil. **Decreto nº 1143/99**. Educação tributária de acordo com o Programa Nacional de Educação Tributária. Disponível em: <<http://celepar7cta.pr.gov.br/seap/legrh-v1.nsf/5199c876c8f027f603256ac5004b67da/1ca5d8e3c9d63f6a03256afd005f07f6?OpenDocument>>. Acesso em: 12/06/23.

_____. Governo Estadual. Casa Civil. **Lei estadual nº 16.454 de 22 de fevereiro de**

2010. Institui o Dia Estadual de Combate a Homofobia, a ser promovido, anualmente, no dia 17 de maio. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=53852&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 12/06/23.

_____. Governo do Paraná. Secretaria de Estado da Educação. **Instrução n.º 017/2006 – SUED.** Instrui para Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura AfroBrasileira e Africana. Disponível em: <<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao172006.pdf>>. Acesso em: 12/06/23.

_____. Governo do Paraná. Casa Civil. **Lei 17858 de 19 de dezembro de 2013.** Estabelece a política de proteção ao idoso. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=112469>>. Acesso em: 12/06/23.

PROPOSTA CURRICULAR DE PENSAMENTO COMPUTACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL

Introdução

Com a implementação do REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ: PRINCÍPIOS, DIREITOS E ORIENTAÇÕES, aprovado no dia 22 de novembro de 2018 pela Deliberação CEE nº 03/2018, as redes de ensino deram continuidade ao processo educativo com uma nova abordagem pedagógica, com foco nos direitos de aprendizagem, reiterando a necessidade da oferta de uma formação integral dos estudantes em suas dimensões: acadêmica, social e profissional. Este processo é constantemente repensado no sentido de atender às demandas da comunidade escolar e da sociedade contemporânea.

É fundamental apontarmos que o desenvolvimento de competências e habilidades devem ser compreendidas como “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 13). Nesse contexto, podemos afirmar que essa estrutura pedagógica visa:

formação e o desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades (BRASIL, 2018, p. 14).

Esse olhar integral para a formação do sujeito envolve, de forma direta, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) que são utilizadas na sociedade atual. Mais evidente, quando na BNCC são descritas competências diretamente voltada para o uso desses recursos, tal como a Competência de Cultural Digital. Nesse contexto, percebemos que trata-se de trabalhar os conhecimentos relacionados às TDIC no cotidiano, sob a perspectiva dos quatro pilares da educação: saber ser, saber conhecer, saber fazer, saber conviver. Torna-se relevante inserir

estes conhecimentos de forma significativa no processo educativo, ao contrário da utilização apenas na posição de usuário, objetiva-se que este saber ocupe um lugar reflexivo entre os conhecimentos escolares.

Objetivos

- Apoiar os jovens no processo de aprendizagem do uso das TDIC e sua aplicabilidade na resolução de problemas do cotidiano.
- Auxiliar os estudantes no processo de reflexão crítica e uso ético das TDIC.
- Desenvolver habilidades e competências para a criação de tecnologias digitais como sites, projetos artísticos e literários digitais, jogos e aplicativos, por meio de linguagens de programação, marcação e estilização.

Justificativa

A partir da BNCC, a formação integral do sujeito perpassa a concepção do desenvolvimento de competências que abrangem dez aspectos da vida, estando a cultura digital elencada dentre esses aspectos. A cultura digital relaciona-se à compreensão, à utilização e à criação de TDIC a partir de uma perspectiva progressiva da aprendizagem. Sob essa ótica, destaca-se que o conjunto de habilidades que norteiam esse processo não são desenvolvidas de modo pontual, mas ao longo de todo processo educacional. Isso resulta no entendimento de que uma competência não é desenvolvida apenas com atividades pontuais, mas sim, com um conjunto sistemático de estratégias pedagógicas que visam um determinado fim.

Compreendendo esses elementos, destacamos que o Referencial Curricular do Paraná, demonstra essa transversalidade ao inserir as TDIC na prática de todas as áreas do conhecimento. Entretanto, considera-se de fundamental importância a oferta de uma unidade curricular que verse sobre as TDIC no 8º e 9º anos do Ensino Fundamental, visando familiarizar o estudante com os princípios de utilização dessas tecnologias ao longo das etapas de ensino.

Possibilidade de Encaminhamento Metodológicos

O Pensamento Computacional pode ser entendido como o processo de resolver problemas por meio de processos de decomposição, reconhecimento de padrões, abstrações e desenvolvimento de algoritmos. Apoiando-se nos conceitos fundamentais da Computação e na utilização de sintaxes lógicas usadas nas linguagens de programação visa desenvolver “a capacidade de pensar de forma criativa, com pensamento estruturado e capaz de trabalhar em colaboração” (BRACKMANN, 2017) com as outras áreas do saber.

Trata-se da nomenclatura que vem sendo cada vez mais explorada para expressar o conjunto de habilidades desenvolvidas por meio da criação, inclusive, de programas computacionais, a fim de “organizar o pensamento para identificar formas mais eficientes de resolver problemas” (MARQUES, 2019, p.25) da vida cotidiana. Com a finalidade de desenvolver o Pensamento Computacional, os professores terão o papel de facilitar o processo de aprendizagem dos estudantes, orientando e estimulando a troca de experiências entre pares, por meio de grupos e criações colaborativas. Para uma formação integral, é importante que as atividades e práticas levem os estudantes a desenvolverem sua autonomia e protagonismo por meio da interação com o mundo contemporâneo, através do desenvolvimento de sites e algoritmos, de acordo com seus interesses e realidade.

Assim, o uso de metodologias ativas baseada em projetos deve ser um dos principais encaminhamentos metodológicos para desenvolver o pensamento computacional em uma abordagem crítica com os estudantes. Os projetos podem ser oriundos dos materiais didáticos ou sugeridos pelos professores. Para isso, a utilização de computadores/notebooks para pôr em prática os conhecimentos adquiridos deve acontecer sempre que possível, para que o estudante desenvolva as habilidades de maneira ativa. É recomendável também que os desafios e projetos propostos pelos professores estejam de acordo com o contexto, faixa etária e acesso aos recursos tecnológicos.

Outro encaminhamento metodológico essencial para o desenvolvimento da criticidade dos estudantes é incentivar que analisem frequentemente seus próprios algoritmos e códigos, assim como de colegas e de outros programadores, pois assim poderão reconhecer melhorias a partir de novos conhecimentos e maneiras diferentes de resolver problemas similares. Do mesmo modo, também é importante buscar metodologias que encoraje os estudantes a discutirem sobre suas práticas no mundo digital, suas possibilidades, hábitos profissionais e pessoais com uso da tecnologia.

Isso pode ser facilitado por meio de rodas de conversas, perguntas motivadoras, leituras, estudos e simulações dirigidas por meio de tutoriais, roteiros e vídeos.

Os conteúdos trabalhados envolvem duas grandes dimensões: a da Cultura Digital e do Pensamento Computacional. Em conjunto, permitem uma formação teórico-crítica acerca do uso das TDIC. Nesse contexto, a prática de pesquisar sobre as tecnologias e conteúdo é não só bem-vinda, como também primordial para a consolidação do Pensamento Computacional sendo uma prática muito comum entre programadores.

Acesse o link para o **Quadro Organizador Curricular** – Pensamento Computacional a partir do Currículo Priorizado. https://docs.google.com/document/d/1lpWFuvRDieO-TVKKkpCrGA6nNdhKVGIk/edit?usp=drive_link&oid=100815365508620943872&rtpof=true&sd=true

Acesse o link para a **Plataforma Alura**: <https://cursos.alura.com.br/loginForm>

Avaliação

A avaliação consiste em uma ação ampla e complexa que envolve todos os atores que fazem parte do processo de ensino aprendizagem das instituições de ensino. Esse processo exige intensa reflexão e planejamento para o alcance dos objetivos. A avaliação do desenvolvimento dos estudantes e a verificação do rendimento escolar dá-se em caráter formativo e deve considerar o desenvolvimento curricular progressivo, de modo a consolidar a articulação entre as etapas de ensino, desde a Educação Infantil até o final do Ensino Médio. Assim como, a avaliação intenciona a compreensão do saber enquanto valor sócio histórico, desenvolvido ao longo do tempo, com conhecimentos e metodologias que propiciem uma postura crítica frente às mudanças desafiadoras da contemporaneidade, que visa a incentivar o protagonismo e a autonomia do estudante. Nesse sentido, o desempenho escolar é entendido como a verificação da capacidade para mobilizar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, de forma que estes possam ser articulados e integrados. Observa-se que conteúdos, metodologias e avaliação se utilizam dos mesmos elementos didáticos (recursos, técnicas, instrumentos, entre outros) voltados

para o desenvolvimento das competências e habilidades. Isso implica na coerência entre o que e como se ensina e aprende, e a concepção de avaliação adotada, bem como na ideia de continuidade do processo avaliativo. Assim, as metodologias, as formas de avaliação processual e formativa serão organizadas nas instituições de ensino, por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, apresentações, projetos digitais e atividades on-line, entre outras. Destaca-se, entre as opções de avaliação, os resultados e processos na elaboração de projetos e algoritmos, na qual é possível reconhecer de maneira concreta o que o aluno aprendeu a criar e analisar em Pensamento Computacional. Para avaliação de projetos, sugere-se a criação de rubricas que facilitem a objetividade da leitura do professor ao longo do que foi trabalhado e desenvolvido. As rubricas podem ser criadas antecipadamente pelo professor ou de comum acordo com os estudantes.

Sugestão de Recursos Didáticos

Os recursos didáticos devem favorecer os processos de troca de saberes, de experiências, sentimentos e vivências, fomentando, assim, a construção colaborativa de conhecimento e a resolução coletiva de problemas. Precisam ser coerentes com os encaminhamentos metodológicos, cujo propósito é promover um espaço para que o estudante atue como protagonista do processo de aprendizagem. Assim, para realização dessas atividades, sugere-se como possibilidades de recursos:

- Laboratório de Informática, ambientes virtuais de aprendizagem e aplicativos digitais;
- Recursos audiovisuais: vídeos, áudios, músicas;
- Projetores;
- Cartolinas, papel sulfite e canetinhas;
- Flip chart;
- Computadores, tablets e celulares, sempre que possível.

Referências

BRACKMANN, Christian Puhmann. Desenvolvimento do Pensamento Computacional através de atividades desplugadas na educação básica. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Centro de Estudos Interdisciplinares em

Novas Tecnologias na Educação, Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Porto Alegre, 2017.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ensino Médio. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMédio_embaixa_site.pdf. Acesso em 13/08/2021.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.o 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em 13/08/2021.

_____. Lei n.o 13.415, de 16 de fevereiro de 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015_2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 13/08/2021.
<https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622>. Acesso em: 13/08/2021.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

MARQUES, Samanta Ghisleni Implicação dos pilares do Pensamento Computacional na resolução de problemas na escola. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2019.

ZABALA, A.; ARNAU, L. Como aprender e ensinar competências. Porto Alegre: Penso, 2014.